



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
DOUTORADO**

**MULHERES DO SÉCULO XX: MEMÓRIAS E SIGNIFICADOS DE SUA INSERÇÃO NO MERCADO  
FORMAL DE TRABALHO**

**FLORIANÓPOLIS  
2012**

**MARIS STELA DA LUZ STELMACHUK**

**MULHERES DO SÉCULO XX: MEMÓRIAS E SIGNIFICADOS DE SUA INSERÇÃO NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso de Doutorado do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Psicologia.

Área de Concentração: Práticas sociais e constituição do sujeito.

Linha de Pesquisa: Gênero, gerações e diversidades.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Juracy Toneli

**FLORIANÓPOLIS**  
**2012**

**TERMO DE APROVAÇÃO**

MARIS STELA DA LUZ STELMACHUK

MULHERES DO SÉCULO XX: MEMÓRIAS E SIGNIFICADOS DE SUA INSERÇÃO NO MERCADO  
FORMAL DE TRABALHO

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso de Doutorado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte banca examinadora:

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Juracy Toneli – Orientadora – UFSC

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mara Coelho de Souza Lago - UFSC

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Chalfin Coutinho - UFSC

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Andrade de Barros - UFMG

---

Prof Dr Sergio Antonio Carlos - UFRGS

Florianópolis, 27 de abril de 2012

À minha mãe (*in memoriam*) e meu pai (*in memoriam*), com quem gostaria de ter feito a entrevista que fiz com os sujeitos desta pesquisa.

Às mulheres que, com obstáculos ou sem eles, ocuparam, ocupam e ocuparão seus lugares no mundo e no mercado formal de trabalho por puro respeito à própria subjetividade.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, pelo apoio seguro e certo em todas as horas.

À minha orientadora, Maria Juracy, pela confiança em me deixar trabalhar em meu ritmo e balizar todo o processo de criação deste trabalho.

À Dulce Tonet pela organização dos documentos necessários para a inscrição ao processo seletivo e outras ajudas no curso.

Ao Lúcio e Nuriê pelo apoio logístico no período de viagens semanais à Florianópolis.

À Helena Fiacco e bolsistas da Secretaria da Pós graduação em Psicologia que, por boa vontade, viabilizaram a entrega de documentos e me pouparam algumas viagens para entrega dos mesmos.

À minha irmã, Regina, pela leitura e crítica à minha escrita no pré projeto.

Ao meu cunhado Romoaldo, pela concessão da entrevista piloto.

À Poliana Gomes pela ajuda na transcrição das entrevistas.

À professora mestre Leni Trentin Gaspari e professor doutor José Fagundes pelo acesso a documentos necessários à análise das informações.

À minha irmã Anaí, pela leitura crítica de minha escrita no período final de elaboração deste trabalho e por outras ajudas no percurso...

À Neide, Doni, Dirce, Beti, Rubens pela amizade e companheirismo.

Às entrevistadas e entrevistados, protagonistas deste trabalho, pelas informações e por mediarem o encontro com minha história de cidadã em um tempo e um espaço eternos, mas, por vezes, inacessível sem essa mediação. O contato com vocês, ouvi-los foi um gosto que, espero ter fidelizado na apresentação de suas contribuições.

Às participantes da banca, cujos olhares ao meu trabalho me propiciarão também olhá-lo sob outras perspectivas.

À Vida pelos sentimentos e descobertas com que me presenteia.

Os verdadeiros bem estares têm um passado. Não é só no momento presente que se reconhecem os seus benefícios. O ser abrigado sensibiliza os limites do seu abrigo e vive a casa em sua realidade e em sua virtualidade, através do pensamento e dos sonhos. Todos os abrigos, todos os refúgios, todos os aposentos tem valores oníricos consoantes...

Gaston Bachelard

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	Vii
<b>ABSTRACT.....</b>	Viii
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	11
<b>2 EIXOS CONCEITUAIS.....</b>	15
2.1 Memória.....	15
2.2 O breve século XX – mudanças sociais.....	17
2.3 Relações de gênero e trabalho – aspectos históricos.....	19
2.3.1 Inserção das mulheres no mercado formal de trabalho.....	21
2.4 Os espaços do trabalho e a permanência de dicotomias excludentes.....	27
2.4.1 Indicadores do trabalho realizado por mulheres no Brasil.....	29
2.5 A Psicologia histórico-cultural – alguns conceitos.....	31
<b>3 OS CAMINHOS DO PESQUISAR, ENTREVISTADAS E ENTREVISTADOS.....</b>	34
3.1 Quem são as entrevistadas e entrevistados.....	36
3.2 Sujeitos da pesquisa conforme algumas características fundamentais.....	37
<b>4 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS DO SÉCULO XX NA VISÃO DAS ENTREVISTADAS E ENTREVISTADOS.....</b>	40
4.1 A diminuição do campesinato.....	40
4.2 A crescente industrialização.....	44
4.3. O avanço da escolarização superior.....	51
4.4 A intensificação da inserção das mulheres no mercado formal de trabalho.....	58
4.5 Sentidos atribuídos ao trabalho formal remunerado realizado por mulheres - Permanências e rupturas.....	71
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS – OUTROS SENTIDOS.....</b>	74
<b>6 REFERÊNCIAS.....</b>	77
<b>7 ANEXOS.....</b>	84
Anexo A - Gráficos da estrutura etária no Brasil de 1950 a 2020.....	85
Anexo B – Gráfico da estrutura etária no Brasil 1992 a 2011	86
<b>8 APÊNDICES.....</b>	87
Apêndice 1 – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	88
Apêndice 2 – Instrumento de coleta de informações.....	89

STELMACHUK, Maris Stela da Luz. **Mulheres do século XX**: memórias e significados de sua inserção no mercado formal de trabalho. 2012. 151 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

### RESUMO

O presente trabalho refere-se à pesquisa realizada com cinco sujeitos, sendo tres mulheres e dois homens com idades entre 74 e 86 anos, sobre os sentidos atribuídos à inserção das mulheres no mercado formal de trabalho que se intensificou a partir de meados do século XX. Apesar das mulheres sempre terem trabalhado, não eram significadas como trabalhadoras e a pesquisa buscou identificar se, com sua inserção em massa nesse mercado, os sujeitos entrevistados teriam subjetivado essa presença e se haveriam mudanças nesse significado. Para a pesquisa foram realizadas entrevistas com roteiro norteador de perguntas tendo em vista depoimentos dos participantes sobre as mudanças sociais do século XX, tal como visibilizado por Eric Hobsbawm na obra *A era dos extremos - O breve século XX – 1914 – 1991*, ou seja, o declínio do campesinato, o avanço da industrialização, a disseminação da escolarização superior e a inserção das mulheres no mercado formal de trabalho. Da fundamentação teórica constou a história das mulheres como trabalhadoras desde alguns países da Europa do século XIX, Brasil, sul do Brasil e região de domicílio das entrevistadas e entrevistados, significado do trabalho, relações de gênero no trabalho, memória social e coletiva e alguns conceitos da psicologia histórico cultural de Vigotski, aporte de análise do conteúdo das informações obtidas nos depoimentos. Os resultados da pesquisa mostram que os sentidos atribuídos à presença feminina nesse meio referem ao reconhecimento de seu potencial, capacitação e competência para o trabalho remunerado, sendo que não mais admitem a diferença de remuneração a menor por elas percebido. Este sentido subjetivou-se e tornou-se singular para cada sujeito, a partir da prática social que essa inserção passou a representar na vida social e cultural do século XX e chega ao século XXI com novo sentido.

Palavras chave: trabalhadoras, relações de gênero no trabalho, psicologia histórico cultural.



STELMACHUK, Maris Stela da Luz. **Women of the twentieth century: memories and meanings of their insertion in the formal labor market.** 2012. 151 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

#### ABSTRACT

The present work refers to the research conducted with five subjects, being them three women and two men at ages from 74 to 86 years old, about the meanings attributed to the insertion of women in the formal labor market, which was intensified from the middle of the twentieth century on. Despite the fact that women have always worked, they were not meant as workers and the research sought to identify whether, with their insertion en masse in this market, the subjects who were interviewed would have been subjective concerning this presence and whether there would have been changes in this meaning. For the research, interviews were made using a questionnaire as a guideline having in view the participants' statements about the social changes in the twentieth century, as it was envisioned by Eric Hobsbawm in his work *The Age of Extremes: the short twentieth century, 1914-1991*, that is, the downfall of peasantry, the advancement of industrialization, the dissemination of collegiate education and the insertion of women in the formal labor market. The theoretical basis consisted of the history of women as workers since some nineteenth-century European countries, Brazil, the South of Brazil, and the domicile region of the interviewed, the meaning of work, gender relationship at work, social and collective memory and some concepts of Vigotski's historical cultural psychology of contribution of the analysis of contents of information obtained from the statements. The results of the research show that the meanings attributed to the feminine presence in this environment refer to the recognition of women's potential, capability and competence for paid jobs, and that they no longer accept the smaller remuneration earned by them. This meaning turned out to be subjective and became singular for each subject since the social practice this insertion started to represent in the social and cultural life of the twentieth century, and it arrives at the twenty-first century with a new meaning.

Key words: workers, gender relationship at work, historical cultural psychology.



## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou investigar os sentidos atribuídos por mulheres e homens, com idades entre 74 e 86 anos, ao trabalho formal remunerado realizado por mulheres que se intensificou a partir de meados do século XX. Nesse período, a presença feminina nessa modalidade laboral se intensificou e pesquisei como se deu o processo de significação dessa prática em sujeitos que a vivenciaram. Sabe-se que a despeito das mulheres sempre terem trabalhado para seu sustento e de suas famílias, quem ocupava o lugar e a titularidade como trabalhador remunerado nas famílias e na sociedade do início do século XX eram, sobretudo, os homens. Sobre isso Margareth Rago (2007) informa que essa invisibilidade se deve prioritariamente ao fato de que os escritos partiam da perspectiva masculina, sendo os homens os informantes mais assíduos e acatados pelos registros históricos oficiais. A referida titularidade masculina e invisibilidade feminina se evidenciaram de modo instigante em minha pesquisa de mestrado, com término em 2005, quando verifiquei que em contextos familiares, por volta de 1930, 1940, em duas cidades da região sul do Brasil, o trabalho executado por mulheres, mães dos entrevistados, era secundarizado ou mesmo negado, ainda que tivessem participação igual ou maior na realização das atividades remuneradas da família.

Como professora de Psicologia do Desenvolvimento III<sup>1</sup>, que enfoca a vida adulta e o envelhecimento, em aula, no ano de 2002, ao abordar o aumento da expectativa de vida no século XX, chamou-me atenção a configuração gráfica da distribuição populacional por idade no Brasil, desde 1950. Quatro gráficos de Elza Berquó (1996) que contemplam o período de 1950, 1991, 2000 e projeção para 2020 (ANEXO 1) demonstram o fenômeno que Ian Stuart-Hamilton (2002) denomina “retangularização da pirâmide”, visibilizando as modificações que vem sofrendo a configuração demográfica do envelhecimento no Brasil e no mundo. Ao olhar para os gráficos, perguntei-me o que as pessoas fariam, como viveriam o tempo de vida a mais que seus antecessores não tiveram, uma vez que a estimativa de vida vem aumentando desde o início do século, conforme demonstra Matheus Papaléo Netto (2002) e de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (2007). Em dados mais recentes, verificou-se que no Brasil, segundo informe desse Instituto, a expectativa de vida de um brasileiro, em média, nascido em 2010 alcançou 73,5 anos de vida, segundo pesquisa divulgada em dezembro de 2011, conforme IPEA (2012). Ao longo de três décadas, o aumento foi de 10 anos e 11 meses na expectativa de vida, segundo o IBGE (2011). O contato com esses dados motivou a escolha do problema de pesquisa de mestrado que se centrou na permanência no trabalho após a aposentadoria, tendo sido realizadas, como instrumento de coleta de informações, entrevistas com blocos temáticos, sendo que um deles referia-se ao trabalho na família de origem dos participantes. Neste, os entrevistados informavam sobre o trabalho de seus pais e observei que, ainda que suas mães realizassem os mesmos trabalhos, não eram mencionadas como trabalhadoras. De modo geral, no período de suas infâncias a sociedade brasileira e mundial não contava com a participação das mulheres em trabalhos remunerados fora de seus domicílios na proporção que se vê no início do século XXI. Os participantes informavam que a ocupação de suas mães era “do lar”, referindo-se ao cuidado dos filhos e da casa. No entanto, ao relatarem o cotidiano de trabalho dos pais, tornavam visível a participação de suas mães em outras atividades, conforme relato de uma das entrevistadas: “...meu pai trabalhava até o começo da tarde e depois ia para o clube, jogar com os amigos... ...a gente ia pra escola, voltava e a mãe ainda [estava] na loja. Então o trabalho fazia parte do dia-a-dia e a gente participava dessa atividade, se criou dentro da loja, trabalhando...” (Stelmachuk, 2005, p.96).

Ao analisar as informações obtidas chamou minha atenção o fato dos sujeitos da pesquisa não incluírem suas mães nos relatos do bloco de trabalho, mas mencionarem sua participação no trabalho remunerado realizado por seus pais ao falarem do cotidiano da família, como no excerto acima. Posteriormente, em outros contextos que não o acadêmico, o mesmo fato foi sendo observado repetidamente. Uma situação marcante que contribuiu para a decisão da escolha do tema para o presente trabalho ocorreu certo dia em que eu conversava com um cunhado, de 65 anos. Ele comentava sobre a ocupação de seu pai, a construção de barris de madeira. Perguntei como se dava o processo e ele relatou-o em detalhes, desde o momento da encomenda pelos clientes até a entrega do artefato, passando pelo modo como cada etapa era realizada. Quando terminou o relato, indaguei sobre o tempo necessário para a confecção de um barril. Ele respondeu prontamente: “Ah! Mamãe fazia dois por dia!” Mais uma vez o mesmo fato: o pai era o construtor de barris, nomeado como titular da ocupação, mas o relato do cotidiano revela a mãe na realização do trabalho. Novamente se evidencia uma questão instigante sobre a forma de significar o trabalho realizado pelos homens e o mesmo trabalho sendo realizado pelas mulheres.

O presente trabalho buscou identificar, com base em entrevistas com depoimentos, os sentidos do trabalho

---

<sup>1</sup>Disciplina que consta da grade curricular do Curso de Psicologia da Fundação Universidade do Contestado, Campus Canoinhas/Porto União – SC.

formal remunerado realizado por mulheres, uma vez que estas, a despeito de sempre terem trabalhado, não eram objetivadas pela cultura como trabalhadoras e, talvez, não se subjetivassem dessa forma. Assim, verificou-se se houve modificação na forma de significar esse tipo de trabalho por parte de pessoas que viveram o período histórico em que se intensificou a presença feminina no mercado formal de trabalho. Quais os sentidos atribuídos ao trabalho formal remunerado realizado pelas mulheres durante o século XX, no qual ocorreu, segundo palavras de Montalcini, citado por Hobsbawm (2008, p.11) a “emergência da mulher, após anos de repressão”?

Tenho como cenário parte do século XX, de 1914 a 1991. 1914 como início da Primeira Guerra Mundial e 1991, com o final da Guerra Fria e colapso da União Soviética. Este período foi marcado por acontecimentos de influências normativas ligadas à história, ou seja, fatos de grande alcance vivenciados por coetâneos de determinada cultura e que os atinge de maneira mais ou menos uniforme, conforme Anita Neri (2002), como guerras, crises econômicas, movimentos artísticos, novas tecnologias que possibilitam novos modos de vida. Entre estes situam-se as mudanças sociais do século XX que marcaram de forma pregnante e de maneira mais ou menos igual quem o viveu, segundo Anthony Giddens (1991) e Eric Hobsbawm (2008), pelas rápidas e abrangentes transformações que nele se processaram. Baseada nesse contexto, as informações foram analisadas a partir de três eixos de discussão, ou seja, trabalho e gênero, memória e constituição do sujeito. Para isso foi fundamental retomar a história do trabalho realizado por mulheres, como fundante na constituição dos sujeitos do século XX, tendo por base as teorizações de Karl Marx e Friedrich Engels (2007) sobre a divisão sexual do trabalho, dialogando também com autores que atualizam essas teorizações, como Bila Sorj (2000), Ricardo Antunes (2009), Laís Abramo (2007) e Helena Hirata (2007). Memória faz parte da análise das informações em vista dos relatos dos entrevistados, adotando como base o papel social da memória proposto por Paul Thompson (1992), Félix Vázquez (2001), Ecléa Bosi (1994, 2003), Maurice Halbwachs (2006) como processo e produto construído por meio das relações, dentre elas, as de gênero e práticas sociais, nas quais a linguagem e a comunicação desempenham papel fundamental. Para o entendimento e discussão de gênero contribuíram autores que enfatizam a presença feminina, sobretudo no trabalho formal remunerado, como Michelle Perrot, (2007), Marta Calás e Linda Smircich (1999), Heleieth Saffioti (2001), Louise Tilly e Joan Scott (1987), Tania Fonseca (2000), Joana Pedro (2007), Cláudia Maia e Maria de Fátima Lopes (2001), Hirata (2007), Antoine Prost e Gérard Vincent (2003), Rago (2007), Maria Aparecida Silva (2007). Por último, realizei a análise dos entrelaçamentos dos eixos mencionados tomando por base a Psicologia Histórico Cultural de Vigotski, dialogando com Lev S. Vigotskii<sup>2</sup> (1998), Susana Molon (1999), Andrea Zanella (2004), Vygotsky<sup>3</sup> (2004), Angel Pino (2005) e Vigotski (2001, 2003, 2007). Tenho como premissa que os sujeitos participantes da pesquisa trazem em seus processos de significação as marcas do momento histórico, social e cultural em que vivem, quando internalizam e se constituem a partir de aspectos mediados pelo social e constroem sentidos sobre os modos de vida de seu tempo e de sua cultura.

Vigotski (2001, 2003, 2007), como teórico do aporte de análise desta pesquisa, contribui ao discorrer sobre a função criadora e combinadora, que reelabora e cria, com elementos de experiências anteriores, novas formas de significar (Molon, 1999). Os entrevistados, muito além da mera repetição do que foi experienciado e relatado nas entrevistas, (re)elaboraram e criaram novas realidades compatíveis com seus desejos e necessidades humanas, a partir dos modos de vida do período histórico em que vivem. Isso se dá porque a atividade criadora faz do sujeito um ser projetado ao futuro, modificando o momento presente, sendo essa uma dimensão do humano que media e constitui o processo de subjetivação/objetivação das relações vividas que, por sua vez, engendram os modos de vida e criação característicos de uma época. Neste trabalho, esse processo foi investigado como aspecto relevante na mediação das formas de subjetivação e objetivação da intensificação da presença feminina no trabalho formal remunerado por sujeitos que viveram a época dessa intensificação como participantes sociais ativos no século XX. O processo de constituição do sujeito nesse período e ao longo da história inclui o aspecto de singularidade, que faz de cada ser, um sujeito único, constituído por meio de uma relação dialética entre sua unicidade e o contexto social, histórico e cultural do qual faz parte.

Fundando-me nessas premissas, foram considerados os sujeitos que conviveram, ainda que indiretamente, com guerras que mudaram o mundo em suas dimensões política, econômica, social, cultural, geográfica; com o fim de alguns impérios e a edificação de outros; com a revolução das artes; com os “anos dourados” em parte reais e em parte apregoados como forma de recuperação social e psicológica no pós-guerra; com a guerra fria entre ocidente e oriente próximo; e, sobretudo, com a revolução social, histórica e cultural como um todo, situação esta de conhecimento geral na contemporaneidade, mas que, neste trabalho, tomará como base a contribuição de Hobsbawm (2008). A escolha desse autor se deu em vista de como elencou as mudanças sociais ocorridas no período, nas quais incluiu a inserção feminina no mercado formal de trabalho, e também pelo fato também de, como cidadão do século XX, ter presenciado os acontecimentos que geraram as mudanças mencionadas, como os entrevistados da presente pesquisa. Além deste aspecto, um outro, este relacionado com os sujeitos que vivenciaram anonimamente a história, levaram à decisão por sua escolha. Segundo ele, é grande o número de

<sup>2</sup>Conforme grafia na publicação em espanhol.

<sup>3</sup>Conforme grafia na publicação consultada.

pessoas que desconhecem seu passado histórico e vivem “numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem” (p. 13). Com essa afirmação ele se refere ao conhecimento que somente historiadores e cidadãos cultos e que vivenciaram determinados fatos têm sobre os acontecimentos que marcam e demarcam uma época. Esta, portanto, é mais uma ligação importante entre seu relato, que ele caracteriza como autobiográfico, não por ter protagonizado, mas por ter vivenciado os fatos sobre os quais escreveu, como minhas entrevistadas e entrevistados que, em muitos momentos usaram as mesmas palavras e expressões por ele descritas, atribuindo-lhes, não raro, os mesmos sentidos, como se verá na apresentação dos resultados.

Os entrevistados vivem em região caracterizada pela imigração européia, cujas marcas os constituem e distinguem, tendo o trabalho com propulsor (e opressor, por vezes) de suas vidas. Sujeitos descendentes de imigrantes que atravessam o oceano dispostos a viverem em um lugar desconhecido e atravessaram o século em meio às mais abrangentes e desafiadoras transformações. No geral, esse contexto foi vivenciado por todos, mas está singularizado em cada um deles, em suas histórias de vida, sendo que, segundo Vigotskii (1998), não se limitam a recordações de experiências vividas, mas a (re)elaborações, processo criativo que, dadas as condições de suas existências, os fizeram desenvolver-se até um estágio que somente o humano, em todas as suas dimensões, pode atingir. Nos relatos, nas entonações de voz, nas pausas e recuos, no entusiasmo e no lamento de cada fala foi possível vislumbrar o universo de sentidos, sentimentos, perplexidade, expectativas e crença/descrença no devir promissor ou assustador, destruidor que o intenso fervilhar da modernidade suscitou no mundo singular de cada participante. Em meio a esse universo foi possível vislumbrar o que Molon (1999) denomina processo de significação de vivências práticas partilhadas, nesse caso, em relação ao trabalho formal remunerado realizado por mulheres, nas famílias e na sociedade, pelas crianças e adolescentes do início e meados do século XX, hoje cidadãs e cidadãos situadas e situados na faixa etária de 70 anos de idade ou mais.

A estrutura capitular deste texto inicia com a apresentação dos eixos conceituais nele abordados, ou seja, memória, mudanças sociais do século XX, aspectos históricos do trabalho realizado por mulheres e sua inserção no mercado formal de trabalho, relações de gênero no trabalho, incluindo a dimensão de constitutiva do sujeito que o trabalho traz em seu bojo.

A seção sobre memória privilegiou autores que a ela se referem não como mera recordação de fatos, mas como construções, elaborações e reelaborações de acontecimentos, conforme singularizadas pelos sujeitos históricos que os vivenciaram, pois ao recordarem e relatarem esses fatos constroem reelaborações que contribuem com a história oral. Para essa seção foram consultados Thompson (1992), Bosi (1994; 2003), Benjamin (2000), Vázquez (2001) e Halbwachs (2006), autores que privilegiam a memória em seu aspecto social e coletivo, que recria os fatos históricos com as discontinuidades de vivências pessoais, familiares, próximas. Com esse enfoque diferenciam-se da concepção veiculada pela versão oficial, hegemônica que enfatiza a linearidade cronológica dos fatos e seus protagonistas, detentores de notoriedade política que os tornam visíveis à sociedade e figuram nominalmente em livros e informativos. Os autores consultados alinham-se com as premissas da Psicologia histórico cultural de Vigotski por conceituarem memória como processo de elaborações, reelaborações e construções históricas, realizadas por sujeitos históricos que as singularizam e revelam em sua subjetividade as marcas de um tempo e de uma sociedade.

Na sequência dos eixos conceituais vêm as mudanças sociais relatadas por Hobsbawm (2008): fim do campesinato, industrialização, escolarização superior e inserção das mulheres no mercado formal de trabalho que revelam o impacto das mesmas na sociedade ocidental e suas reverberações até o início da última década do século XX.

Adentrando o foco deste trabalho, apresento aspectos históricos das relações de gênero no trabalho. Início apresentando a realidade da França e Europa, assim como do Brasil, com a situação das trabalhadoras no início do século XX, passando para as da região sul e finalizando com aspectos históricos das mulheres trabalhadoras na região de domicílio dos participantes da pesquisa. No eixo trabalho também são apresentadas as relações de trabalho na contemporaneidade.

Retomando as relações de gênero no trabalho abordo os espaços e a permanência de dicotomias excludentes que, a despeito dos avanços já verificados nessas relações, ainda permanecem e evidenciam as assimetrias e desigualdades no tratamento e remuneração às mulheres.

Os indicadores do trabalho realizado por mulheres no Brasil dão continuidade à abordagem da situação trabalhista em termos estatísticos, baseando-se em dados e discussão de autoras que discutem as desigualdades de gênero no contexto de trabalho e no geral da sociedade.

Como aporte de análise deste trabalho, a psicologia histórico cultural e alguns de seus conceitos foram apresentados na seção subsequente.

Os caminhos percorridos para a realização deste trabalho são apresentados em seguida e constam da explicitação do tipo de pesquisa, escolha e contato com os sujeitos entrevistados e tratamento das informações, bem como da caracterização da região de domicílio dos entrevistados e entrevistadas, com sua variada composição étnica, bem como sua realidade social e econômica. Aspectos esses de relevância para situá-los no contexto social, histórico e cultural no qual se constituíram.

A apresentação dos depoentes é feita na sequência, iniciando com seus dados de identificação e as informações por eles concedidas que foram discutidas e analisadas pelas autoras e autores já referidos, além de outros que abordam as especificidades das seções sobre as mudanças sociais, ou seja, a crescente industrialização, o avanço da escolarização superior e, finalizando a seção das informações prestadas sobre as mudanças sociais do século XX apresento os depoimentos sobre a inserção das mulheres no mercado formal de trabalho.

A seção seguinte refere-se às conclusões e aos sentidos atribuídos pelos depoentes à inserção das mulheres no mercado formal de trabalho, passando em seguida para as considerações finais.

## 2 EIXOS CONCEITUAIS

### 2.1 MEMÓRIA

... toda comunidade carrega dentro de si uma história multifacetada de trabalho, vida familiar e relações sociais a espera de alguém que a traga para fora.  
Thompson (1992)

As várias dimensões da memória possibilitam a formação da história oral, memória social e memória coletiva que, com suas diferenças, semelhanças e interseções são de importância fundamental para a pesquisa por meio de entrevista e depoimentos de que trata este trabalho. Os autores apresentados nessa seção, com os quais compartilho a forma dialógica como discutem a memória, têm em comum a visão do processo criativo que se tece pela mediação entre a relação dos sujeitos com os fatos e acontecimentos por eles vivenciados, constituindo sentidos que os distinguem e os aproximam. O processo criativo não cessa e os fatos lembrados são novamente vivenciados ao recriar, reelaborar, reescrevendo sentidos pessoais para experiências compartilhadas. Assim se faz a história de uma época, incluindo a todos, pois os fios que tecem essa história ficariam frouxos, desconexos não fosse o suporte providenciado pelas subjetividades singularizadas que a compõem. Vigotskii (1998) avizinha-se desse dialogismo quando propõe que o processo de significação, que constrói sentidos e constitui sujeitos em cada momento histórico, considera as marcas sociais e culturais de cada época. No espaço intrapsíquico de cada sujeito as lembranças das experiências compartilhadas sobre os fatos sobre os quais versa a pesquisa suscitam elaborações, reelaborações, criação e formulação de sentidos que os singularizam.

Da memória como processo mental superior para a memória que faz história social e cultural de um tempo e de um espaço, surge o sujeito e seu processo de significação, que traz para esta pesquisa contribuição com seu testemunho e forma de subjetivar os acontecimentos que vivenciou, no cenário das transformações sociais ocorridas no século XX e relatadas por Hobsbawm (2008). Nesse ponto, o interesse da investigação foi direcionado para a relação dialética entre o impacto dos acontecimentos vivenciados por eles e como significaram esse impacto, ou seja, que transformações esses acontecimentos lhes propiciaram e como elas foram subjetivadas por eles. Seus relatos são aqui tratados como possíveis indicadores e reveladores de como internalizaram, subjetivaram e transformaram em práticas sociais as decorrências dos acontecimentos principais do século XX. Que sujeito se constituiu com base na transformação social e cultural que se deu a partir da intensificação da inserção das mulheres no mercado formal de trabalho?

A história das revoluções e mudanças deflagradas por guerras e consequentes transformações sociais e culturais passadas de geração para geração pela tradição oral e pela crônica escrita, podem ser compreendidas por meio da história política e social, ou seja, pela visão oficial e hegemônica fundamentada por órgãos agenciadores de opinião, como a imprensa noticiosa ou pela academia que pesquisa e sistematiza as informações que devem chegar ao grande público. No entanto, esses mesmos acontecimentos são também metabolizados na esfera intrasubjetiva e transmitidos pela história próxima, familiar, local, em forma de crônicas que compõem a história e configuram cenários sociais e culturais. Conhecê-las auxilia a compreensão do momento histórico de uma sociedade, a partir da forma como os participantes desses acontecimentos as vivenciaram (Thompson, 1992).

As versões da história direcionadas à formação acadêmica e publicizadas nos livros escolares prescindem de substância social que se constitui a partir do cotidiano dos participantes presentes em seu cenário. A forma como as pessoas vivenciam e assimilam os acontecimentos, com suas discontinuidades e micro comportamentos, mediada pelas decisões dos protagonistas passa a ser matéria prima da subjetivação até que, por força das condições por ela impostas, transformam-se em práticas sociais. Episódios urbanos, pitorescos, locais, próximos, narrados em crônicas que mostram as discontinuidades dos acontecimentos políticos e sociais que permeiam os marcos históricos, ao não serem consideradas pelos historiadores, deixam lacunas na composição dos cenários sociais, históricos e culturais de uma época e de uma sociedade (Thompson, 1992 e Bosi, 2003).

Com isso, a via oficial e hegemônica deixa de ser a única detentora da verdade dos fatos, dando lugar ao relato do descontínuo, do pontual construído pela memória oral, não como avesso da história política, mas pela fala dos excluídos, “velhos, mulheres, negros, trabalhadores manuais, camadas da população excluídas da história ensinada nas escolas tomam a palavra” (Bosi, 2003, p.15). Só com a voz de todos, a história poderá ser conhecida com os sentimentos e paixões individuais que permeiam os episódios históricos, que os documentos oficiais não contam e que o romantismo literário já conhecia e praticava. Escolas, igrejas, partidos políticos são os mediadores formais entre o presente e o passado. A memória dos que viveram a história pode ser a mediação entre as gerações presentes e as testemunhas do passado e cada sujeito que lembra traz a sua lembrança e o seu olvido, a sua versão, o seu significado, compondo os entremeios de uma história que é de todos e, portanto, pode ser contada (escrita) por todos. Se o potencial da história oral se concretizar, diz Thompson (1992) disso resultará uma

mudança fundamental no modo pelo qual a história é escrita e estudada, em suas questões e julgamentos e em sua natureza.

Segundo Bosi (1994) o universo das lembranças não se constitui do mesmo modo que o universo das percepções e das idéias, sendo que esse universo processa uma seleção que não é igual para todos. A memória não apenas recorda, mas processa relação com sentidos que atribui às informações. Dessa forma, existem informações que são comuns a todos os que vivenciaram uma dada situação, mas as significações a respeito delas são pessoais, singulares. Sendo a memória construtiva e criativa (Vigotski, 2001) o que fica armazenado não são somente as informações específicas em si, mas aquilo que se incorporou delas às experiências já existentes, ou seja, o entendimento, a interpretação e o sentido de quem as experienciou. Relação das significações entre o fato ocorrido e a lembrança que resulta nos sentidos que cada pessoa atribui às suas experiências e, no caso desta pesquisa, os sentidos que atribuem ao trabalho formal remunerado realizado por mulheres. Sua contribuição com as memórias e sentidos reporta ao que Thompson (1992) propõe quando diz que, dos relatos das pessoas, do incurso em suas vidas, vem a possibilidade de uma “experiência humana, profunda, comovente” (Thompson, 1992, p.217), além de estímulo intelectual para a pesquisa histórica. Entrevistas com esse objetivo podem realizar-se em qualquer lugar, “pois toda comunidade carrega dentro de si uma história multifacetada de trabalho, vida familiar e relações sociais a espera de alguém que a traga para fora” (Thompson, 1992, p.217).

Sobre isso Vázquez (2001) aborda o caráter social da memória individual e sinaliza o paradoxal e o insólito dessa relação. Paradoxal porque parte do que pode se considerar o mais caracteristicamente individual, peculiar e próprio do ser humano para, em seguida reportar-se ao social, pela característica reflexiva de ver o outro e *no* outro a si mesmo. Ressalvo que a colocação de Vázquez segue em direção contrária à de Vigotski (2001) que afirma que o social é convertido em pessoal, passando do espaço intersubjetivo para o intrapsíquico. Quando define o paradoxal da memória Vázquez (2001) refere-se não à constituição do sujeito, mas à tomada de consciência de que significados pensados como próprios são descobertos como partilhados por outros em contextos comuns. Em outras palavras, ao ler uma biografia pensa-se que ali se vai encontrar algo que zelosa e secretamente o protagonista tenha de exclusivo e guardado de si até que emerge e o exhibe publicamente. Diante disso percebe-se que o patrimônio interior de uma pessoa pode parecer familiar, inteligível e comum a outra e nesse ponto se desfaz o paradoxo, pois ao identificar-se com o mundo interior do outro revela-se, em lugar da expressão de uma realidade interior, construções sociais, comuns a todos. Assim, a construção da natureza social dos seres humanos é possível por sua capacidade de ser sujeito e objeto em uma relação recíproca, ou seja, a construção da natureza social humana se deve à sua capacidade reflexiva. Ao tomar-se a si mesmo como objeto de análise é que o sujeito pode constituir um mundo de significados compartilhados e um espaço intersubjetivo, sem o qual sua dimensão social não poderia se constituir. Essa relação se passa no próprio sujeito em relação consigo mesmo, com o outro e também por mediações como as da literatura e do cinema, onde o que está escrito ou projetado também contribui para o processo de constituição social dos indivíduos. Dessa forma o que constitui a memória individual, constitui também a social, partilhada.

Quanto à memória coletiva, Halbwachs (2006) compartilha com Vázquez (2001) ao propor que o sujeito recorre a testemunhos para reforçar ou enfraquecer o que já sabe de determinados acontecimentos. Ao se questionar sobre algo que viu ou viveu, a pessoa se depara com o primeiro testemunho, ela mesma, e percebe que em si existem dois seres, o sensível, que depõe sobre o que viu e o outro, o que não viu, mas que pode ter criado um parecer sobre o fato com base no parecer de outras pessoas. Estas podem aumentar a confiança na exatidão de uma percepção ou lembrança, como se a mesma experiência fosse partilhada por outros. Novamente se verifica a natureza social e coletiva de uma experiência, que se constitui, no entanto, de forma singularizada em cada indivíduo.

A memória não se resume a lembrança de fatos passados, mas a elaborações, reelaborações e ressignificações que ocorrem a cada imersão no universo experiencial de cada sujeito. Assim, além de um instrumento para a exploração do passado é também o meio para essa exploração. Para Benjamin (2000) aquele que pretende ir ao seu passado, deve proceder como quem escava, sendo que *fatos* são camadas que recompensam a busca. Estes fatos são imagens que, quando desprendidas das conexões mais remotas, surgem como “preciosidades ao entendimento tardio, como torsos na galeria do colecionador” (p.239). Com isso é importante demarcar no terreno escavado o lugar exato onde o investigador deles se apropriou, possibilidade de entendimento de como se deu essa apropriação, ou seja, como passou a ser subjetivada uma experiência objetivamente partilhada.

Esquecimentos e impossibilidades de falar, de relatar são aspectos que reportam ao silêncio dos soldados ao voltarem da guerra, silêncio carregado de história que as versões oficiais contam. “Há uma memória coletiva produzida no interior de uma classe, mas com poder de difusão, que se alimenta de imagens, sentimentos, idéias e valores que dão identidade àquela classe” (Bosi, 2003, p.18) identificando que a memória oral também se faz com preconceitos, desvios, inautenticidade, possíveis indícios das marcas e traços que o fato histórico deixou na sensibilidade popular de uma época. Assim, quando um acontecimento político, social ou de outra natureza afeta um grupo social, a memória de cada indivíduo é afetada pela interpretação que a ideologia ou instâncias dominantes conferem a esse acontecimento, agindo como signos que mediam os sentidos construídos por cidadãos de uma época.



Obviamente as lembranças evocadas, omitidas, os lapsos presentes nas informações obtidas por meio de entrevistas com as participantes e os participantes da pesquisa chegaram carregados de sentidos que terão se constituído não somente enquanto os fatos evocados estavam sendo vivenciados por eles, mas acrescidos de sentido e criação pessoal, singularizada e partilhada pelos sujeitos de sua convivência próxima e distante, social e coletiva. Na tessitura da história, a memória está se fazendo e, por meio dos relatos dos entrevistados, foram identificados indícios de como estes se constituíram como sujeitos num mundo e numa época de intensas e rápidas mudanças sociais, como se processaram os modos de subjetivação/objetivação e como significam o trabalho formal remunerado realizado por mulheres que se intensificou no século XX.

## 2.2 O BREVE SÉCULO XX – MUDANÇAS SOCIAIS

... os acontecimentos públicos são parte da textura de nossas vidas...  
Eric Hobsbawm (2008)

O século XX foi um período de grandes transformações no cenário mundial em setores os mais variados. Muitos de nós, nascidos nessa época, crescemos ouvindo que o mundo não era mais o mesmo, que tudo tinha mudado. As referências à modernidade, seja em seu sentido ordinário contraposto a tempos anteriores, seja como período histórico que se configurou a partir da Revolução Industrial, deixam evidentes a surpresa e o estranhamento das pessoas quanto aos modos de vida e práticas sociais que se tornaram parte de nosso cotidiano. Esse estranhamento revela o impacto e a magnitude das mudanças deflagradas desde o advento da modernidade e o processo de subjetivação que converteu em sentidos pessoais e significados partilhados, o que, a princípio era social (Molon, 1999, Vigotski, 2001 e Pino, 2005). Marshall Berman (2007) mostra o quanto essa realidade se disseminou, sobretudo no mundo ocidental, explicitando com fatos históricos que “tudo que é sólido se desmancha no ar”, máxima contundente e desconcertante emprestada de Marx e Engels (2001), que revela a impermanência de costumes, modelos sociais, institucionais, econômicos e culturais que se tornou parte desse cotidiano e não restou nada mais a fazer do que conviver com as transformações que foram se impondo e constituindo sujeitos desse período histórico. A perplexidade diante dos fatos foi fazendo parte da tessitura das vidas dos sujeitos e, assim, os que viveram nos fins do século XIX, muito provavelmente desconheciam práticas que se tornaram corriqueiras no início do século XXI. A extensão temporal entre esses dois períodos históricos não é grande, mas as transformações neles operadas foram abrangentes, profundas, indelévels.

Os sujeitos participantes desta pesquisa viveram suas vidas imersos nesse contexto social, histórico e cultural que Hobsbawm (2008) apresenta em sua obra *Era dos extremos, o Breve século XX*. Nela encontram-se os principais acontecimentos ocorridos durante o século XX com suas decorrentes mudanças sociais. O período compreendido entre 1914, com o início da Primeira Guerra Mundial e 1991, com o final da Guerra Fria e colapso da União Soviética, foi marcado por experiências que impactaram a todos e, em certo sentido, do mesmo modo, conforme mostra Hobsbawm (2008) e conforme se vê nos relatos dos entrevistados, moldando crenças e instituições, desconfigurando a lógica binária e excludente que não admite a coexistência de diferenças, sejam políticas, ideológicas ou religiosas, ainda que permaneçam diversas formas de fundamentalismos que desprezitam diferenças e direitos humanos. Os fatos ocorridos nesse período não são meros acontecimentos, pois deles resultaram verdadeiras revoluções nos modos de vida do mundo ocidental. Era dos extremos e de contradições, diz Hobsbawm (2008), pois depoimentos colhidos a título de olhar panorâmico sobre a época mostram o horror e a violência que permearam a vida das pessoas nesse período, mas também apontam para avanços que, possivelmente, esses mesmos acontecimentos possibilitaram, como os produzidos pela ciência e pela tecnologia que repercutem sensivelmente no cotidiano do mundo. Histórias se constroem e se destroem com a massificação promovida pelos meios de comunicação, desconfigurando culturas regionais e igualando modos de vida sob a égide avassaladora do consumo, este, sucesso incontestável dos propósitos do capitalismo. O período abordado parte da centralidade européia vivenciada no século XIX, cuja civilização era capitalista na economia, balizada pelo liberalismo legal e institucional em uma sociedade de hegemonia burguesa que comemorava os avanços do conhecimento, da ciência e da educação, com progresso material e, supostamente, moral. No entanto, sob os efeitos do princípio da evolução, segundo Edgar Morin (2010), ao acionar um movimento gerador de progresso aciona também um movimento de transgressão que, por sua vez, gera regressão, essa sociedade ruiu em poucos anos, sendo caracterizada como era de catástrofe, abalada por duas guerras mundiais e o que parecia indestrutível teve a duração de uma vida humana.

A revolução deflagrada nesse século colocou os intelectuais do Ocidente, percebendo que o mundo, em suas várias dimensões não era mais o mesmo, diante da tarefa de modificar os termos que utilizavam para denominar o “território mental da vida no século XX” (Hobsbawm, 2008, p.282). Assim, o que era denominado como industrial passou a ser chamado pós industrial, o que era moderno passou a ser pós moderno, o que era estruturalista passou a ser denominado pós estruturalista, marxista, pós marxista, etc. A mudança desses termos

significa o reconhecimento das transformações do mundo nesse período que passaram a fazer parte da constituição psíquica dos sujeitos nos tempos seguintes. O que era proveniente do externo, do social passou a fazer parte da consciência dos sujeitos (Vigotski, 2001) e do mundo a partir de então. A experiência partilhada da revolução social e cultural foi se constituindo e constituindo sujeitos a partir dos grandes centros, onde ocorreram os acontecimentos relevantes da época, como as guerras mundiais, a ascensão e o declínio de impérios políticos, econômicos e as mudanças daí advindas tiveram alcance rápido e universal. Dos acontecimentos às suas consequências na vida estabelecida até então, foi necessário um tempo para a percepção e a avaliação de que o crescimento material se transformaria em alterações que repercutiriam na vida de todos, mesmo para os que já viviam constantes mudanças ocasionadas pela chegada da tecnologia e da inovação cultural. No início do século XX, quando pessoas da área rural começaram a procurar trabalho na cidade, provavelmente não imaginaram que, com isso, suas vidas e a do mundo mudariam para sempre. Somente quem vê de fora e de outro tempo esse cenário pode avaliar o alcance desses movimentos.

Hobsbawm (2008) aponta que a mudança mais impressionante e de mais longo alcance ocorrida a partir de 1950 foi o declínio do campesinato e passagem para a urbanização e industrialização de bens de consumo, uma vez que desde os primórdios da civilização as pessoas viviam da coleta e depois do cultivo da terra, de seus rebanhos ou da pesca. A maioria dos países europeus e mesmo a América do Norte permaneceram em atividades agrícolas até mais da metade do século XX. Essa revolução nas práticas sociais e modos de vida pode ser constatada, por exemplo, na Finlândia, onde uma menina nascida na área rural, quando moça, tornou-se esposa de um agricultor e, antes de entrar na meia idade, tornou-se uma intelectual urbana e figura política. Ao início de sua vida, 57% dos finlandeses eram agricultores e em sua meia idade, menos de 10% o eram. O exemplo mencionado pode ser aplicado na América Latina e outras partes do mundo, sendo que na Colômbia, de 1951 a 1973, metade da população agrícola, passou pela mesma mudança, como também no México de 1960 a 1980, e quase a mesma porcentagem de camponeses decresceu também no Brasil no mesmo período.

A produção de alimentos passa a ser praticada por meio da industrialização. O uso de maquinário, criação seletiva, química agrícola e biotecnologia vai prescindindo cada vez mais de mão de obra de agricultores, famílias camponesas e empregados permanentes. Esse movimento, necessário para que a população sempre crescente possa ser alimentada, faz com que os lavradores deixem suas propriedades ou a de seus patrões e passem a circular pelas áreas produtivas, conforme a demanda de cada lugar e de cada safra. Com isso urbaniza-se o mundo, a partir da segunda metade do século XX. A mudança dos campesinos foi, sobretudo, para cidades grandes do chamado terceiro mundo, como Cidade do México, Cairo, São Paulo e Xangai, impondo mudanças no transporte público, com a necessidade da construção de novos sistemas de locomoção rápida e transporte de massa. Ao mesmo tempo, com mais acesso a distâncias maiores, ocorre a descentralização de centros urbanos, com a criação de serviços comerciais e de lazer autônomos nas periferias, *shopping centers*, criação norte-americana. Em países do Terceiro Mundo, os sistemas de transporte possibilitam locomoção em grandes distâncias para o trabalho ou para o lazer, favorecendo cada vez mais que pessoas reunam-se para rituais públicos, como futebol, no Brasil ou para áreas abertas e verdes, no Primeiro Mundo. Por outro lado, as cidades grandes antes desse período, como Nova York, Londres e Paris viram diminuídas suas populações (Hobsbawm, 2008).

Outro aspecto da revolução social refere-se ao surgimento de ocupações que exigem escolarização de nível secundário e superior, antes incomum ao ponto de passar despercebida. Na maioria dos países, mesmo nos mais adiantados em termos de instrução escolarizada, como Alemanha, França e Grã-Bretanha, em fins da década de 1980, verifica-se a explosão da educação de nível universitário. França, República Federal da Alemanha, Itália, Espanha e URSS, Brasil, Índia, México, Filipinas e Estados Unidos, em um cenário marcado pela diversidade, passaram a oferecer mais vagas em universidades a fim de responder às exigências da economia moderna. Até então as instituições formadoras capacitavam muito mais para o serviço público e profissões especializadas, sendo que a expansão do ensino superior foi além das expectativas da tendência democrática de oferecer educação a todos. Essa expansão fez com que as famílias investissem na educação superior de seus filhos, por vezes com muita dificuldade, com a expectativa de melhorias em sua renda e nível social. À medida que o número de estudantes universitários aumentava, os governos multiplicavam o número de professores e instituições formadoras para acolhê-los ao ponto de, na década de 1970, o número de universidades quase duplicar, constituindo um novo aspecto na cultura e na política com a comunicação de idéias e experiências entre nações (Hobsbawm, 2008).

O século XX também foi cenário da inserção em massa das mulheres no mercado formal de trabalho, realidade que afetou não só a classe operária, mas também a maioria dos setores das sociedades desenvolvidas. Conforme Hobsbawm (2008) as mulheres, sobretudo as casadas, que exerciam trabalho remunerado, por volta de 1940, nos Estados Unidos, representavam 14% e, na década de 1980, passaram a ser mais da metade do total da população feminina daquele país. Este é o foco deste trabalho, pois aponta a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho formal remunerado no século XX, fato que não era novo, pois as mulheres sempre trabalharam não só no espaço doméstico, como fora de casa (Perrot, 2007), mas que se destaca nesse período por ter se intensificado.

Esses quatro eixos relevantes das mudanças sociais do século XX, fim do campesinato, industrialização, intensificação da escolarização superior e inserção das mulheres no trabalho formal remunerado, compõem o

cenário sobre o qual os entrevistados relataram vivências, informações veiculadas pela imprensa, troca de idéias com coetâneos ou pela literatura a que tiveram acesso. Com isso foram verificadas as repercussões dessas mudanças em seu cotidiano e como estes mesmos acontecimentos e os deles em suas vidas constituíram os sujeitos que hoje são.

### 2.3 Relações de gênero e trabalho – Aspectos históricos

... as mulheres sempre trabalharam e as sociedades não teriam vivido, se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho – invisível - doméstico...  
Michelle Perrot (2007)

O trabalho como atividade mediadora na relação do homem com a natureza tem amplo significado no processo de constituição do sujeito. As condições sociais e históricas que foram se configurando desde a expansão do pensamento de Marx e Engels (2007), que definem o trabalho como pregnante e fundamental na instalação do homem no mundo, até Antunes (2009) que as atualiza na contemporaneidade, mostrando as fortes e significativas mudanças pelas quais as relações do homem com o trabalho passaram ao longo do século XX, evidenciam a complexidade e importância dialética dessa relação. Max Weber (2004) mostra o percurso deflagrado pelo enunciado que fez o valor, o lugar e a importância do trabalho se modificarem, desde ocupação menor e destinada a escravos e servís até a centralidade que hoje ocupa na vida da maioria das pessoas em muitas culturas. Essa centralidade, pode-se dizer, é significada como a própria vida por trabalhadores, que já não distinguem o que é atividade laboral como meio de subsistência, ocupação e o que é processo de subjetivação e meio de reconhecimento social, que o faz sujeito de uma sociedade e de uma cultura.

É flagrante que, das mudanças sociais e culturais mais visíveis e impregnadas de tudo o que trouxe a modernidade, nenhuma esfera foi mais afetada do que a do trabalho e as relações que a permeiam. Da relação orgânica do homem com a natureza para fins primordiais de sobrevivência ao imprescindível trabalho imaterial, intelectual, mediador e propiciador dos meios de produção na contemporaneidade (Antunes, 2009, Sorj, 2000 e Hobsbawm, 2008) modificaram-se também a subjetividade humana (Vygotsky, 2004). A cada exigência de transformação na produção de bens de consumo, muda também o trabalhador, muda a sociedade. As forças capitalistas remodelam constantemente as formas de aliciar mão de obra para alimentar-se ao ponto de reverter valores que corrompem e distorcem a personalidade humana, constituindo homens e mulheres em conformidade com as práticas sociais e de trabalho de cada momento histórico, conforme mostra Vygotsky (2004). Para Antunes (2009), no entanto, não se trata de constituição subjetiva, mas de submissão à lógica do metabolismo social imposta pelo capital e a define como subjetividade inautêntica, referindo-se à aparente concordância dos trabalhadores com as regras e exigências do capital. Submete-se, pois, caso contrário, torna-se aliado das possibilidades de empregabilidade. Como Sorj (2000), ele aponta o comprometimento do trabalhador contemporâneo com sua própria capacitação ao trabalho, a bricolagem, a fim de garantir sua empregabilidade.

Em contraposição a essa realidade, Antunes (2009), refere-se à equilíbrio entre o tempo destinado ao trabalho e o tempo livre, no qual os sujeitos possam também dedicar-se ao que realmente os humaniza em seu sentido mais profundo, ou seja, a vivência de novas formas de sociabilidade nas quais liberdade e necessidade se complementariam, com espaço para a prática das artes, poesia, literatura e outras formas de atividade emancipadoras. O autor refere também uma importante consigna que resgataria a valorização do sujeito humano que é a resposta a questões sobre o que estão produzindo nos espaços corporativos e para quem estão produzindo, numa tentativa de reaproximar o trabalhador do destino daquilo que produz, como fazia antes da divisão – fragmentação – do trabalho de cada um.

Ainda que essas práticas sejam comuns à grande massa de trabalhadores e uma evidência dos moldes contemporâneos que permeiam as relações de trabalho, por outro lado, corporações inteiras ainda são capazes de se rebelarem e deflagrarem greves, como se vê nos informativos, revelando a resistência da força unificadora corporativa que não desapareceu, mas também revela a insatisfação dos que produzem com as práticas de quem os controla, o capital.

Historicamente, homem e processo de produção de subsistência foram se constituindo e sendo constituídos em relação dialética e interdependente ao longo do tempo. O trabalho era direcionado ao homem e ao bem social, sofisticação da subsistência em contextos cada vez mais amplos. Com a produção para consumo, além da subsistência, ou seja, para além da necessidade de alimentação e vestuário, essa relação foi se distanciando, sendo que do homem foi retirado o protagonismo em detrimento da produção de bens de consumo, agora para gerar capital. Dois atores passam a existir. Um, o patrão, agenciador e gestor da produção. Outro, o empregado, que vende seu trabalho para prover sustento a si e à sua família. A forma como os homens produzem os meios para sua sobrevivência e enriquecimento possibilita o entendimento do processo histórico pelo qual as relações de

trabalho vão se configurando. Assim, desde a revolução industrial, o trabalho humano, antes voltado para o homem, passa a ser comercializado e da comercialização, em distanciamento cada vez maior entre produtor e produto, passou-se à exploração dessa força. O trabalho passa a gerar renda e percebeu-se que mais trabalhadores e mais horas de trabalho produziram mais e mais capital. O trabalhador perde de vista o produto do trabalho que agora não mais lhe pertence e é, nesse contexto de expropriação, que vem se constituindo sujeito, alienado e distanciado daquilo que produz. Com isso, perde-se aqui um elo que veio a mudar para sempre os encaminhamentos da sociedade e da cultura ocidentais. O núcleo familiar antes convivendo e trabalhando em conjunto sai da terra e de seu local de origem, deslocando-se para as fábricas que ocupam meio urbanos. Era o fim da era feudal e início da industrialização, quando o trabalho passa a ser realizado fora dos domicílios e cria-se a dicotomia público/privado para diferenciar espaços reprodutivos ou domésticos, de domínio feminino e, produtivos ou de trabalho remunerado, predominantemente masculino (Oliveira, 2003, Marx & Engels, 2007).

Ao longo das épocas e, de maneira mais flagrante, desde a Revolução Industrial até inícios do século XXI, o trabalho foi sendo transformado, sofisticando-se em formas que estão muito distantes da primordial relação do homem com a natureza para subsistência. Esta relação tornou-se também sofisticada ao ponto de não mais poder dispensar o trabalho imaterial (Antunes, 2009) intelectual, gerador de conhecimento, de certa forma invisível, mas imprescindível a esse dialogismo, marca inconfundível da modernidade. Assim está a realidade do trabalho... De um lado a base doméstica para sua sustentação, ou seja, o trabalho realizado dentro de casa para que trabalhadores estejam em seus postos em condições de produzir. De outro, o trabalho imaterial que, se não produz bens de consumo, cria as condições para este, por meio de pesquisa, seja na área científica para produção e aperfeiçoamento de itens, seja às bases sociais para ampliar o alcance de sua comercialização, criando uma espécie de articulação entre dois extremos de imaterialidade, tendo em seu centro o trabalho que produz bens de consumo. Assim, o trabalho doméstico fornece as condições físicas e psicológicas ao trabalhador e o trabalho imaterial o viabiliza, ativando e organizando as formas contemporâneas de produção desses bens. Dessa forma, o trabalho doméstico coloca o trabalhador na linha de produção de bens e o trabalho imaterial cria o ambiente ideológico e cultural para o consumo do que foi produzido.

As transformações pelas quais as relações de trabalho passaram durante o século XX descrevem o cambiante espectro que retirou e recolocou trabalhadores nos mais diversos níveis de importância no mundo produtivo. Da autonomia do trabalho familiar de épocas anteriores ao feudalismo e à revolução industrial ao emprego e subemprego, informalidade e mesmo à prostituição imposta pela selvageria do capital em devorar mais e mais a capacidade de trabalho de homens e mulheres, não há setor da vida humana que mais tenha sentido a força da modernidade em suas formas de manifestação do que o trabalho. Homens, mulheres e crianças trabalhadoras tiveram seus dias de força sindical em períodos do século passado. Essa força foi, no entanto, enfraquecida, corrompida em troca da permanência no mundo do trabalho. O enorme contingente humano e a conseqüente concorrência por vagas em empresas aviltaram as relações de trabalho e, mesmo as representações sindicais, esmaeceram sob a ameaça de exclusão de seus representados do mundo laboral dominado pelo capital.

Antunes (2009) apresenta o percurso do embate entre capitalistas e trabalhadores, mediado por modalidades e formas de produção que foram corroendo o lugar do humano no processo produtivo. Fordismo e taylorismo como precursores das formas de produção em massa, presentes no mundo ocidental, características do início do século XX, foram sendo assimilados e modificados por modelos orientais e configuraram o toyotismo, este sendo revertido aos modos de produção ocidentais, como ocorreu com montadoras de automóveis na Inglaterra. Assim, o mundo todo aderiu aos mandos e desmandos do capital e de seu agente retroalimentador, e complementar, o consumo.

O tripé capital, trabalho e Estado (Antunes, 2009), mais uma vez, retira do sujeito seu lugar, quando, em sentido contrário às demandas e necessidades sociais, faz surgir o neoliberalismo como mediador nas relações de trabalho. Se houve um tempo em que trabalhadores e Estado caminhavam, aparentemente na mesma direção, rumo ao bem estar social, o modelo neoliberal, com a preponderância do privado sobre o público, rompeu definitivamente com essa promessa de parceria em prol do bem comum e tornam-se explícitas as intenções do lado mais forte, ou seja, a exploração da força de trabalho e a expropriação da propriedade pública em detrimento daqueles que a mantem.

Para Sorj (2000) as mudanças nas relações de trabalho, bem como as configurações deste que foram se delineando a partir da dimensão imaterial que adquiriu com o avanço da modernidade, fazem parte das questões a serem discutidas para o entendimento do mercado de trabalho. Tal dinâmica indica novas tendências tanto na capacitação e a conseqüente noção de empregabilidade, que passa a ser providenciada pelo próprio trabalhador, a quem agora cabe construir e valorizar essa empregabilidade. Isso se dá como conseqüência da impermanência e pluralidade nas formas, duração e local de contratação, bem como normas de assalariamento praticadas. Somado a esse quadro, há necessidade constante de atualização, em vista da volatilidade das habilidades adquiridas, requerendo investimentos pessoais para a manutenção da empregabilidade, conforme as demandas do mercado, aspecto também discutido por Antunes (2009).

Se no período fordista e taylorista a demanda maior de trabalho recaía sobre a produção de bens de consumo direto, material, as modificações advindas da modernidade passam a exigir cada vez mais serviços de outra natureza, como transporte, comunicações, administração, saúde e educação e serviços financeiros, crescendo

ao ponto de haver queda na participação do setor industrial no total do emprego na Grã-Bretanha e em outros centros, conforme Sorj (2000) e Antunes (2009), causando ampla modificação nas demandas para capacitação de profissionais em todos os âmbitos.

Concordo com a colocação de Sorj (2000) de que é quase axiomático que as relações de trabalho determinam direitos e deveres entre os sujeitos dessa relação, bem como a construção de subjetividades e condições de sociabilidade, interesses e modos de vida que, por sua abrangência e diversidade de aspectos, requer revisão, diante das mudanças deflagradas no século XX e que continuam no século XXI. Essas mudanças, no entanto, não retiraram do trabalho sua pregnância na criação de condições de vida de trabalhadores de ambos os sexos, sendo que a relação do sujeito com o trabalho invade de tal forma diferentes esferas de sua vida que, por vezes, as fronteiras entre o que é trabalho e não trabalho ficam embaçadas, configurando e reconfigurando as feições de trabalhadores e seus fazeres. Nesse contexto, a questão levantada pelos estudos de gênero quanto aos limites daquilo que se considera trabalho, aspecto também problematizado por Abramo (2007), confere *status* e lugar inédito na agenda de discussões às dimensões não remuneradas do trabalho, como o doméstico, abrindo possibilidades de abordagem ao tema em contextos mais amplos.

Além das rupturas e reconfigurações problematizadas por Sorj (2000), sua contribuição maior para a presente pesquisa recai na impossibilidade de estudar o trabalho isoladamente sem um olhar também para a família, a cultura e a política e seus compulsórios entrelaçamentos que resultam em mudanças sociais de ampla abrangência e alcance. E o sujeito, como tem sido afetado em seu processo de constituição, pergunta que também faço, em vista do lugar central que ocupa nessa dialogia? Sorj (2000) também lança pergunta sobre as possíveis funções do sindicalismo, tão atuante em momentos históricos progressos na mediação entre patrões e empregados, num tempo em que os contratos passam a ser negociados cada vez mais individualmente. Nesse contexto, o questionamento da autora recai sobre como ficarão os mais vulneráveis e os excluídos e que recursos terão para se colocarem diante de uma realidade na qual é tênue a correspondência entre a execução do trabalho e o espaço da empresa, diante da flexibilidade quase líquida da economia e das relações de trabalho. A distância que separa as relações de trabalho entre patrões e empregados que ora se vê, faz parecer ficção a força da classe trabalhadora organizada e estóica na luta por remuneração digna e direitos celebrizada por Emile Zola (2006) nas minas francesas do século XIX.

Em meio a essa discussão, é premente a evidência de que o trabalho é constituinte do sujeito, pois mudam-se suas formas e configurações, mas há continuidade na relação dialética que vai constituindo sujeitos que constituem modos de vida e de relações alinhadas com seu momento histórico. Contudo, diante das transformações ainda há o fantasma da exclusão deste espaço concreto e simbólico que faz com que os que vivem do trabalho não se percebam e não se signifiquem como humanos, como seres sociais, caso sejam excluídos da vida laboral. Vigotski (2001) quando enfatiza a pregnância do trabalho na constituição do sujeito revela a importância dessa força que humaniza e hominiza. Assim, a idéia de exclusão da dimensão humana *trabalho* cega e submete trabalhadores, pois, ao prescindir ou ser retirado do lugar de trabalhador, ameaça-se a própria existência do sujeito, quer na dimensão social, quer na econômica, além de sua própria subjetividade.

O trabalho material como gerador de renda, portanto, propulsor do capital foi passando por transformações que resultaram nos modelos atuais de produção que se evidenciam em modos de vida e práticas sociais indissociáveis. À produção de bens de consumo, geradora direta de capital, soma-se o trabalho imaterial (Antunes, 2009) que produz os meios de pesquisa, concepção e propaganda para a criação de novos itens. Ciência e tecnologia incrementam e transformam cotidianamente as relações entre produção e consumo, metabolizando o processo de concepção, manufatura, venda e retroalimentação, criando uma cultura de consumo que não dá descanso tanto para os que produzem como para os que consomem estes, sempre um passo, ou muitos, atrás das novidades a serem adquiridas.

Nesse percurso e nesse cenário, desde princípios do século XIX e, mais fortemente no início do século XX, surge a força de trabalho feminina, permeando e intensificando o quadro de exploração de trabalhadores e exclusão do humano nas relações de trabalho. Com isso cresce o contingente de pessoas que se submetem ao jogo do muito dar e do pouco receber para manterem suas possibilidades de sustento e inserção social. As mulheres, até então associadas e mais presentes na esfera privada passam a existir também na esfera pública, predominantemente caracterizada pela presença masculina.

### 2.3.1 Inserção das mulheres no mercado formal de trabalho

Muitas são as razões que confluíram para que as mulheres passassem a figurar mais nos meios produtivos a partir do século XIX, com intensificação no século XX. Apresenta-las e discuti-las inclui abordar aspectos que passam pela invisibilidade dessa presença que sempre existiu, bem como pelas razões econômicas, políticas, sociais e culturais que a perpetuam. Em outras palavras, essa discussão passa pela própria força da modernidade, na qual não mais se podia prescindir de todos os segmentos humanos para a construção da sociedade e da cultura contemporâneas.

Na era feudal, a divisão do trabalho existente se referia a categorias senhor ou proprietário, dividida entre clero e nobreza e trabalhadores. Estes pagavam a proteção espiritual e militar que recebiam dos senhores cultivando a terra. Dessa forma, a classe trabalhadora era constituída pela família como um todo, razão pela qual aparentemente não havia uma divisão mais definida do trabalho. As condições históricas que se configuraram com a diminuição do campesinato, a industrialização e a escolarização superior constelaram possibilidades que alavancaram a participação das mulheres no mundo laboral de forma intensificada em todos os setores. A participação igualitária nas atividades de subsistência nos núcleos familiares que incluía a presença de todos, como se vê ainda nos dias de hoje em algumas propriedades rurais, não discriminava mão de obra feminina, masculina ou infantil. Dessa forma, aos poucos e de acordo com as condições sociais e históricas de cada época, as diferenciações e divisão do trabalho foram se constituindo de modo a separar tarefas e atividades laborais.

Com a revolução industrial e advento da era moderna evidencia-se essa divisão, tanto em seu aspecto de produção fragmentada como na distribuição de tarefas entre homens e mulheres ou divisão sexual do trabalho. O trabalho passa a ser realizado fora dos domicílios e cria-se a dicotomia público/privado para diferenciar espaços reprodutivos ou domésticos e produtivos ou de trabalho remunerado. Este, predominantemente masculino e aquele de domínio feminino. Maia e Lopes (2001), Perrot (2007), Hirata (2007), Bruschini (1994, 1999 e 2007) enfatizam que é notório que, em questões de gênero, tradições culturais e sociais relacionam homens à esfera pública e mulheres à esfera privada. Essas duas esferas em oposição legitimam a construção de espaços masculinos, relacionados com a produção laboral e espaços femininos, relacionados com a reprodução humana e cuidados domésticos. Nesse quadro, a visibilidade feminina, segundo Perrot (2007) se funde com a família e o trabalho que realizavam no cotidiano da vida rural se perdeu por falta de quem o revelasse. Mesmo assim havia presenças diferenciadas, menos convencionais, como as que lutavam pelo direito da primogenitura ou as infantilizadas na Bretanha do século XIX, das quais pouco se tem notícia. Pela irrelevância a elas atribuída desapareceram na história e o que delas restou são algumas fotos em ocasiões especiais ou na véspera da partida dos homens para a guerra, em 1914.

No Brasil não foi diferente. Mulheres se diferenciaram em atividades que eram do domínio masculino, ainda que, no meio rural, o trabalho realizado por elas restringia-se à subsistência, mas, em vista da ausência constante dos homens que trabalhavam na pecuária nômade, oportunizava sua presença administrando fazendas, estâncias e empreendimentos. Em meios urbanos, o lugar das mulheres é circunscrito aos papéis familiares. Mesmo assim, muitas participaram da colonização do Vale do Itajaí, em Santa Catarina. O mesmo se deu nas fábricas de Blumenau que contou com significativa participação feminina. Em vez de *trabalhadoras* as mulheres são representadas como *trabalhadeiras* e essa forma de representação contribui para sua invisibilidade e secundarização na participação do desenvolvimento da região (Pedro, 2007).

Mesmo com a expressiva participação de trabalhadoras e crianças no processo de industrialização no Brasil do século XIX, submetidas a jornadas de trabalho aviltantes, os registros históricos que focalizem essa presença é reduzido. A maior parte dos relatos históricos relacionados às mulheres, diz Rago (2007) são resultantes da visão masculina, que as representava como “frágeis e infelizes para os jornalistas, perigosas e 'indesejáveis' para os patrões, passivas e inconscientes para os militantes políticos, perdidas e 'degeneradas' para os médicos e juristas” (p. 579). Poucos eram os documentos escritos por mulheres e a informação de como representavam a si mesmas e ao trabalho era restrita, produto de textos que objetivavam denunciar a condição de precariedade e humilhação como trabalhadoras fabris, em grande número, até 1919. Socialistas e anarquistas também escreveram sobre mulheres trabalhadoras em textos que visavam a organização e conscientização política do proletariado.

A vida das camponesas mudou significativamente entre 1914 e 1918. Com a guerra, o campo esvaziou-se de jovens e, em vista das movimentações geradas pelo mercado, comunicações, industrialização e êxodo rural, ocorreram mudanças na vida nos campos e das mulheres. A necessidade da ida de homens para a guerra transferiu parte de suas tarefas e poderes para as mulheres, que aprenderam a lavrar a terra e, saindo do âmbito somente rural, passaram também a gerenciar negócios. Esses fatores modificaram o equilíbrio das famílias e as relações entre os sexos. Assim, o êxodo rural afetava mulheres que permaneciam no campo, mas também as que não participavam dele, como ocorria com as jovens que eram colocadas por seus pais como criadas em propriedades rurais ou na cidade, com a intermediação de um padre, um primo ou um senhor do castelo. O trabalho que realizavam na cidade ocorria em fábricas de tecelagem, sendo que acomodações especialmente destinadas a elas passaram a existir, como é o caso dos internatos industriais existentes também em outros países da Europa e do mundo, como no Japão, Coréia e China que seguiam regime semelhante e rigoroso. Atualmente ainda existem, mas atuam de maneira mais flexível. Na China ainda são numerosos e uma das razões para os baixos salários e preços módicos da mão de obra chinesa (Perrot, 2007). Longe de ser essa uma experiência para as quais não estariam preparadas, elas ocuparam-se das tarefas e passaram a desempenhá-las com propriedade e delas não mais se distanciaram.

De modo geral, desde a saída das filhas de famílias rurais para meios urbanos, o olhar feminino vislumbrou espaços e possibilidades que se ampliaram cada vez mais. Essas mulheres que passaram a conhecer meios de vida melhores em termos de asseio e acomodações teriam inaugurado um movimento que nunca cessou de se ampliar e culmina com sua presença hoje em todos os segmentos da sociedade, da economia, da política e da cultura na maioria dos países.

Socialmente e economicamente, as mudanças nas vidas das mulheres rurais apontadas por Perrot (2007) mostram que, mais instruídas pela experiência na cidade, as camponesas passaram a desejar uma vida melhor e mais livre. Aspiravam trabalhar nos correios ou como professoras primárias, sendo a escola normal impulso para isso. As mudanças passavam também pelo desejo de viverem em casas com mais asseio, coisa que o meio rural não proporcionava. Alfabetizadas e leitoras de folhetins sonhavam com o amor, mas não necessariamente com o casamento. Com isso, iniciam-se também mudanças quanto aos modelos de família, sendo que, no século XX, foi ficando mais difícil aos camponeses encontrarem mulheres para casarem, pois as casas rurais não ofereciam o conforto que elas passaram a conhecer em meios urbanos.

A história das trabalhadoras que ajudaram na construção do Brasil no início do século XX, mostra que ocuparam os diversos espaços de trabalho possíveis, como o doméstico, o rural, o operário e outros, em meios urbanos e em todas as classes sociais. As oriundas das elites e camadas médias, mais frequentemente, exerceram profissões de nível universitário, bem como cargos em instituições culturais. Com essa expansão foram se configurando códigos de ordem social e moral que serviram de base para relações familiares, sociais e também para fundamentar a legislação trabalhista (Rago, 2007).

A história mostra que desde o século XVII (Perrot, 2007) as camponesas já estavam no circuito monetário, realizando atividades têxteis, mas ainda ligadas às atividades de subsistência, como confecção das refeições, além de suplemento monetário propiciado pela abertura do campo para o mercado alimentar e têxtil.

Com relação à remuneração as mulheres, em muitos momentos mostraram-se autônomas diante do apelo compulsório da necessidade construída por salários, ou seja, puderam escolher voltar para casa ou nem sair dela, quando seus maridos passavam a ganhar mais. Muitas delas, ao permanecerem trabalhando fora de casa, o faziam para suprir necessidades e desejos pessoais e não necessariamente para contribuir com orçamento doméstico. Na França, na segunda metade do século XIX, mulheres solteiras trabalhavam, mas viam nisso uma ocupação transitória, pois o casamento oferecia perspectiva de emancipação do trabalho. Quanto às casadas, estas dividiam seu tempo entre as ocupações domésticas e o trabalho assalariado fora de casa. Com baixa remuneração almejavam sair do trabalho e isso se dava quando tinham filhos que, a seu tempo, viriam a contribuir com a renda familiar. Até então, as mulheres eram minoria em trabalhos fora de casa e essa diferença aumentou entre 1864 e 1914, em vista da redução de segmentos da economia que empregavam mulheres casadas e do aumento do salário pago aos homens que supria as necessidades das famílias, o que, juntamente com a redução do número de filhos por casal, liberava as mulheres da obrigatoriedade em participar da produção de renda para esse fim. Esses fatores aliados à permanência dos filhos em casa gerando renda faziam parte do cenário de diminuição do trabalho das mulheres fora de casa, entre 1907 e 1914. Nesse contexto, as mulheres são mencionadas como agentes de suas escolhas, a partir do momento em que percebem que podem realizá-las voltando para casa quando os rendimentos de seus maridos são suficientes para o sustento da família. Algumas saíam para o trabalho fora de casa, dando a essa ocupação um caráter não prioritário, mas transitório. As que permanecem trabalhando, usam sua remuneração para suas necessidades e desejos particulares, gerando economia de consumo e não mais apenas complemento obrigatório da subsistência familiar (Tilly & Scott, 1987, Louro, 2007 e Perrot, 2007).

Ainda que aparentemente na dianteira das práticas sociais e culturais em relação a outros sistemas políticos, nos países socialistas, em meados do século XX, a quase totalidade das mulheres era de trabalhadoras assalariadas. O comunismo se empenhava na promoção da igualdade e liberação das mulheres, em todos os sentidos, desde o erótico até a divisão de tarefas domésticas entre os sexos. Porém, no todo, isso não significava que sua posição fosse bem aceita nos meios políticos, a menos que esse destaque representasse vantagens para os governantes. Como em outros contextos, quando uma profissão era aberta ao acesso feminino passava a ter menos *status* e renda. Mulheres soviéticas casadas, acostumadas ao trabalho fora do lar, de modo oposto às feministas ocidentais, sonhavam em ficar em casa e dedicarem-se a um trabalho só. Esses dados mostram que mudanças ocorreram no mundo político, embora seu reconhecimento no mundo público ficasse mais no âmbito das representações simbólicas ou figurativas, nas quais executam funções de cuja concepção nem sempre participam, funções secundarizadas ou invisibilizadas, marcadas pela mediação entre o corporativismo da administração masculina e esferas menos elevadas da hierarquia administrativa (Fonseca, 2000 e Hobsbawm, 2008).

No Brasil, desde a passagem do regime de colonato para o assalariado, surge a dupla jornada de trabalho e evidencia-se a discriminação contra as mulheres. Como em outros contextos, essa discriminação se configura, entre outras possibilidades, por meio de salários menores, maior incidência de não formalização, ou seja, sem registro em carteira profissional, e assédio sexual no ambiente de trabalho. Mais uma vez as articulações patriarcais e patronais reescrevem as regras, ditando que, o corpo feminino antes valorizado pela possibilidade de produção de mercadorias e filhos, agora deve controlar a natalidade a fim de que sejam mantidas as condições de trabalho, impossibilitado, às vezes, pela gestação. Em vista disso, ainda que o poder masculino tenha sido abalado pelo fato de suas mulheres e filhos passarem a receber salários, permanecem as assimetrias, quando, por exemplo, contratam-se mulheres para o trabalho nas plantações, por receberem remuneração inferior mesmo que realizem trabalho igual aos dos homens. As mudanças nas relações de trabalho repercutem no cotidiano e na estrutura das famílias, mas não no funcionamento das estruturas de poder e desigualdade entre homens e mulheres, pois essas, além dos aspectos econômicos e materiais, estão “na cultura, nas idéias, nos símbolos, na linguagem, no

imaginário e formam um conjunto de representações que impregnam as relações” (Silva, 2007, p. 563).

Ainda no início do século XXI a remuneração do trabalho realizado por mulheres é uma questão crucial e reveladora da persistência de desigualdades de gênero. Bruschini (1999), Calás e Smircich (1999); Abramo (2007) e Bruschini e Maria Rosa Lombardi (2007) mostram que essa desigualdade mantém-se, sendo que mulheres são afastadas do trabalho de menor remuneração que passam a ser ocupados por homens quando estes veem-se diante da ameaça de desemprego, quadro presente também em outras partes do mundo. Na realidade brasileira o mesmo é demonstrado no censo de 2011, como tem sido amplamente noticiado nos meios de informação.

A permanência dessa forma de discriminação pode ser debatida, segundo Abramo (2007) levando-se em conta que, como sujeitos individuais e sociais, as mulheres envolvem-se em atividades para além das remuneradas, ocupando-se de suas casas e afazeres relacionados à vida doméstica, como o cuidado aos filhos e outras tarefas, além das propiciadoras de remuneração. Esta, por vezes, um atrativo, por vezes, uma necessidade, podendo ser também associação de ambos, é, no entanto, uma consequência de reciprocidade entre a oferta e procura de um bem, o trabalho, que ao ser praticada de maneira diferenciada entre homens e mulheres revela violência em forma de opressão e discriminação, como refere Hildete Melo (2009). Como sujeitos humanos que historicamente convivem com essa relação desigual, dois aspectos constelam-se na tentativa de entendimento dessa realidade: por usarem de equanimidade na distribuição de seu tempo e interesses em diversas tarefas, sejam elas de subsistência ou não, remuneradas ou não, a vida das mulheres se estende para além do mundo do trabalho, tradicionalmente de domínio masculino, fator de constituição, em geral, *predominante* para os homens e que os constitui como sujeitos do trabalho, enquanto mulheres são sujeitos *também* do trabalho. Outra possibilidade seria o de conformação com essa mesma realidade, reconhecimento de sua condição de exclusão desse mundo, em conformidade com a dominação, como propõe Saffioti (2001). Com isso mantém-se secundarizadas e remuneradas a menor em relação aos homens ao longo de sua história como trabalhadoras, por terem assim se constituído e subjetivado como ocupantes desse lugar hierarquicamente inferior. Mesmo assim, o avanço não cessa e sua presença vai se instalando em todos os lugares, à menor chance que tenham ou lhes seja dada.

Esse avanço que inicialmente se deu por circunstâncias históricas, como a saída dos homens dos espaços de trabalho para as frentes militares, que não previam seu desenrolar e a possível equiparação com o lugar por eles ocupado, gerou uma reação social e cultural que parece estar ainda longe de se extinguir. Com o ingresso das mulheres em espaços até então predominantemente destinados aos homens, a dominação masculina se impôs obstaculizando de várias formas o avanço feminino em seu território. As raízes patriarcais que nunca recrudesceram, fortaleceram ramificações em setores da sociedade, como educação, religião e economia, consolidando o liberalismo como detentor e emissor de prescrições, institucionalizando práticas que garantissem a permanência de lugares e fazeres estáticos, ou seja, homens na esfera pública e mulheres na esfera privada, com tarefas, importância e hierarquias definidas para cada sexo. Para isso utilizaram-se desde apelos à moralidade, ressaltando a fragilidade feminina diante das diferenças étnicas e sociais que poderiam ameaçá-las em espaços que não o doméstico, com exceção de alguns restritos e autorizados pelos pais e maridos até a restrição de informações que possibilitariam condições de trabalho às mulheres. Outra ameaça vislumbrada pelo pensamento liberal seria a deterioração da educação das crianças e cuidados às famílias que poderiam resultar da ausência das mulheres em casa.

A ampliação do acesso das mulheres ao trabalho na esfera pública fez ampliar-se também a preocupação com sua moral, que passa a ser mais debatida, tanto com relação àquelas oriundas das elites com escolaridade de nível superior, como em relação às pertencentes a camadas populares, estas vistas como menos responsáveis e capazes do que aquelas que, por sua vez, eram vistas como menos racionais que os homens. Assim, as mulheres operárias, costureiras, lavadeiras, doceiras, empregadas domésticas eram associadas à fragilidade moral, sendo que sua origem familiar não as teria preparado suficientemente para se guiarem pela razão e defenderem-se das seduções do mundo moderno. Além desses, outros obstáculos se interpunham entre elas e seu acesso ao mercado de trabalho (Rago, 2007), como a variação salarial, intimidação física, desqualificação intelectual, assédio sexual e hostilidade familiar quanto ao trabalho realizado fora de casa. Para além do espaço privado, diante das aspirações de realização das mulheres além do casamento pretendido por seus pais, os homens usavam como estratégia a restrição de informações, a fim de manterem sua supremacia em espaços públicos.

Lombardi (2009), em estudo sobre a inserção de mulheres em ambientes de trabalho tradicionalmente masculinos, como as corporações militares na Europa, Canadá e Brasil, refere à civilidade que passou a existir nestes e representou mudanças nas relações sociais entre os sexos. Em sua análise, a presença feminina teria levado a reestruturações na vida militar em nível operacional, como a adequação na distribuição de tarefas de modo igualitário, mas preservando especificidades relativas a aspectos como a gestação e a maternidade e também em nível psicológico, pois para a “totalidade do corpo militar, a identidade profissional é masculina” (p.208). A inserção feminina nessas áreas propiciou debates sobre condições gerais de trabalho para todos os funcionários a respeito de horários de trabalho, acomodações, critérios e eficiência e profissionalismo, assim como outros típicos da vida laboral. A análise também resgata os primórdios ontológicos da divisão do trabalho ao afirmar que “a primeira divisão do trabalho é sexual e simbólica, antes de ser técnica” (p.208) e verificou que não estão claros e delimitados aspectos como o que é privilégio, proteção e igualdade de oportunidades nesses meios. Isso se dá pela intersecção de sentidos atribuídos ao que seria próprio da condição feminina, como a realização dos mesmos



trabalhos que os homens sem levar em conta as especificidades do sexo feminino já mencionadas, relativas à gestação e à maternidade com a exigência de plantões para mulheres até o período final de gestação, por um lado, e por outro, o que é entendido como proteção a elas, como o fato de a algumas ser propiciado mais cursos de capacitação, por exemplo.

No geral, a integração das mulheres nesses meios está em curso, segundo a autora, e algumas interdições, como a participação regular na tripulação de navios e submarinos e a capacitação para algumas funções de maior hierarquia, sendo que a tendência é que assim permaneça. Essa permanência, segundo um de seus entrevistados, deve-se a práticas condizentes com a cultura vigente e à falta de infraestrutura das embarcações adequadas às condições femininas por sua capacidade inferior, em termos de força física, à “pretensa aversão feminina a ambientes confinados e ao isolamento, pela incompatibilidade entre maternidade, cuidados com filhos pequenos e a vida no mar durante longos períodos” (Lombardi, 2009, p. 235).

Os acontecimentos históricos aqui apresentados partem da centralidade européia, com os relatos de Tilly e Scott (1987), Calás e Smircich (1999) e Perrot (2007) e abordam a realidade na América Latina, com Abramo (2007) e brasileira, com Rago (2007), Silva (2007) e, mais especificamente relacionados ao sul do país, com Pedro (2007). Em termos da realidade na região de domicílio dos entrevistados nesta pesquisa, Leni Gaspari (2005) em estudo sobre as mulheres das Gêmeas do Iguaçu<sup>4</sup>, com recorte situado entre 1940 e 1950, revela que, mais ou menos, o mesmo percurso histórico foi verificado na região sul do estado do Paraná e norte de Santa Catarina. As imagens e representações das mulheres apresentadas pela autora partem da visão dos filósofos clássicos<sup>5</sup>, que as descrevem como portadoras da missão procriadora, com acesso restrito à esfera pública, lugar este dos homens, sendo seu destino o casamento e a maternidade.

Gaspari (2005) informa que no período abordado, no entanto, a mobilização feminina, como em outros centros, insinua-se e vai se configurando rumo à libertação das imagens estereotipadas atribuídas às mulheres, conquistando o direito à escolarização, movimento fortemente instaurado na região em fins da década de 1950, que culminou com a criação da primeira escola de ensino superior da cidade de União da Vitória, uma das primeiras no interior do Estado do Paraná. Até a instalação da mesma, no entanto, jovens de ambos os sexos, para se escolarizarem deveriam deslocar-se para centros maiores, notadamente para Curitiba.

Sobre a educação formal permitida às mulheres, Gaspari (2005) resgata a história da educação destas no Brasil colônia, bem como a presença feminina no cenário da educação do Estado do Paraná. Ela apresenta o contexto histórico e cultural que prescrevia as regras para a educação das moças para a família, a escola e a sociedade, de maneira similar à de Pedro (2007), que contava com a imprensa local e literatura mais ampla na construção da identidade feminina. Finaliza com relatos sobre o rompimento de barreiras na inserção das mulheres em espaços públicos, em busca de trabalho, como ocorria em contextos mais amplos, como já visto.

No entanto, uma peculiaridade regional é abordada em trabalho posterior (Gaspari, 2011) que visibiliza a presença de mulheres no trabalho na ferrovia que divide as cidades de domicílio dos entrevistados na presente pesquisa. A chegada da ferrovia, como marco da modernidade, propiciou abertura de fronteiras geográficas numa localidade que teve sua fundação associada à navegação fluvial. Com sua construção ampliam-se as possibilidades de trabalho e esposas e filhas de ferroviários participavam direta e indiretamente da vida em torno da ferrovia que ligava o Rio Grande do Sul a São Paulo. Era comum que os agentes das estações morassem no espaço das mesmas a fim de melhor desempenharem suas funções. Em vista disso, os funcionários em trânsito, muitas vezes, além dos escritórios adentravam os espaços destinados às famílias para descanso ou para refeições. Nesse contexto, a esposa e filhas dos ferroviários deveriam estar disponíveis para atender os hóspedes, como prática de boa educação, o que traria méritos a seus pais e maridos.

A familiaridade proporcionada pela proximidade e convivência com o trabalho na ferrovia favoreceu que as filhas dos ferroviários fossem indicadas para trabalhar nas estações. Na época não havia exigência de concurso, mas de um período probatório, com teste posterior aplicado por um fiscal para verificação de desempenho. Assim eram feitas as contratações, sendo que a primeira data de 1946. As atividades, segundo Gaspari (2011) incluíam telegrafia, contabilidade, transcrição de faturas. Os serviços de limpeza eram atribuição masculina. A admissão de mulheres para o trabalho ferroviário abriu caminhos, segundo uma das entrevistadas por Gaspari (2011) “para que a mulher pudesse mostrar sua capacidade de administrar e ser respeitada, ir além dos afazeres domésticos” (p. 132).

Sua contribuição para este trabalho é de importância em vista de ter entrevistado mulheres que participaram ativamente da vida social e cultural das cidades e descreveram essa trajetória em suas próprias famílias e em suas próprias vidas. A obra, em seu conjunto revelou aproximações e similaridades entre o contexto local e o contexto mais amplo apresentado por autores estrangeiros e brasileiros, tornando flagrante o conceito de eventos de caráter normativo apresentado por Neri (2002) que mediam significados partilhados e pregnantos aos que deles participam. Esses eventos, neste caso, os efeitos transformadores da modernidade, afetaram a vida de todos de

<sup>4</sup>Termo que se usa para denominar as duas cidades gêmeas separadas por ferrovia, domicílios dos participantes da presente pesquisa, União da Vitória, no Paraná e Porto União, em Santa Catarina.

<sup>5</sup>Aristóteles, Kant, Comte, Rousseau, Santo Agostinho.

maneira mais ou menos direta. Como demonstra Perrot (2007) ao visibilizar mulheres atuantes na vida pública da Europa e Pedro (2007), as do sul do Brasil, mais notadamente no estado de Santa Catarina, Gaspari (2005) também revela a atuação de mulheres na vida política de Porto União, entre elas a figura da primeira vereadora, eleita em 1947, cuja presença e voz constante nas reuniões da Câmara passa, aos poucos, a ser ouvida e respeitada, desde que não interferisse nos interesses da maioria masculina, como foi o caso da tentativa de mudança de uma casa de prostituição que ficava próxima da área central da cidade para um local mais afastado da vida familiar.

Gaspari (2005) relata que foi verificada por meio de assinaturas em atas de reuniões da câmara de vereadores, a presença de mulheres que acompanhavam pais e maridos, mas permaneciam como expectadoras nas discussões sobre questões econômicas, políticas e sociais da cidade. Isso se deu, segundo uma de suas entrevistadas, após a Segunda Guerra Mundial, quando as mulheres passaram a se interessar mais por assuntos da sociedade e da política. Por meio de informações veiculadas pelas rádios sobre campanhas filantrópicas e sobre a importância de tornarem-se eleitoras, foram-se abrindo para as mulheres possibilidades de empregos que não exigiam escolaridade, como operárias em fábricas, quando até então o acesso mais praticado era para o magistério. Mas, além do magistério, a presença feminina em trabalhos nos escritórios da rede ferroviária também foi apresentada pela autora, por representar um nicho importante e em ascensão que, como em outros contextos incrementados pela modernidade, necessitava de mão de obra, masculina e feminina, para que pudessem funcionar.

Do contexto mais amplo para o mais local, mais do que nunca a ocupação massiva e constante das mulheres no mundo produtivo, organizacional e político se tornou de tal forma visível e imprescindível que, mesmo segmentos mais conservadores, tiveram sua presença e ganharam notoriedade no cenário mundial. No século XX, ainda que não represente o geral da condição das mulheres nos vários países onde se tornam visíveis politicamente, representantes femininas ocuparam seu lugares, como se vê nos parlamentos eleitos da América Latina, com 11%, na década de 1980, índice superior ao que ocorria na América do Norte, mais emancipada. Após a Segunda Guerra Mundial, por herança familiar, filhas de estadistas passaram a figurar no cenário político, como Indira Gandhi, na Índia e Benazir Bhutto, no Paquistão e por viuvez, como Corazón Aquino, nas Filipinas e Isabel Perón, na Argentina. Além dos destaques femininos por herança na política, outras mulheres o fizeram por carreira política, como as Primeiras Ministras de Israel, Islândia, Noruega, Grã-Bretanha, Lituânia, França e Japão (Hobsbawm, 2008).

Miriam Grossi e Sônia Miguel (2001) relatam a trajetória da mobilização feminina em direção à participação política com o objetivo de disponibilizar informações referentes à participação das mulheres na política brasileira, problematizando a temática mulher e poder, as experiências das mulheres em posição de poder, a fim de sensibilizar e articular outras mulheres para a participação política e subsidiar as parlamentares para a realização de ações de apoio e estímulo às candidaturas de mulheres.

No Brasil, com a eleição de uma mulher para a Presidência da República, torna-se inevitável o reconhecimento da presença feminina no cenário político. Socialmente e culturalmente essa conquista histórica possibilita a ressignificação de sentidos sobre lugares, fazeres e poderes atribuídos às mulheres. O acesso à mais alta hierarquia de poder político representa uma conquista da sociedade brasileira que quebra padrões estabelecidos e consagrados, colocando-o em um patamar de superação de hegemonias. Com isso inaugura-se no imaginário de toda a sociedade o exercício de pensar o real da vida pública também para as mulheres, concretizando uma realidade ainda não experienciada e, portanto, não passível de simbolização. Crianças do início do século XXI passam a conviver com essa presença e a partir de agora a representação feminina em espaços hierárquicos mais elevados e amplos passa a existir em seu imaginário (Suplicy, 2011)<sup>6</sup>, criando as condições necessárias para que essa experiência partilhada venha a ser singularizada em cada uma delas. Com isso ampliam-se as possibilidades de se constituírem sujeitos mais preparados para o exercício dos direitos e da cidadania.

No entanto, os efeitos produzidos pelo percurso histórico da modernidade ainda estão fortemente atuantes, no qual as definições de espaços públicos foram sendo definidos como de domínio masculino e às mulheres cabia a participação em nível secundário, como ajudantes e assistentes relacionadas com funções de menor importância no mundo produtivo, em face de sua constituição biológica, vista pelas figuras de autoridade e cientistas como incompatível com a vida pública. Os referidos códigos se mantem em uso de maneira mais ou menos evidente em práticas cotidianas que vão desde a ignorância por invisibilidade até a violência extrema, por exclusão e morte. Em todas as camadas sociais, em todas as raças, em todos os tempos, em todas as esferas de atividade, a invisibilidade ou ação coadjuvante das mulheres em diversas áreas profissionais ainda estão presentes. Os resultados do censo de 2010 voltam a revelar essa realidade não só demonstrando a posição secundária da condição feminina, mas suas tradicionais associações com aspectos de classe e etnia. Foram claras e enfáticas as palavras iniciais da presidente da República anunciando os últimos dados do Censo 2011: “A pobreza brasileira tem a face negra e feminina...”<sup>7</sup>

<sup>6</sup>Marta Suplicy, em entrevista ao Boletim do Conselho Federal de Psicologia, *Jornal do Federal*. Ano XXIII, nº 102, de outubro de 2011.

<sup>7</sup>Pronunciamento da presidente Dilma Rousseff noticiado pela imprensa brasileira em 19 de novembro de 2011, no encerramento do Encontro Ibero-Americano de Alto Nível, em comemoração ao Ano Internacional dos Afro descendentes, realizado na cidade de Salvador, Bahia em novembro de

## 2.4 Os espaços do trabalho e a permanência de dicotomias excludentes

Conforme o histórico sobre trabalho e relações de gênero aponta, as transformações pelas quais o mundo ocidental passou durante todo o século XX tiveram sua maior expressão no trabalho, que passa definitivamente da esfera privada para a pública. Além da separação dos espaços, essas transformações também promoveram a diferenciação de normas que o regem e estas funcionam como agenciadoras sociais e de subjetivação, normalizam condutas e comportamentos. As regras de trabalho não mais são decididas em casa, mas por contratos coletivos. Com a especialização dos espaços de trabalho passou a haver diferença entre trabalhar em casa e trabalhar fora, na casa dos outros. Somente nas classes populares era aceitável que uma moça trabalhasse fora, em fábricas ou outros domicílios. Em caso de necessidade, seria melhor trabalhar em casa, costurando, do que sair para receber remuneração. Tanto para mulheres como para homens, no entanto, o trabalho domiciliar antes realizado para alimentar setores públicos, foi reduzido a partir do início do século XX. Trabalhar para os outros rendia melhor remuneração do que trabalhar em casa para a subsistência (Fonseca, 2000 e Prost & Vincent, 2003).

Nesse aspecto verifica-se que a intensificação do trabalho realizado em espaços públicos aconteceu de maneira geral e não somente para as mulheres. O trabalho como prática de sociabilidade estrutura direitos e deveres acordados coletivamente e a fábrica, como agenciadora social, estrutura modos de ser, pensar e agir subjetivados no grupo e passa a atuar como agente de normalização social em direção à ordem instituída, a ordem do capital que não discrimina homens e mulheres na produção de mais-valia. A industrialização explora o trabalho que emprega a todos, mulheres e crianças, que agora trabalham não mais no regime de salariedade familiar, conforme aponta a história do trabalho (Fonseca, 2000 e Cappellin, 2009).

Fonseca (2000) e Abramo (2007) abordam o arbitrário cultural e o imaginário social que definem as reverberações das associações entre patriarcado e capitalismo que perpetuam as situações de exploração e dominação e permeiam as relações de gênero, sobretudo no trabalho. As práticas corporativas presentes nas organizações expõem situações de exclusão e secundarização das trabalhadoras.

O imaginário social (Abramo, 2007) define-se por meio de visões do senso comum sobre os lugares, papéis e funções de homens e mulheres na família, trabalho e sociedade em meios públicos e privados. Portanto, funda-se e mantém-se pelas imagens de gênero construídas a partir de lugares e funções diferenciadas e hierarquizadas entre homens e mulheres. Com isso, a subvalorização econômica e social do trabalho realizado por mulheres e seu papel na sociedade caracteriza-o como força de trabalho secundário, reproduzindo-se na forma como são concebidas políticas públicas e na teoria econômica que concretiza e institucionaliza essas práticas hierarquizantes. A ideia das mulheres como força de trabalho secundário persiste socialmente, ainda que mudanças estejam ocorrendo como já apontado, e é também elemento central na estruturação dos modos de discriminação de gênero presentes no mercado de trabalho. Essa realidade é mantida no imaginário empresarial, que baseia suas decisões nos mesmos pressupostos do imaginário social quanto à contratação, investimento em capacitação, atribuição de tarefas e responsabilidades, bem como nos níveis de remuneração e promoção de seus funcionários homens e mulheres.

O arbitrário cultural (Fonseca, 2000) indica que práticas de instituições sociais, como família, escola e fábrica constituem um conjunto educativo solidário que consolida a dominação de classes e gêneros, sendo que a dominação ocorre com a adesão dos dominados, relação também apontada por Saffioti (2001). Disso decorre que muitas trabalhadoras agem como executoras parciais de proposta de trabalho cuja concepção e finalidade lhes escapam, sendo que sua atuação restringe-se às ante-salas da chefia em forma de suporte administrativo, como secretárias, telefonistas, recepcionistas. Assim, a imagem de mediadora atribuída às mulheres que executam tarefas ligadas tanto ao público como ao privado é utilizada em trabalhos subordinados e invisíveis, situados nos níveis mais baixos da hierarquia administrativa. Invisíveis até que deixe de ser feito, desvalorizado até o limite da suportabilidade. Suas atividades na empresa reproduzem o que fazem como gestoras do capital simbólico em âmbito familiar. O desempenho de rituais burocráticos de apresentação e representação, recepção e acolhida, como os domésticos, contribuem para o aumento do capital social e simbólico. Ainda que subordinados, esses rituais são valorizados na (re)produção de serviços simbólicos ou de signos de distinção, como cúmplices, socialmente reforçadas pela convivência com poderosos e possíveis privilégios daí advindos.

Outro aspecto da secundarização identificado por Fonseca (2000) sugere que associar o desempenho de chefes mulheres com atividades advindas da esfera reprodutiva, como cuidar e criar, pode ser considerado desde que articulado ao fato de estarem preparadas para o desempenho técnico de seus cargos. Enfatizar o predomínio do ser-mulher como predicativo fundante parte de uma lógica de desvalorização das possibilidades de qualificação feminina como profissional. Além de identificar o que as mulheres fazem é preciso identificar os sentidos atribuídos a esse fazer, pois a desvalorização material e simbólica das qualidades femininas, significadas como

inerentes à sua natureza, nega valor às chefes-trabalhadoras quando naturaliza as qualidades *maternais* importantes para certos cargos, como mediadoras entre o operariado e chefia. O mesmo se dá quando fazem com que atributos femininos importantes, mas naturalizados e não valorizados se tornem critérios no processo seletivo e nos processos de carreira e remuneração. Entre esses estaria o negar reconhecimento por qualificação técnica enquadrando-as como mais aptas para os afetos do que para a razão, minimizando suas possibilidades e capacidades de inserção no mundo produtivo. Aspectos como esses que naturalizam o que é cultural e reduzem práticas femininas a talentos biológicos, pulsionais e inatos têm importante função nas relações de dominação e exploração e constituem argumentos fundantes da desvalorização das mulheres e de seus saberes. As decorrências desse significado invadem a totalidade de sua existência e incluem as atribuições de trabalho, remuneração, prestígio e visibilidade sociais, com repercussões diretas na hierarquia ocupacional, quadro que autoriza a redução de sua remuneração, reconhecimento organizacional e social, resultando em permanência de práticas secundarizantes e excludentes.

Ainda que Bruschini (1999) demonstre em dados que a presença feminina em profissões que requerem escolarização superior tem aumentado, sua invisibilidade como trabalhadoras é fato também na produção científica. Como em outros segmentos de trabalho, resgates históricos têm demonstrado que elas estiveram presentes nas ciências, desde a Grécia Antiga e não foram poucas. Maria Conceição Costa (2006) revela existirem na academia características semelhantes às praticadas em áreas de produção industrial apontadas por Fonseca (2000) e indica que relações, instituições e processo de socialização feminino seriam os responsáveis pela invisibilidade das mulheres em um mundo que dicotomiza razão e intuição. Quase que invariavelmente encaminhadas para atividades cujas características são atribuídas ao mundo feminino, a iniciação em carreiras científicas, como em muitas outras carreiras, parece impor às mulheres escolhas entre família e maternidade, e profissão. Além disso, o aspecto objetivo da atividade científica se confunde com as formas de superação dos obstáculos encontrados. Para os homens, fazer ciência significa dedicação integral e competitividade, modelo que está sendo reinventado por algumas mulheres, que usam de equanimidade em termos de dedicação ao trabalho e vida familiar, inaugurando assim, um modelo feminino para a realização de atividades fora da esfera doméstica. As relações de poder e dominação presentes nas instituições fazem com que aspectos manifestos, visíveis tornem-se implícitos e não reconhecidos, sendo este mais um obstáculo ao acesso e visibilidade da participação das mulheres na vida acadêmica.

A expansão feminina em profissões de prestígio cresce, mas restringe-se à esfera operacional (Bruschini, 1999 e Bruschini & Lombardi, 2007). Em relação à pesquisa científica nessas áreas, como também em centros e núcleos de decisão, de escalões superiores na ciência e na tecnologia “ainda somos poucas”, conforme Costa (2006) e isso se deve à vigência de uma forma de significar que continua atribuindo aos homens as características da ciência como objetividade, neutralidade e racionalidade, daí a existência de poucas mulheres para escrever sobre a relação *gênero e ciência*. O distanciamento das mulheres em relação à carreira científica seria decorrente de seu processo de socialização por serem mais frequentemente direcionadas para atividades ditas “femininas”, dificultando seu acesso à atividade científica sistematizada pela dificuldade que representa escolher entre família, maternidade e carreira. Para a superação dessa dificuldade ou constrangimento seria necessária a reinvenção da atividade, com o esboço de um outro modelo, que passaria pela crítica ao modelo de devoção integral praticada pelos homens, com dedicação ao trabalho mesmo fora do espaço laboral. Essa dedicação, segundo Abramo (2007) muitas vezes é possível pelo suporte doméstico proporcionado pelas mulheres aos homens no espaço privado, sejam elas mães, esposas, filhas.

A reinvenção da atividade científica com novo modelo seria possível pela articulação do cultivo da vida privada, tradicionalmente de responsabilidade das mulheres com trabalhos na esfera pública ou do trabalho. Decidir por uma atividade acadêmica ainda é um desafio para as mulheres e os indicadores mostram aumento da presença feminina nesse meio, mas mostram também que a ciência continua sendo espaço masculino. No Brasil, as mulheres são maioria até o pós-doutorado, em número igual ou equilibrado entre doutores e livre-docentes no corpo docente, mas minoria entre os professores titulares. Quando se trata de coordenar pesquisas coletivas importantes, as mulheres o fazem em cerca de 40% de grandes projetos. No entanto, ainda que essa porcentagem seja expressiva, a hegemonia masculina continua e garante para si os postos mais elevados na área das ciências (Costa, 2006).

Abramo (2007) apresenta índices sobre o aumento do número de mulheres no mercado formal de trabalho, ao final do século XX, na América Latina, em outras ocupações que não apenas as decorrentes de capacitação universitária. No entanto, os entraves a essa participação e permanência em nível de igualdade de condições com os homens continuam a ocorrer.

Dados sobre a população economicamente ativa (PEA) em doze países da América Latina mostram que, em 1990, a participação das mulheres aumentou. Em ocupações do mercado informal, sua presença representa 40% da força de trabalho, principalmente nas camadas de menor renda e de menor escolaridade. Nos anos 1990, a inserção das mulheres no trabalho formal remunerado, apresentou melhorias de condições em alguns aspectos, mas em outros a desigualdade aumentou. Em termos de melhorias houve diminuição da margem de participação entre mulheres e homens, bem como entre mulheres pobres e as de camadas sócio econômicas mais elevadas, sendo que acessaram a maior parte dos empregos gerados na década de 1990, com taxa de crescimento superior ao

masculino. A diminuição da margem de renda, ainda permanece alta, sobretudo nos níveis de escolaridade superiores; diminuição, ainda que discreta, da margem de ocupações em trabalho informal. Em termos de tendências negativas houve aumento do índice de desemprego entre as mulheres, sobretudo nas camadas sócio econômicas mais baixas, bem como a margem de desemprego entre homens e mulheres; durante os anos 1990 aumentou o número de mulheres no setor informal e, nestes meios, a ausência de proteção social é maior entre mulheres do que entre os homens (Abramo, 2007).

No Brasil, dados do censo de 2010 confirmam que essa mesma configuração continua se mantendo nas diversas camadas sócio-econômicas da população. Quanto ao ingresso no trabalho por meio de escolarização, Bruschini (1999) e Abramo (2007) mostram que a expansão feminina exige pelo menos quatro anos a mais de escolaridade do que os homens para obter a mesma remuneração e dois anos a mais para as mesmas oportunidades de acesso a empregos mais bem pagos. A desigualdade de acesso e remuneração no trabalho é mantida e reproduzida por todas as dimensões da vida social (Abramo, 2007, Fonseca, 2000 e Bruschini, 2007) pela forte associação das mulheres aos cuidados com a vida privada e da esfera doméstica, sendo este significado como inferior ao público, desconhecendo o valor econômico desse universo. Esse estado de coisas limita em tempo e recursos as possibilidades de investimento em formação profissional para o trabalho remunerado.

As mulheres são significadas sob óticas naturalizadas, como gestoras de dimensões da ordem da subjetividade, ou seja, das mediações nas relações entre as diferentes instâncias hierárquicas de uma organização. Esse aspecto tem sido discutido e debatido nos meios feministas e nos modos de subjetivação/objetivação, como um diferencial que não favorece sua visibilidade como trabalhadora. No entanto, talvez esteja justamente aí a possibilidade de inserção de um modelo feminino de participar no mercado formal de trabalho. Diante do capital, essa dimensão parece abstrata e desprovida de valor por não exibir função captadora, mas em contextos mais amplos percebe-se que a expansão feminina vai configurando sua participação em um mundo que não sobreviverá sem a presença igualitária de homens e mulheres, construindo em relação dialética modos de vida para tempos futuros, mais habituados à participação de sujeitos humanos, sejam homens ou mulheres. Aliada e somada à sua função mediadora entre administração e níveis inferiores do processo produtivo, estão as possibilidades e capacidades técnicas de execução de trabalhos os mais diversos.

Os sentidos atribuídos ao trabalho realizado por mulheres analisados por Bruschini (1999), Fonseca (2000) e Abramo (2007) evidencia os aspectos que são levados em conta quanto à imagem que as organizações lhes atribuem. Com isso, as decorrentes práticas sociais e organizacionais presentes também na esfera pública mantêm esse estado de coisas de maneira mais ou menos geral, como mostram os dados a seguir.

#### 2.4.1 Indicadores do trabalho realizado por mulheres no Brasil

A agenda de discussão dos direitos humanos dos quais faz parte a busca feminista por direitos igualitários não tem relaxado desde sua emergência na sociedade contemporânea. Mesmo assim, a desigualdade de direitos e lugares em todas as suas formas, desde as mais sutis até as que culminam em violência psicológica e física tem permanecido ativa em muitas culturas por meio de um imaginário que valida e reproduz essas formas de dominação (Calás & Smircich, 1999, Saffioti, 2001, Maia & Lopes, 2001, Hirata, 2007 e Melo, 2009). Sendo o trabalho um meio de socialização, uma prática de sociabilidade, e, sobretudo, fundante do sujeito, mulheres vêm se constituindo como sujeitos historicamente desprivilegiados nesse contexto. Aqui revela-se a permanência de modelos educacionais e práticas sociais e organizacionais que, por sua vez, mantem-se com a anuência dos envolvidos, ainda frágeis corporativamente diante da ainda potente reverberação do mando patriarcal, cada vez mais fortalecido pela ditadura do capital.

Avanços, atrasos e permanências dessa situação no mercado de trabalho brasileiro são apresentados por Bruschini e Lombardi (2007) em indicadores numéricos, baseados em órgãos estatísticos oficiais, como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Fundação Getúlio Vargas e relatórios da RAIS (Relação Anual de Indicadores Sociais) no período de 1990 até 2002, com confirmações de continuidade da mesma realidade revelada pelo Censo 2010 e divulgados pelo IPEA (2012). O estudo em questão aponta para três aspectos a serem analisados. O primeiro indica o aumento constante e intenso da força de trabalho feminina, desde a década de 1970, mas também do aumento de desemprego nessa população. O segundo aspecto destaca a educação como uma das áreas que mais absorveu a participação feminina no período. O terceiro aspecto aponta para áreas nas quais houve pouco ou nenhum progresso na situação de mulheres trabalhadoras.

O aumento da população economicamente ativa (PEA<sup>8</sup>) que engloba aqueles que estão empregados no mercado de trabalho formal (com registro em carteira profissional) ou informal (sem registro em carteira profissional), enquanto os desocupados são os que estão a procura de emprego, no período da pesquisa apresentou aumento também na percentagem de mulheres. Segundo Bruschini e Lombardi (2007), em 2002, mais de

<sup>8</sup><http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet3.shtm>. Acesso em fevereiro de 2010.

cinquenta por cento da população feminina em idade ativa trabalhava ou procurava emprego e mais de quarenta, em cada cem trabalhadores, eram do sexo feminino. Os indicadores estatísticos revelam que, além das diferenças de gênero, outras diferenças, como as de raça, cor e etnia colocam as trabalhadoras negras como as mais discriminadas e as brancas com mais possibilidades de melhores condições de trabalho e melhor remuneração, sendo que ao final do período pesquisado, 63% das mulheres empregadas no mercado formal eram brancas e 37% eram negras, quadro também verificado pelo Censo 2010.

O aumento da presença feminina no mercado formal de trabalho brasileiro, em fins do século XX, deve-se às transformações sociais, culturais e demográficas, como diminuição da taxa de fecundidade que registrou 2,4 filhos por mulher, em 2002, com tendências a diminuir, conforme IPEA (2012); diminuição do número de pessoas por família, que passou de 3,7 para 3,3 pessoas no mesmo período; envelhecimento populacional com aumento da expectativa de vida ao nascer para 74,9 anos para as mulheres e 67,3 anos para os homens, resultando em maioria numérica para as mulheres entre a população dessa faixa etária; grande crescimento de arranjos familiares<sup>9</sup> chefiados por mulheres. Essas mudanças refletem-se nos padrões culturais e nos valores relacionados ao papel social das mulheres que vem alterando sua identidade cada vez mais direcionada para o trabalho remunerado. Nesse contexto, verifica-se que em algumas ocupações e profissões houve aumento da presença feminina em chefias, mesmo com a histórica dificuldade de acesso de mulheres a essa altura da hierarquia organizacional. No entanto, analisando os ramos de atividade onde esses avanços ocorreram, verifica-se que predominaram em empresas de serviços comunitários, sociais e culturais, tradicionalmente ocupados por mulheres. Os dados mostram que em serviços clínicos e hospitalares, 30,5% tinham chefia feminina; empresas com serviços sociais contavam com 42,2% de mulheres chefes; 47,3% de chefias femininas em empresas de serviços culturais. Em outros ramos de atividades pesquisados no período apontado, a presença de mulheres chefes oscilava entre 11 e 17%. Em termos de ocupação feminina em carreiras privadas e públicas, as possibilidades de chefia encontram-se mais no setor público do que no privado e as áreas dessas ocupações são também as direcionadas a educação, saúde e previdência social, onde a proporção de mulheres em diretorias, mesmo antes de 2002, era de 44%, contra 21% da mesma ocupação no setor privado. Neste, as mulheres ocupam cargos de chefia, primordialmente em empresas de grande porte e a característica que se evidencia é que elas têm, em geral, menor idade e menos tempo de serviço nas empresas do que os homens em cargos similares (Bruschini & Lombardi, 2007).

Em todos os casos, a remuneração feminina é inferior à dos representantes masculinos. Diferenças que persistem e, segundo análise de Bruschini e Lombardi (2007), apontam para padrões diferenciados de inserção masculina e feminina, sendo que as mulheres continuam com maiores possibilidades de ingresso, por ordem, em áreas de prestação de serviços, agropecuária, extração vegetal e pesca e setor social, comércio de mercadorias e indústria. A presença masculina foi mantida em setores, por ordem também, como indústria, trabalhos agropecuários, extração vegetal e pesca, comércio de mercadorias e na prestação de serviços. O aumento do número de mulheres empregadas passou de 43% para 47%. Nesses números há uma parcela formalizada, ou seja, portadora de carteira de trabalho assinada, estatutárias e com outros tipos de contrato e também uma parcela informal, ou seja, empregadas, mas sem proteção de um contrato de trabalho. Historicamente, as condições de trabalho para as mulheres sempre foram marcadas pela precariedade e, em 2002, 34% de mulheres, com maioria afro descendente, contra 9% de homens estavam em empregos domésticos, realizando atividades não remuneradas ou ocupadas na produção para autoconsumo.

O emprego doméstico, no qual mais de 90% são mulheres permaneceu em altos índices, apresentou diminuição ao final do período estudado, ou seja, 2002. Em sua maioria as trabalhadoras domésticas são de cor negra e parda, incidência verificada também em outros contextos marcados pela precarização e, neste segmento, 19% delas possuem carteira de trabalho assinada, contra 24% das trabalhadoras domésticas de cor branca. Os mesmos índices foram novamente verificados pelo Censo 2010, conforme foi amplamente noticiado pela mídia brasileira no mês de novembro de 2011. Além da diminuição dos empregos domésticos, outras ocupações mais precárias, como trabalho não remunerado e produção para consumo próprio e da família também decresceram entre 1990 e 2002, sobretudo na área rural. Até 1999 os empregados informais contavam 30%, mas a formalização nos espaços rurais está em ascensão, devido a mudanças na legislação trabalhista rural<sup>10</sup>, sendo que houve aumento no número de carteiras assinadas e aumento de somente 2% em trabalho informal. Essas mudanças resultaram em que 13,5% das mulheres que realizavam trabalho sem remuneração, em 2002, passaram para 10% e, das 10% que trabalhavam na produção para consumo próprio, esse índice baixou para 7% (Bruschini & Lombardi, 2007).

Quanto aos níveis de desemprego, as autoras informam que as mulheres foram especialmente atingidas e esse fator se deve ao próprio aumento de sua presença no mercado formal de trabalho. Os números desse quadro mostram que de 38,9% de desempregadas, em 1991 passaram para 46%, em 2002, com prevalência, mais uma vez, das mulheres negras e pardas, o mesmo sendo verificado entre os homens afrodescendentes.

Calás e Smircich (1999) e Bruschini e Lombardi (2007) apontam o progresso da ocupação feminina no

<sup>9</sup>Conjunto de pessoas ligadas por parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência ou pessoa residente na mesma unidade domiciliar ou pessoa que more só em uma unidade familiar, definição do IBGE, informada por Bruschini e Lombardi (2007).

<sup>10</sup>Emenda Constitucional nº 28, de maio de 2000, informado por Bruschini e Lombardi (2007).

mercado de trabalho formal, mas também as desvantagens em que se situa essa população na última década do século XX. O progresso foi movido pela escolarização, sendo que as mulheres superaram a presença masculina nesse segmento e passam a ocupar postos em profissões que exigem formação universitária, assim como em cargos executivos em empresas do setor formal. Em termos de desvantagens, 30% da força de trabalho feminina permanecem em ocupações precárias, sobretudo em empregos domésticos, nos quais 75% não possuem registro em carteira de trabalho, em trabalhos não remunerados em produção para consumo próprio e/ou da família, sobretudo em regiões rurais. Outros aspectos que denunciam persistência da segregação na esfera ocupacional é a permanência das mulheres, em especial nos setores de serviços, social, administração pública, cursos e profissões e empresas voltadas para aspectos culturais, sociais e humanidades; desigualdades salariais em relação aos homens nas mesmas ocupações, com mesma carga horária e mesmo nível de escolarização. Desigualdades também se verificaram na persistência da responsabilidade feminina no cuidado dos filhos e outros familiares, nos afazeres domésticos, revelado pelo número de horas que dedicam a esses afazeres. O perfil da força de trabalho feminina revela a presença de mulheres mais velhas, casadas e mães que trabalham mesmo tendo filhos pequenos. Em relação a esse dado, Abramo (2007) questiona a afirmação *emblemática* de alguns dos entrevistados em sua pesquisa sobre a não disponibilidade das mulheres para realizarem o turno da noite e viagens por terem filhos pequenos, dizendo que se essas afirmações foram corretas e condizentes com a realidade, que lembrem da tradicional presença feminina nas profissões de enfermeiras e telefonistas. Demonstrem, também, a inequidade existente no que diz respeito à distribuição das tarefas domésticas e dos cuidados para com os filhos entre homens e mulheres.

Pensando a articulação entre o movimento feminista e a organização do trabalho, Calás e Smircich (1999) abordam avanços, diversidade e semelhanças do pensamento feminista e sua conexão com as práticas organizacionais. Essa abordagem revela, em diversos momentos, aspectos da primazia do capitalismo e patriarcado apontados por Fonseca (2000), mostrando que as práticas adotadas pelas organizações em relação ao trabalho realizado por mulheres expõem o modo de significar e tratar a presença feminina em seu quadro funcional. Para Frigga Haug (2007), em breve, nenhuma área poderá ser estudada de maneira sensata sem que se pesquise como as relações de gênero a moldam e como são, por sua vez, moldadas. Tal pesquisa deve permitir a análise crítica de como os sexos são utilizados para reproduzir o conjunto das relações sociais, ou seja, os modos de vida, produção e políticas de uma área de estudo, organização de trabalho ou sociedade como um todo. Assim, cada um desses segmentos reproduz uma prática social que revela o sentido atribuído ao sujeito feminino em sua função produtiva.

## 2.5 A psicologia histórico-cultural – Alguns conceitos

Para Vigotski (2001, 2007) cada sujeito, em seu processo de constituição internaliza significados atribuídos e mediados por seu meio próximo e vai se apropriando dos modos de vida e práticas sociais de seu tempo e de seu espaço, num processo no qual se constitui por meio das relações sociais e também as constitui. Essa concepção baseia-se na relação dialética concebida por Marx e Engels (2007) e fundamenta a análise das contribuições trazidas pelos sujeitos entrevistados na presente pesquisa que investigou os sentidos atribuídos à crescente presença feminina no trabalho formal remunerado. Importa saber que processos mediam as permanências excludentes e mantenedoras de desigualdades de direitos e de visibilidade entre homens e mulheres. Em meio a tantas e tão pregnantes transformações ocorridas no mundo ocidental e de modo semelhante em partes do oriental, práticas excludentes se mantêm quando se trata do trabalho realizado por mulheres. Se sujeitos se constituem em contextos nos quais as mulheres sempre trabalharam, como mostram as autoras que relatam a história das mulheres na Europa, como Perrot (2007), e no Brasil, como Rago (2007), Silva (2007) e Pedro (2007), que signos permanecem mediando e criando sentidos de invisibilidade e secundarização das trabalhadoras?

Pino (2005) contribui para essa análise ao aprofundar o conceito de relações sociais que, em seu parecer, não foi suficientemente esclarecido por Vigotski em sua obra e é amplamente citado nesta seção justamente por abordar essa questão que é central para análise do conteúdo dos relatos dos participantes da pesquisa. Molon (1999) foi consultada como comentadora do processo de significação concebido por Vigotski, processo esse que constrói sentidos atribuindo significados que, mesmo partilhados por todos em uma sociedade e por toda uma geração, os colaboradores matizaram singularmente em seus relatos. Zanella (2004) delinea os aspectos a serem considerados na análise das informações, como o contexto social no qual os sujeitos em relação se constituem e sofrem transformações, considerando as “marcas históricas e sociais dos signos em trânsito que caracterizam esse contexto como, ao mesmo tempo, coletivo e singular” (p. 134) lançando olhar também para o particular situado no mais amplo, espaços onde as práticas sociais e culturais são reproduzidas.

A constituição dos sujeitos é mediada pelas relações sociais e leva em conta dois momentos diferenciados. No primeiro momento, esse conceito refere-se à sociabilidade humana concretizada em vínculos eu/outro, ou seja, uma pessoa se relaciona consigo mesma tal como as pessoas se relacionam com ela. Em outras

palavras, se o significado das ações de um sujeito passa pela significação atribuída pelo outro a essas ações, é possível concluir que o significado da condição de “eu” passa pela significação que lhe foi atribuída pelo outro. Nessa questão, o relacionamento do sujeito consigo mesmo passa pela mediação da palavra na relação eu/outro. Nessa relação, o outro, como realidade física externa, passa à realidade psicológica interna e o que era relação interpessoal converte-se em relação intrapessoal, ou seja, o outro torna-se parte da pessoa, semelhante ao conceito psicanalítico de superego. Assim, o que era relação entre pessoas torna-se relações entre funções, como pensar, sonhar, sentir, na singularidade de uma mesma pessoa (Pino, 2005), ou seja, de função intersíquica passa a função intrapsíquica.

Num segundo momento o que é vivenciado pelas mediações sociais converte-se em funções psicológicas e essa conversão deve ser entendida em seu sentido marxiano, ou seja, levando em conta a concepção de Marx e Engels (2007) segundo o materialismo histórico e dialético, por entender que os homens são agentes transformadores de seu meio e o fazem por intermédio do seu trabalho, sendo que, ao transformarem as circunstâncias materiais, transformam também a si mesmos. Nessa relação os homens, ao entrar em contato com a natureza, produzem e reproduzem, além de seus meios de existência física, sua existência social, o que representa seus modos de vida e o que são como pessoas. No materialismo histórico e dialético, do modo de produção ou trabalho social decorrem os tipos de relação social e os modos de ser ou essência dos homens, dimensões que estão em estreita dependência (Pino, 2005).

Da divisão do trabalho e o tipo de intercâmbio criado por essa divisão resultam relações sociais sobre as quais os homens não têm controle. Com base nessa perspectiva, a história da civilização vem sendo impulsionada pelo processo de produção que dá origem a transformações nas relações sociais, nos modos de dominação, na existência material e moral (Marx & Engels, 2007). A divisão do trabalho e as relações sociais, praticadas na propriedade tribal, que sobrevivia da caça e da pesca eram baseadas na divisão de trabalho existente nas famílias. A estrutura social nesse contexto é uma extensão da estrutura familiar, na qual o pai era a figura central, seguida dos membros da tribo e, por último estavam os escravos. Essa lógica de divisão do trabalho baseada na estrutura de famílias patriarcais teve continuidade e foi se estabelecendo e se tornando cada vez mais especializada desde a propriedade estatal da Antiguidade, passando pela propriedade feudal, chegando à revolução industrial que está na base dos modos de produção que ainda hoje se praticam. Em cada um desses períodos históricos, as relações sociais foram sendo pautadas pelas relações desenvolvidas a partir da divisão do trabalho e transformando-se em modos de vida e de produção. Essas funções não são anteriores ao desenvolvimento histórico do homem, mas se constituem nele ao mesmo tempo em que por ele constituídas e, numa sociedade, traduzem a forma como cada sujeito se posiciona em relação aos outros dentro de um sistema de relações sociais. A forma como se dá esse processo passa pela projeção no plano subjetivo da trama de uma rede de relações sociais a que cada indivíduo pertence, como seu modo de produção e de acesso ao que é produzido em uma sociedade, material ou imaterialmente. A maneira como cada um se posiciona nesta sociedade é concretizada e visibilizada pelas/nas práticas sociais dessa sociedade. As práticas sociais, por sua vez, seriam os modos de pensar, falar e agir dos indivíduos, instituídas e/ou consagradas na cultura de um povo. Essas práticas visibilizam como um grupo social concebe as relações sociais entre seus integrantes (Vigotski, 2001 e Pino, 2005).

Dois aspectos caracterizam as práticas sociais, sendo um deles, a configuração que as faz identificáveis e o outro, a circulação dos significados partilhados pelo modelo cultural de um grupo. Os aspectos que caracterizam as práticas sociais fazem com que elas se transformem em significantes de modos de pensar, falar e agir, ritualizando o cotidiano dos diversos grupos sociais e culturais. Assim, essas práticas passam das relações sociais ao plano pessoal por um processo de conversão, transformando em pessoal o que antes era social, por meio do processo de significação dessas relações, incluindo as posições, funções e papéis que delas decorrem e se concretizam nas práticas sociais do seu meio. Mediando esse processo de significação estão os signos que, segundo Pino (2005) vêm da relação entre dois elementos em função de um terceiro, que é o princípio ou motivo desse relação. Em termos de relações sociais, o que constitui a base da estrutura social são as “funções” das interações que ocorrem entre as pessoas. Assim, a posição e a função social dessa posição que cada pessoa ocupa em seu meio social formam o jogo, as ritualizações e um grupo social. Posições e funções são delineadas pelo significado que um grupo social lhes atribui, caracterizadas por um modo de produção que define a ordem social ou como as relações sociais devem se desenrolar. Assim, também as relações sociais são dialéticas, do mesmo modo que as funções mentais superiores, em sua relação e funcionamento. Para que isso ocorra é necessário que funções e posições sociais sejam efetivas, que se concretizem em relação, como mostra a história social e do trabalho da humanidade. Em vista disso, dizer que as funções mentais superiores são a essência da relação da ordem social internalizada e base da estrutura social do indivíduo, significaria dizer que a “internalização das relações sociais seria a conversão das relações físicas em relações semióticas dentro da pessoa” (Pino, 2005, p.112) o que faz com que o que ocorre no mundo público passe a ocorrer também no mundo privado, implicando em uma transposição de planos que resulta em mudança de sentido nas relações sociais, ressignificando o modo de ver e orientando o indivíduo em seu novo modo de vida (Molon, 1999, Vigotski, 2001 e Pino, 2005).

No caso da pesquisa realizada foram verificados nos depoimentos conteúdos que tenham sido mediados por práticas sociais, discursos, ideologias que resultem em sentidos atribuídos à inserção crescente e maciça das mulheres no mercado de trabalho formal no século XX.





### 3 OS CAMINHOS DO PESQUISAR, ENTREVISTADAS E ENTREVISTADOS

Necessário se faz explicitar os caminhos percorridos para a realização deste trabalho. Inicialmente, como forma de localizar meu problema de pesquisa no cenário da produção acadêmica/científica mais ampla, inteirando-me do que já realizado/produzido a respeito, bem como de compilar o material encontrado de forma a me auxiliar no aprimoramento da pergunta central, no aprofundamento dos eixos conceituais e na interlocução com os demais autores que se debruçam sobre o mesmo tema, realizei revisão bibliográfica na literatura impressa e eletrônica. Esta última constou de consulta a bases de dados em endereços eletrônicos de publicação científica, como o Banco de Teses da CAPES<sup>11</sup>, a Scielo<sup>12</sup>, o *site* Psicologia *on line* e outros relacionados a relações de gênero e/no trabalho. A busca realizada em meados de 2009, com os descritores trabalho realizado por mulheres e invisibilidade do trabalho realizado por mulheres reportou reduzida e insuficiente produção sobre o tema. Os trabalhos encontrados já faziam parte de minha revisão preliminar, como é o caso de Costa (2006). Nova busca com os descritores *mulheres trabalhadoras* e *trabalho remunerado realizado por mulheres* revelou produção relativa à área de enfermagem, enfocando aspectos da saúde dessas trabalhadoras em vista de características de sua profissão. No entanto, um trabalho foi encontrado que enfoca a constituição da identidade de mulheres trabalhadoras rurais, *Identidade feminina - um conceito complexo*, de Juliana Eugênia Caixeta e Silviane Barbato, da Universidade de Brasília. Outros trabalhos encontrados foram os de Bruschini e Lombardi (2007), utilizados na seção de fundamentação teórica, bem como na análise e discussão dos resultados obtidos com a pesquisa de campo.

Quanto ao endereço eletrônico de dissertações e teses do Programa de Pós Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, diversificado e prolífico em produção acadêmica relacionada a gênero, nenhuma das encontradas é pertinente à área de abrangência desta pesquisa. Das publicações impressas foram encontrados produções e artigos relevantes em textos que não se situavam sob as palavras chave utilizadas, que contribuíram com a fundamentação teórica, como é o caso das publicações geradas pelos encontros Fazendo Gênero, evento bi-anual realizado pela UFSC.

Para a busca de conteúdos indicadores de como se deu o processo de significação do trabalho remunerado realizado por mulheres foram realizadas entrevistas com o objetivo de verificar e colher depoimentos que, segundo Maria Izaura Queiroz (1988), são relatos colhidos por meio de entrevistas. Nesse método de coleta de informações, o pesquisador direciona o colóquio para seus objetivos, a fim de que, no caso da pesquisa aqui proposta, os relatos das transformações sociais relacionadas, na obra de Hobsbawm (2008), à própria história do Ocidente do século XX, fossem privilegiados. Esses acontecimentos fazem parte do que Neri (2002) define como influências normativas ligadas à história, ou seja, fatos que tem alcance geral vivenciados por coetâneos de determinada cultura e que os atinge de maneira mais ou menos uniforme, como guerras, crises econômicas, movimentos artísticos, novas tecnologias que possibilitam novos modos de vida. Com esse processo de reconstrução pretendeu-se identificar as lembranças, esquecimentos, significados, relevâncias, relações vivenciadas pelos entrevistados que mediaram seu processo de significação, sobretudo, do aumento da presença feminina no trabalho formal remunerado, no período de 1914 a 1991, período referente à obra de Hobsbawm (2008).

Pino (2005) referindo-se a matriz filosófica do pensamento de Vigotski, o materialismo histórico e dialético, afirma que é necessária a existência de coerência entre o método adotado pelo pesquisador e seu aporte teórico. Nessa perspectiva, aponta duas posturas metodológicas. A primeira, que analisa o processo, a gênese dos fatos e não sua mera descrição e, a segunda, que contrapõe a análise descritiva, pautada na exterioridade dos fatos, com a análise explicativa, que se ocupa da dinâmica e gênese dos fenômenos que se processam no próprio sujeito. Assim, o percurso metodológico para a realização da pesquisa de campo partiu da verificação histórico-genética de situações mediadoras que possam ter gerado formas de significar a intensificação da presença feminina na realização de trabalho formal remunerado por parte dos participantes da pesquisa. Esse percurso é dialético, sendo essa dimensão condição necessária para o processo de significação, no qual as formas de significar já presentes são confrontadas com as mediadas pelas práticas sociais e modos de vida, analisadas como propiciadoras do processo de significação do trabalho realizado por mulheres durante a vida dos participantes da pesquisa.

A forma e a decisão de como relatou como vivenciou ou como teve contato com os acontecimentos elencados nessa obra propiciaram as informações que foram filtradas pelo sujeito, conforme o que Vázquez (2001) caracteriza como ação social da memória, como realidade processual, ao afirmar que o presente como o passado são processos que continuam em construção. Essa construção se faz por meio da mediação entre os fatos vivenciados historicamente por coetâneos e pelo modo como cada sujeito significa suas próprias experiências.

As entrevistas foram realizadas com cinco pessoas com idades entre 74 e 86 de idade, residentes em duas cidades gêmeas que, em conjunto são consideradas de médio porte, situadas na fronteira entre os estados do Paraná e Santa Catarina. A delimitação entre essas duas cidades se faz por meio da ferrovia que fez parte da

<sup>11</sup>Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

<sup>12</sup>Scientific Library on line.

economia da região até 1980 e, atualmente, é utilizada para passeios turísticos. As cidades fazem parte da região que foi palco da Guerra do Contestado, ocorrida entre 1912 e 1916, na qual paranaenses e catarinenses reivindicavam posse de terras num raio de 48 mil quilômetros, conforme Dago Whoel (2010), próximas à divisa entre esses dois estados.

A formação étnica<sup>13</sup> da região é composta por imigrantes europeus, mas inicialmente era habitada por índios das tribos Caingangues e Botocudos. A partir de 1881 passou a receber imigrantes europeus, sendo que os primeiros a chegarem foram os alemães, que deram início à colonização de União da Vitória, no Paraná, com a instalação de novas técnicas agrícolas e industriais, bem como a criação de escolas, clubes e um templo da igreja luterana. Os imigrantes italianos chegaram a partir de 1882 e atuaram na navegação do Rio Iguaçu, que circunda as cidades, assim como na agricultura. Os poloneses vieram a habitar a região em dois momentos, sendo o primeiro entre 1890 e 1896 e o segundo, entre 1907 e 1914. Estes instalaram-se sobretudo na área rural e dedicaram-se, como os anteriores, ao cultivo da terra. A chegada dos ucranianos data de 1892, sendo que vieram das províncias da Galícia e Bucovina, em sua maioria, lavradores, como os representantes de outras etnias. A contribuição das populações de imigrantes na vida social e cultural das cidades gêmeas é notória e mantem-se caracterizando fortemente a região com sua gastronomia, tradições e religiosidade, sobretudo dos ucranianos que cultuam suas tradições em datas específicas e também em muitos momentos de seu cotidiano. Quanto aos srio-libaneses, sua contribuição maior relaciona-se com o comércio local.

Os participantes da pesquisa são pessoas com escolaridade superior, as quais tiveram acesso à leitura sobre os acontecimentos que transformaram o mundo ocidental e redesenharam o cenário social, cultural, econômico e político do mundo ocidental durante o século XX, além de terem se constituído a partir das mediações propiciadas pelas intersecções de gênero, raça, etnia, gerações, classe social e cultural do período histórico em que ocorreram essas transformações. Entre os sujeitos entrevistados, por seu acesso ao conhecimento formal, segundo Vigotski (2001), teria havido a formação de conceitos objetivados e subjetivados a partir de reflexão e crítica, e não somente pela mediação que o próprio movimento social desencadeou na formação de conceitos e significados dos sujeitos das sociedades ocidentais.

As pessoas entrevistadas para a pesquisa são pessoas com nível superior de escolarização e alguns foram indicadas pela secretaria da Instituição de Ensino superior na qual trabalharam ou estudaram e outros em eventos da vida cultural das cidades onde residem, Sofia que foi indicada pela secretária da instituição de ensino superior da qual foi professora fundadora, por ocasião de uma visita que fiz a fim de verificar possíveis nomes para entrevista, caso não houvesse aceite dos sujeitos já contatados informalmente nos referidos eventos. O mesmo se deu com Jonas e Viviane. Antônio foi indicado por uma colega de profissão e Agnes, por meio de contato com familiares seus.

Para a formalização do convite foi feito contato telefônico com os participantes para definição do local, data e hora da entrevista de acordo com suas disponibilidades. Na ocasião de cada entrevista foi apresentado, lido e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE 1), a fim de que ficassem cientes dos termos e objetivos da pesquisa, bem como do meu endereço e telefone, como também do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina, instância ao qual o projeto de pesquisa foi submetido e aprovado.

As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados, sendo que alguns, em determinados momentos, solicitaram a interrupção da gravação, quando discorriam sobre informações de cunho pessoal e quando citavam nomes de pessoas da cidade. A concessão de entrevistas não é fato inédito para eles, pois em outras ocasiões e para outros fins, como publicações em livros e periódicos locais e regionais, os mesmos já passaram por essa experiência, como mencionado por eles e confirmado por mim antes e depois de tê-los entrevistado, em consulta a essas publicações e periódicos impressos e eletrônicos. Os participantes mostraram-se à vontade com as perguntas e com a gravação de suas respostas revelando, em seu olhar e postura corporal, certa apreciação pela oportunidade de revisitar um tempo vivido, tanto em meio familiar, com características sobre as quais discorreram com gosto, como em meio social e profissional, sempre comparando as práticas de tempos iniciais do século XX, com as práticas sociais, culturais, profissionais e econômicas deste início do século XXI. Essas comparações evidenciaram, ora surpresa, ora reconhecimento dos benefícios que as mudanças sociais propiciaram, mas também um tom de crítica por perdas de referências e valores que se dissolveram na modernidade dando lugar a outras, agora já assimiladas, a despeito do desalojamento inicial de modos de vida até então praticados. Entre todos, há concordância em que não haveria outra forma de mobilidade social e cultural possível para o que consideram progresso, ainda que os benefícios desse progresso, não estejam ao alcance de todos. Elas e eles percebem, no geral da sociedade, que muitos se beneficiam dos avanços tecnológicos e científicos, mas também, muitos outros permanecem sem acesso aos bens produzidos, quando não se distanciam ainda mais das benesses desse progresso.

<sup>13</sup>Conforme dados obtidos em <http://www.pmuniaodavitoria.com.br/>. Acesso em setembro de 2010.

Para o tratamento das informações, as entrevistas foram transcritas na íntegra e reapresentadas aos participantes para que verificassem o que foi registrado, bem como para que fizessem acréscimo ou retirada de informações. Um dos participantes, Antônio, declinou da leitura da transcrição. Quando telefonei para agendamento da entrega da mesma, ele mencionou que deixava a meu critério o uso das informações que concedeu. Jonas, outro entrevistado, ao final da entrevista, colocou-se à disposição caso houvesse necessidade de mais informações, mas não devolveu a transcrição e não entrou em contato para retirada ou permissão de uso de seus informes para análise. Sendo assim, as mesmas foram utilizadas sem sua revisão.

Quanto às entrevistadas, estas revisaram as transcrições e as devolveram, com anotações e supressões, após contato telefônico solicitando que as apanhasse em suas casas, Agnes e Sofia e em seu local de trabalho, Viviane. Mesmo com anotações e cortes, nenhuma delas alterou significativamente seus relatos. Por ocasião da devolução das transcrições lhes foi informado que ao término da pesquisa, após passar por banca avaliadora receberão resumo dos resultados, bem como informações quanto aos encaminhamentos possíveis do trabalho, tais como publicação, artigos, apresentação em congressos e eventos acadêmicos. Viviane interessou-se pelo teor da pesquisa e mencionou que deseja ser convidada para sua apresentação em banca. Por ocasião da entrega do resumo e agradecimentos finais será informado também que poderão ter acesso ao texto integral impresso e/ou eletrônico se assim o desejarem.

Após a transcrição das entrevistas, as mesmas foram ouvidas e relidas novamente para assinalar aspectos considerados importantes para a análise de conteúdo (Laurence Bardin, 2008) das informações obtidas, em termos da identificação dos sentidos atribuídos à realização do trabalho formal remunerado por mulheres. Essas informações foram categorizadas conforme as quatro principais mudanças sociais ocorridas no século XX e definidas por Hobsbawm (2008), a saber, fim do campesinato, industrialização, escolarização superior e inserção das mulheres no mercado de trabalho formal. Após a categorização das informações, estas foram analisadas e discutidas de acordo com a literatura revisada e especializada sobre o assunto, ou seja, por meio de diálogo com a literatura relativa à memória, relações de gênero no trabalho, trabalho realizado por mulheres e Psicologia histórico cultural, de Vigotski.

Com esses procedimentos pretendi identificar de que formas os sujeitos entrevistados subjetivaram e objetivaram a intensificação do trabalho formal remunerado realizado por mulheres ao longo do século XX e início do século XXI, como foco principal, sem, contudo prescindir da análise dos relatos sobre o fim do campesinato, industrialização e escolarização superior, conforme constou do instrumento de coleta de informações, roteiro flexível de entrevista (APÊNDICE 2).

### 3.1 Quem são as entrevistadas e os entrevistados

Os sujeitos participantes da pesquisa, cinco, são pessoas que se situam na faixa etária entre 74 e 86 anos de idade. O critério de escolha já apresentado neste trabalho se deve a terem vivido e se constituído como sujeitos durante o século XX, período de recorte para o presente estudo, entrando no século XXI com experiências anteriores às mudanças ou tendo contato direto com quem as vivenciou, como seus pais e coetâneos e trazendo em sua subjetividade as marcas e mediações do tempo e das condições sócio históricas em que elas aconteceram. Além desse critério somou-se também o de sua escolarização superior, aspecto que lhes teria possibilitado acesso à leitura sobre os movimentos sociais e culturais dos quais foram coadjuvantes.

A participação de um sujeito em uma sociedade, por si só, o constitui subjetivamente sob as mediações pelas quais os signos em trânsito oferecem, em relação dialética com o contexto social e histórico dessa sociedade. A escolarização formal e superior propiciaria signos mediados em contexto acadêmico com possibilidade de reflexão e crítica sobre os mesmos, ou seja, para além das mediações do cotidiano, que formam conceitos espontâneos (Vigotski, 2001, 2007) não escolarizados. A partir desse pressuposto foi que realizei a escolha de pessoas escolarizadas em nível superior, a fim de verificar se as mediações semióticas ocorridas a partir de sua escolarização formal teriam contribuído de forma específica ou identificada com a formação de sentidos sobre os acontecimentos por meio de contato formal e refletido sobre esses acontecimentos que lhes tenham possibilitado construir conceitos científicos (Vigotski, 2001, 2007) e lhes atribuído sentidos sobre a mobilidade social e cultural que esses acontecimentos geraram.

Na Tab.1. tem-se uma rápida caracterização dos cinco entrevistados, conforme alguns aspectos fundamentais, como data e local de nascimento, profissão e formação universitária, ocupação atual, religião e fontes principais de obtenção de informações acerca dos acontecimentos diários.

## 3.2 Os sujeitos da pesquisa conforme algumas características fundamentais

Tab. 1. Sujeitos da pesquisa conforme algumas características fundamentais

Nome <sup>14</sup>	DN	LN	Profissão	Ocupação atual	Religião	Fontes de informação
Antônio	08/09/1937	Palmas – PR	Odontólogo. Servidor Público	Func. Público aposentado. Prefeito em exercício	Católica	Jornal, TV, internet
Jonas	23/03/1935	Palmas - PR	Agropecuário. Historiador Formação em História	Aposentado do Banco do Brasil e do Magistério Superior	Católica	Jornal, revista, TV, internet
Viviane	02/06/1935	Porto União – SC	Professora. Formação em Pedagogia	Diretora da Casa de Cultura de Porto União	Católica	Jornal, revista, rádio, TV, internet
Sofia	15/01/1925	Montenegro – RS	Professora do ensino superior e advogada. Formação superior em Direito e Filosofia	Aposentada	Católica	TV
Agnes	02/06/1930	Paula Freitas – PR	Func. Pública pela Previdência Social Formação superior em História	Aposentada	Católica	Jornal, revista, TV

Antônio nasceu em 08 de setembro de 1937, graduou-se em Odontologia tendo sempre atuado na Saúde Pública. Sua vida pessoal é voltada para a família e convive com sua esposa. Teve dois filhos, mas perdeu um deles por acidente, há poucos anos atrás. Sua religião é católica e sua vida social é avaliada por ele como regular. Em termos de vida cultural, informa que as atividades nessa área estão relacionadas com a saúde pública, foco de sua participação na comunidade local. Sua renda situa-se entre sete e nove salários mínimos. Tem como *hobby* a pescaria.

A entrevista foi realizada em seu local de trabalho, em uma sala na Prefeitura Municipal, com duração em torno de 50 minutos.

A escolha deste participante se deu por indicação de uma colega psicóloga que trabalhou com ele na Saúde Pública e o contato foi realizado via telefone por meio de sua esposa, que agendou o encontro para o dia seguinte.

O entrevistado deu ênfase ao trabalho na Saúde Pública, onde atuou grande parte de sua vida profissional. Para ele, o Sistema Único de Saúde (SUS) oferecido à população no Brasil, em termos de concepção, é perfeito, sendo, no entanto, sua efetividade dificultada pela ineficiência política que não o torna acessível a todos. Segundo ele, pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia já atingida pela sociedade contemporânea, muito se pode fazer pela saúde da população, sobretudo no aspecto da prevenção e do saneamento básico. No entanto, lamenta a forma como é realizado o atendimento à clientela do Sistema Único de Saúde, tanto pela falta de vontade política, como pelo atendimento não humanizado da equipe de atendimento de que muitos são testemunhas.

Agnes nasceu em 02 de junho de 1930, na cidade de Paula Freitas, ao sul do Estado do Paraná. É aposentada da Previdência Social<sup>15</sup>, onde atuava como auditora da Receita Federal. Atualmente mora só, em condomínio familiar, onde recebe, nos fins de tarde, os familiares para roda de chimarrão. A entrevista foi realizada em sua casa e teve duração de mais ou menos 30 minutos. A princípio Agnes não entendeu o motivo de ter sido convidada para participar da pesquisa, achando que não teria com o que contribuir e mostrou-se preocupada com a fidedignidade das informações prestadas. Em vista disso, lhe foi esclarecido que as informações oficiais e publicadas pela imprensa já faziam parte da fundamentação do trabalho e que seu interesse recaía justamente no relato informal de quem vivenciou os fatos sobre os quais relataria. Com isso ela concordou em participar e pareceu entender que eu lhe solicitava uma contribuição pessoal e não relatos para verificação de seu conhecimento sobre os acontecimentos que seriam abordados.

Sua vida acadêmica teve início com o primeiro curso superior de sua cidade, tendo participado do vestibular para a formação da primeira turma do curso de História, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de

<sup>14</sup>Fictício.

<sup>15</sup>Agnes aposentou-se pela Previdência Social antes da fusão dos Auditores da Receita Previdenciária com os Auditores da Receita Federal, conforme o artigo 8º da Lei nº 11.457/2007, no qual ficam redistribuídos, dos Quadros de Pessoal do Ministério da Previdência Social e do INSS para a Secretaria da Receita Federal do Brasil os cargos ocupados e vagos da Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social. Disponível em: <http://com.br/biblioteca/publicacoes/noticias/publicada-a-lei-de-fuso-da-receita-federal-e-da-receita-previdencia-com-sano-emenda-n-3/>. Acesso em fevereiro de 2012.

União da Vitória. Por ocasião da fundação de outra instituição de ensino superior, participou também do primeiro vestibular, tendo sido aprovada em Administração de Empresas, que começou a frequentar, mas que não concluiu.

Sua vida social consta de jantares com grupos de amigas que se encontram semanalmente há mais de trinta anos, ora em suas próprias casas, ora em restaurantes ou confeitarias. Frequentava academia de hidroginástica semanalmente e entre suas ocupações diárias está a leitura do jornal Folha de São Paulo, informativo do qual é assinante e que acompanha desde os tempos anteriores à ditadura militar, período em que familiares seus e ela mesma foram perseguidos e presos por sua posição política declaradamente de esquerda. Seu *hobby* já foi o cinema, mas atualmente faz aulas de pintura de telas, com as quais presenteia amigos e familiares.

Em sua entrevista enfatizou a importância da industrialização para o progresso social e econômico, bem como o acesso a gêneros alimentícios e outros, como a viabilização da saída de jovens do campo pela criação de empregos em meios urbanos. Para ela, o sentido da inserção das mulheres no mercado formal de trabalho foi sua libertação da obrigatoriedade do casamento, sem o qual não haveria para elas possibilidade de sobrevivência. Ao saírem de casa e providenciarem sua própria remuneração, as mulheres deixaram de ser um peso morto (sic) para a sociedade, uma vez que não produziam e eram sustentadas pelos homens.

A escolha dessa participante se deve ao contato familiar e pelo conhecimento que tenho do fato de ser leitora assídua de assuntos políticos, o que a distingue entre mulheres de sua geração, fato também verificado no cargo que ocupou na Previdência Social, onde a conheci quando lá trabalhei, no início da década de 1970. Sua pessoa era referência na agência e a mesma era consultada por todos quando surgiam dificuldades e desafios na realização das tarefas previdenciárias.

Sofia nasceu em Montenegro, no Rio Grande do Sul, em 15 de outubro de 1925. Sua formação superior foi em Filosofia Pura, Direito Pleno e Administração Escolar, este de nível médio. Atualmente é viúva e convive com sua única filha, também advogada. Por ocasião do agendamento da entrevista, que se deu por telefone, a entrevistada adiantou que professava o positivismo de Augusto Comte, filosofia que pauta seu estilo de vida. A entrevista foi realizada em sua casa e durou em torno de duas horas.

Na ocasião da entrevista, no início de novembro de 2010, estava com problemas de saúde que lhe dificultam a locomoção. Sua vida social é restrita, mas seu lazer consiste em viagens a Florianópolis com a filha. Mais frequentemente, no entanto, gosta de sair para pequenas localidades próximas à cidade onde reside, a fim de descobri-las. As descobertas a que se refere são quanto à vegetação, sobretudo as flores; ao comércio, onde procura curiosidades e mesmo confeitarias e restaurantes, que considera pitorescos e interessantes. A escolha desta participante se deu por indicação da secretária da instituição de ensino onde se aposentou.

Para ela, a inserção das mulheres no mercado formal de trabalho foi alavancada por sua escolarização e pela omissão dos homens quanto às responsabilidades familiares. Este fato levou-as a se descobrirem capazes de ir em busca do sustento para casa, uma vez que os homens nem sempre davam suporte para suas famílias.

Em sua entrevista priorizou aspectos relacionados com a Educação, como as mudanças que percebe quanto à qualidade do ensino formal que vem sendo praticada, bem como com as transformações em seu modo de agir em relação aos alunos. Seus relatos deixam clara sua constituição como sujeito pautada na disciplina e em sua formação acadêmica e profissional, prioridade quase que absoluta em sua trajetória de vida até o momento. Ela demonstra gosto em falar de Filosofia, sobretudo a de Hegel, que relaciona com os objetivos de minha pesquisa, ao mencionar a tríade *tese, antítese e síntese*, por entender que a mesma busca a síntese, o resultado das transformações sociais e culturais pelas quais passaram as pessoas do século XX, em termos de constituição do sujeito do século XXI.

Jonas nasceu na cidade de Palmas, ao sul do Estado do Paraná, em 23 de março de 1935. Atualmente está aposentado do Banco do Brasil e do Ensino Superior, mas permanece trabalhando em sua fazenda, onde cria gado, em sua cidade natal. Nessa mesma atividade participa de palestras e encontros relacionados com agropecuária em cidades da região. A entrevista foi realizada em sua casa e teve duração de mais ou menos 20 minutos, período reduzido, mas que trouxe considerável contribuição para o presente trabalho, em vista do enfoque da realidade local a respeito do problema de pesquisa. O mesmo dispôs-se a dar continuidade à entrevista, caso necessário, mas não aceitou o novo contato, quando solicitado.

Sua vida familiar e social está em fase de transição, segundo informou, em vista de ter perdido sua esposa no início de 2011. Jonas tem três filhos e uma filha, dez netos e um bisneto. Quanto à sua vida cultural, sempre foi intensa e sua contribuição está relacionada a publicações sobre a Guerra do Contestado e encontros acadêmicos sobre o tema, sendo considerado autoridade nesse assunto na região. É membro participante da Academia Uniãovitoriana de Letras e da Academia Palmense de Letras. Concomitante ao seu trabalho no Banco do Brasil e no Ensino Superior, ele informa que desenvolveu atividades de cunho político, social, religioso e cultural na cidade onde reside. Seu *hobby* é cavalgar nos campos de sua fazenda e arredores, na cidade onde nasceu.

Como fonte de informação habitualmente lê informativos como jornais e revistas, mas também se informa por meio de noticiários da televisão e via internet. O entrevistado conhece a obra cenário desta pesquisa, *Era dos extremos – o breve século XX*, de Eric Hobsbawm, mas não comentou sobre a mesma.

A escolha deste participante se deu por indicação da secretária da instituição de ensino na qual se aposentou. Em sua entrevista, ele enfatizou a mudança que se verificou nas relações entre colegas, a partir do

ingresso das mulheres no mercado formal de trabalho, com enfoque para a realidade local e do Banco do Brasil em geral. Ele apontou também para aspectos da industrialização que resultaram no incremento do transporte viário, aéreo e do turismo, atividades que transformam e ampliam o comércio, a cultura e as relações entre as pessoas de diferentes lugares. Ele surpreende-se com a rapidez com que localidades turísticas se modificam por meio das relações comerciais e do trânsito de pessoas de outras culturas em seu meio.

Viviane nasceu em Porto União, no dia 02 de junho de 1935. Ela está casada e tem três filhos e cinco netos. A entrevista com ela foi realizada durante um período de duas horas, em sua sala, na Casa Cultural Anibal Khury, na cidade de Porto União, Santa Catarina. Esta casa tem construção em forma de castelo, por isso mesmo denominado pela população de “Castelinho”, antiga moradia de uma família de imigrantes alemães. Esse local, pela natureza da atividade que abriga, após contar com a presença da entrevistada, passou a oferecer cronograma de atividades culturais e artísticas, exposições de arte, ensino de música e outras áreas com objetivos afins, com participação ativa de artistas locais e da população interessada.

Sua vida social é percebida por ela como “relativa”, porém a cultural é ativa, sendo membro da Academia Uniãovitoriense de Letras. Suas leituras são habituais e para fins de trabalho e lazer. Como fonte de informação utiliza-se de jornais e revistas, rádio, televisão e internet. Sua renda situa-se entre quatro a seis salários mínimos. Tem como *hobby* o canto e sua religião é católica. A escolha dessa entrevistada se deu pela possibilidade de contribuição com a pesquisa, por sua mobilização em prol da vida cultural local, característica que a situa no recorte de interesse da mesma.

A ênfase de sua entrevista recai sobre o que ela entende ser consequência do fim do campesinato, com o desprendimento das pessoas de seu local de origem, causando todo tipo de descaso e desrespeito para com o patrimônio arquitetônico e cultural de algumas regiões. Com essa percepção, ela enumera desde a derrubada de construções históricas, como os pavilhões da Rede de Viação Paraná – Santa Catarina, ferrovia que corta as cidades gêmeas e que constituiu marco social e econômico de referência da região Sul do Paraná e Norte de Santa Catarina, hoje utilizada turisticamente, até a omissão de nomes de autores de músicas do cancionário nacional por locutores de rádio, passando pelo desconhecimento, por parte dos moradores, a respeito de fatos históricos relevantes da região. Esses e outros aspectos, a seu ver, seriam consequências da modernidade, fator de globalização e perda de identidade e referências constitutivas dos sujeitos, o que os enfraquece e enfraquece a cultura de uma geração e de um povo.

As entrevistadas e entrevistados, como já mencionado, pareceram apreciar o fato de falarem sobre os acontecimentos que marcaram uma época da qual participaram ativamente. Além disso, pareceram utilizar a entrevista para lançar um olhar e para analisar esse tempo, colocando em palavras e sentidos o que ele representou em suas vidas e na vida das cidades onde moram e, mais amplamente, na vida de toda uma sociedade. As mudanças sobre as quais falaram nem sempre foram avaliadas em seu momento e, ao serem inquiridos sobre elas, pareceram, de alguma forma, reorganizar suas lembranças e vivências em uma análise do que se processou em si (Vigotskii, 1998, Vigotski, 2001) e na sociedade em geral (Thompson, 1992). É flagrante a comparação que estabelecem entre as práticas familiares e sociais de sua infância com as do início do século XXI, na qual aparecem conteúdos como reconhecimento dos benefícios propiciados pela modernidade, mas também lastimam que estes não estão colocados ao alcance de todos. Giddens (1991) define a modernidade como um “estilo, costume de vida ou organização social que surgiram na Europa do século XVII, mas que tornaram-se, ulteriormente, mais ou menos mundiais” (p. 11) e problematiza esse conceito como desencadeador de discontinuidades que traz em seu bojo o *lado da oportunidade*, aquele que trouxe melhorias sociais e econômicas como consequência, mas também refere o *lado sombrio*, que resultou em desvalorização de práticas e modos de vida que desconfiguram essas práticas e não são acessíveis a todos, como será visto nos relatos.

Ao falarem de suas lembranças e vivências trazem aos fatos a substância social da memória e revelam como os experienciaram e como isso os afetou, em contraponto com a versão hegemônica contada pelos livros escolares, nos quais a história é contada linearmente, como refere pontua Bosi (2003). Com suas versões pontuais e singulares de vivências partilhadas, os entrevistados contribuem e potencializam a história oral (Thompson, 1992), ao mesmo tempo em que, ao internalizarem essas vivências, constituem-se como sujeitos alinhados com sua época e, dialeticamente constroem a história de seu tempo, revelando o caráter construtivo e criativo da memória, conforme postula Vigotski (2001).

## 4 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS DO SÉCULO XX NA VISÃO DAS ENTREVISTADAS E ENTREVISTADOS

### 4.1 A diminuição do campesinato

Agora não sabemos o que estamos comendo...  
Viviane (entrevistada nesta pesquisa)

Em seus processos de significação, os entrevistados se apropriaram do que foi se delineando pelo movimento social e cultural, convertendo a pulsação da modernidade em sentidos que passaram a constituir-se como sujeitos, coadjuvantes e protagonistas, da época talvez mais ativa e movimentada que a humanidade já viveu. A cena comentada por Luís Cláudio Figueiredo (1992) sobre a movimentação na praça de Antuérpia, foco da vida comercial e social, retratado como o ponto de partida de seus aldeões para o mundo afora, expõem a metáfora do início do processo de subjetivação dos sujeitos que hoje são cidadãos modernos. As condições sociais e históricas ali configuradas indicaram que era chegado o momento do início de um processo de mobilidade social que está ativo. Para além da dimensão concreta, simbolicamente, esse movimento se expandiu e nunca mais cessou e foi singularizando-se em cada cidadão, processo do qual, segundo Giddens (1991), Berman (2007) e Hobsbawm (2008), ninguém ficou de fora.

Em seus depoimentos sobre as transformações sociais do século XX, as entrevistadas e entrevistados evidenciaram esse quadro, atribuindo a ele mais ou menos os mesmos sentidos a partir do que se configurou no cenário em que vivem. Eles falaram dessas mudanças entrelaçando, obviamente, o fim do campesinato com a industrialização, qualificando-as como positivas, por um lado e negativas, por outro. O lado positivo tem sentido de facilidade pelo acesso a bens, serviços e crescimento pessoal, este invariavelmente associado ao aspecto econômico e de escolarização, que essas mesmas transformações trouxeram. As facilidades trazidas pela modernidade também são mencionadas sob o aspecto social, estas já assimiladas e convertidas em práticas das quais se beneficiam e os configuram como cidadãos do século XXI. Negativo como desencadeador de perdas em nível pessoal e social, desconstruções, transformações de modos de vida valorizados e até consagrados, como o valor à terra e aos valores locais, à qualidade da alimentação que viram, perplexos, ruir deixando em suas vidas marcas de impotência que, contudo, foram sendo processadas para constituir novos sentidos.

Agnes enfatiza a industrialização e o acesso a todo tipo de bens, desde os materiais e de informação até a liberdade que a pluralidade de opções propiciou para os sujeitos do mundo contemporâneo. Sofia viu a transição da vida no campo para o meio urbano em sua vida pessoal e de seus coetâneos, como algo natural. Essa mudança a colocou em contato com o que permeia seu modo de vida, ou seja, a escolarização, a intelectualidade, a erudição. Com o fim do campesinato, Viviane viu a perda das referências com as origens geográficas e culturais e, em consequência, o descuido e o desconhecimento com o patrimônio histórico e arquitetônico, bens preciosos e motor do trabalho que passou a realizar de modo mais direto depois que se aposentou como professora. Jonas, como Viviane, lembra quando os camponeses adentravam as portas da cidade com seus produtos trazidos em carroças, sendo disputados pelas pessoas para conseguirem adquiri-los, ainda frescos, ou mesmo antes que acabassem, pois eram escassos. Todos perceberam nesse movimento do campo para as cidades, da produção artesanal para a industrializada, um meio de melhoria e acesso aos alimentos, mesmo que tenha havido perda em qualidade. Por outro lado, a inspeção obrigatória por órgãos governamentais asseguraria aspectos de higiene e saúde aos consumidores, cuja importância ainda não era vislumbrada pelo campesinato.

A sociabilidade alimentar apontada por Renata Menciasche (2003) aparece nessa percepção de Viviane, que parecia desconhecer que havia uma lei de inspeção de alimentos desde 1909 (Fonseca & Souza Filho, n.d.), mas sua observância tornou-se obrigatória em 1952. Isso parece indicar que a confiança, a troca afetiva e social entre os camponeses e os que consumiam seus produtos era pautada pela certeza de que o bem produzido era o excedente da produção para subsistência, como ressalta Neusa Bloemer (2009) sobre o cotidiano camponês no planalto catarinense, no qual a vida girava em torno do cultivo da terra e da criação de animais para a subsistência familiar e comercialização destes produtos, como, segundo Hobsbawm (2008) se praticava desde tempos ancestrais.

Na concepção de Agnes, o fim do campesinato é associado imediatamente com a industrialização. Para ela, toda forma de crescimento que distancie as pessoas da vida rural e/ou iletrada é fator positivo e o crescimento das cidades é necessário, uma tendência natural, com sentido de evolução de modos de vida rurais que estariam em estado bruto a ser lapidado. Isso se deve, ao que parece, ao fato de que sua forma de entender a vida e o mundo é fortemente marcada pelos meios de informação. Em seu modo de ver, há uma forma hegemônica de pensar e entender os acontecimentos, sobretudo os sociais e políticos e esta forma está em poder dos que escrevem e publicam o que é noticiado. Em outras palavras, aquele que está fora dessa caracterização, ou seja, que esteja desinformado ou mantenha práticas camponesas estariam em situação de desvantagem social e cultural, desalinhados, portanto de seu tempo. Ela refere aqui o que João Ferrão (1999) menciona como a identificação do



mundo rural com realidades arcaicas, ao passo que o mundo urbano-industrial é associado e significado como lugar do progresso, compondo um cenário de participantes de duas condições excludentes e contrastantes entre si em termos de posição social e cultural.

Em vista disso, para ela, a diminuição do campesinato representou um benefício social e cultural para o Brasil e para o mundo, pois acredita que nessa mudança estaria a possibilidade de acesso igualitário à informação e aos bens produzidos, sejam de origem rural ou urbana. No entanto, com isso surgiu a necessidade de industrializar também o campo, a fim de produzir mais alimentos e condições de vida para essa população, bem como para a das cidades. Com essa expansão, ocorre o distanciamento do campo e do modo conhecido de produção de alimentos e entende que, atualmente, *“estamos comendo veneno”*, fator negativo, consequência da industrialização do campo decorrente da vinda das pessoas desse meio para os meios urbanos.

Sofia associa o fim do campesinato com a escolarização e viu na saída do campo uma passagem “natural” para o mundo que seria seu modo de expressão como pessoa e como profissional, a escolarização. Para ela, a diminuição do campesinato arrastou as pessoas para as cidades e não havia como não acompanhar esse movimento social que esvaziou o campo. Natural, generalizada e inevitável a mudança foi tomando conta do cotidiano das pessoas: *“... a gente não tomou iniciativa, a gente foi envolvida, arrastada. Foi um florescimento, uma renascença. Foi um movimento generalizado, não foi esporádico, nem demorado, foi uma explosão cultural.”* Esta colocação de Sofia evidencia nas palavras da entrevistada o que Giddens (1991), Berman (2007) e Hobsbawm (2008) referem às já mencionadas mudanças que afetaram a todos.

Os indivíduos que deixaram o meio rural não mais voltariam a ele e o apoio e estrutura para a nova vida veio das bases familiares e econômicas campesinas que providenciaram meios para que os filhos do campo se revelassem bons e destacados profissionais e cientistas em contextos urbanos. Para isso os pais não mediam esforços, sacrificando-se no trabalho rural para propiciar aos filhos meios de se destacarem na vida acadêmica:

Eram os primeiros que iam estudar. Eles sofriam muito, mas eram preservados, eram inteligentes, tinham saúde física, tinha uma alimentação, um berço, que deu a eles estrutura de tirar os primeiros lugares nas faculdades, em todos os sentidos, em todos os setores... Porque todos iam e todos tinham que ir, mas os pais, que eram os campesinos, tiveram que ficar em casa, machucando a mão, com calos, suando, sofrendo com prazer... “meu filho tá estudando... médico, em Porto Alegre.” (Sofia, 85 anos, advogada e professora aposentada)

Pessoalmente, Sofia foi colocada pela família para estudar em colégio, achando isso normal, pois teria que progredir. Ela afirma: *“Eu fui envolvida... fui levada pra um colégio pra estudar e eu achava isso a coisa mais normal... eu não poderia ficar na região colonial, teria que progredir.”* Em seu caso, o afastamento da vida rural deu-se em direção à escolarização que pautou toda sua vida e constituição como sujeito. Da escolarização à profissionalização chegou à aposentadoria percebendo-se mais humanizada em termos de exercício da docência, deslocando-se da postura que tinha em relação aos alunos, de positivista para humanista. Exemplifica contando que passou a facilitar a vida de alunos operários de fábricas madeireiras da região, realizando com estes avaliação diferenciada, que não os menosprezasse, mas que lhes desse oportunidades de continuidade e crescimento acadêmico:

Por último eu já não estava tão certa do que o que eu ensinava seria a solução do mundo, mas entendi que deveria ser mais elástica e aí comecei a dar uma de assistente social... me dedicava ao aluno fraco. Eu não aceitava mais reprovação, eu pensava “Eu sou paga, eu tenho que ajudar”. (Sofia, 85 anos, advogada e professora aposentada)

Viviane amplia e relaciona a diminuição do campesinato com desdobramentos que incluem a qualidade dos alimentos até questões econômicas e ambientais. Na mesma perspectiva inclui a depredação do patrimônio histórico, tanto em sua forma arquitetônica como histórica e cultural, dimensões que vivencia em seu trabalho direcionado à cultura local. Para ela, mais do que a saída do campo, que privilegia a indústria e os espaços urbanos, o fim do campesinato fragilizou o contato das pessoas com suas raízes, comprometendo o sentimento regionalista que priva os mais jovens do conhecimento de suas origens.

Nessa linha ela menciona os costumes e práticas regionais de acesso aos alimentos, como a compra direta dos produtores rurais que traziam em carroças gêneros alimentícios para vender na cidade:

Na minha casa, quando eu era menina, passava diariamente uma carroça com todos os gêneros alimentícios que a gente precisasse. Já traziam os pedaços da carne. E isso tudo, é uma coisa interessante, porque hoje se fala *tanto* nessa parte da... da higiene, nessa parte que precisa ser olhada com muito carinho, porque é muito perigoso... E naquele tempo as coisas [referindo-se a doenças] parecem que não aconteciam. (Viviane, 75 anos, professora aposentada, diretora da Casa de Cultura)

Com a industrialização vieram mudanças sociais que passaram a fazer parte do cotidiano de todos. Os cuidados com a higiene dos alimentos, tão enfatizados na contemporaneidade, nem se cogitavam no início do século XX, fato que em nada comprometia a saúde dos que os consumiam. A modificação na relação dos camponeses com a terra para a produção de alimentos industrializados significou comprometimento até mesmo da motivação das pessoas quanto a cuidados com a própria saúde. Esse aspecto teria sido gerado pelo uso de hormônios e outros insumos no incremento da produção pecuária, afetando as pessoas fisicamente trazendo o aumento da obesidade, por exemplo e, psicologicamente, minando sua motivação. Sobre isso, ela explica que, por mais conhecimento que se tenha e prescrições que se façam sobre cuidados com a saúde, há desânimo e dificuldades nessa prática:

Esta mudança que aconteceu prejudicou, e muito, porque se passou a usar alguns artifícios ... a galinha que era tratada com milho que eles plantavam, hoje ela vai receber hormônio e uma série de coisas. Então, além de você sentir essa diferença dentro do aspecto social, você vai sentir também no aspecto saúde. [...] hoje, por exemplo, nós estamos falando de... pessoas obesas. No nosso tempo, por exemplo, se você era gordo era porque comia bem. Se quisesse emagrecer... “ah, eu vou comer um pouquinho menos” e dava resultado. Agora, hoje não. Às vezes as pessoas têm força de vontade e são aconselhadas a fazer exercício físico e outras coisas mais que, na verdade não está resolvendo muito. Por quê? Porque mudou a nossa alimentação. (Viviane, 75 anos, professora aposentada, diretora da Casa de Cultura)

O afastamento dos meios rurais e a industrialização da produção de alimentos repercutiram também no meio ambiente com a derrubada de árvores, os pinheirais, para plantação de grandes lavouras. Em sua percepção, o distanciamento das origens vai se desdobrando e repercute em vários aspectos:

Então, essa parte campesina, a influência dela eu acho que foi assim... é bastante grande. Nós hoje temos um Brasil que... cortou muito das árvores pra fazer lavoura, que em compensação passou a ser uma plantação dos grandes empresários, porque... *Eu* moro aqui, mas lá no norte do Brasil *eu* consegui uma área de terra, *corto* as árvores e lá *estou* plantando somente a soja, ou coisa que valha, porque entrou muito a parte econômica nisso. (Viviane, 75 anos, professora aposentada, diretora da Casa de Cultura)

Seus relatos informam que os conteúdos escolares relacionados com práticas do cotidiano de sua época de escola, incluíam a formação e cuidados com uma horta e compara à alimentação das escolas públicas atualmente:

Em minha escola tinha o clube agrícola, onde tínhamos canteiros. Cada classe tinha que cuidar do seu. Tínhamos plantação de repolho, de batatinha, de nabo que eram colhidos pela gente mesmo e tratados pelas zeladoras que faziam sopa pra fazer a [nossa] alimentação. Hoje, a alimentação que vem do governo vem pronta. E você não sabe realmente o que está comendo... (Viviane, 75 anos, professora aposentada, diretora da Casa de Cultura)

Para Jonas o fim do campesinato representou, por um lado, a diminuição do poder aquisitivo da população rural. Segundo ele, as pessoas que vinham do campo fazer compras na cidade representavam oitenta por cento da clientela e faziam compras grandes, ao passo que hoje, em sua estimativa, dois ou três por cento dos consumidores vêm do interior e noventa e poucos por cento são pessoas da cidade. Por outro lado, a industrialização propiciou melhoria de acesso aos produtos do campo para os moradores das cidades, mas também a sensação de distância de fatos que presenciou muitas vezes:

... às vezes até a gente considera que ele foi um século assim que... tem coisas que ficaram... que ficaram tão longe... Eu cito, às vezes, pros meus filhos, pros meus netos, um fato que eu me lembro de ter observado aqui em União da Vitória... e não era só aqui, em Palmas também era a mesma coisa. Então, no domingo, era o dia em que a... mãe fazia macarronada com galinha, aquela coisa toda, era um almoço de domingo. Mas aqui em União da Vitória, pra você conseguir a galinha pra fazer um almoço de domingo, às vezes você tinha que esperar lá na Ponte Nova [entrada da cidade] uma carrocinha de colono que vinha de Cruz Machado vender galinha na cidade. Se não fosse [até lá] encontrar, quando a carrocinha chegasse aqui no centro não tinha mais galinha. (Jonas, 75 anos, professor e bancário aposentado)

Com a autoridade de quem conhece sobre o assunto por atuar no meio agropecuário e por participar de

eventos sobre o assunto, sua preocupação é que o Brasil volte ou continue a ser um país celeiro. Em seu modo de ver, essa condição somente será importante e vantajosa se for acompanhada de industrialização. Para ele o Brasil vai ter que enfrentar um grande risco, pois está voltando a ser uma nação essencialmente agrícola. Esse fator lhe parece preocupante uma vez que a produção industrial emprega mais do que a agricultura:

O Brasil tá se transformando novamente numa, numa colônia agrícola. A indústria brasileira, ela participava com trinta e sete por cento do PIB há dez anos atrás. Hoje, é treze por cento. Com isso o país vai se desindustrializando, e passa a ser uma nação só exportadora de produtos agrícolas. Claro, claro... venda alimentos, mas venda produto industrializado [também] porque, pra fazer um sapato você utiliza quantos operários? Pra produzir... aí, um saco de soja *cê* usa um... Então vai faltar mercado de trabalho, vai faltar lugar pro emprego bem remunerado. E quem não tem indústria também não tem crescimento tecnológico, porque a indústria é que exige pesquisa pra aprimorar o produto, pra melhorar a qualidade né. Pra... introduzir inovações. (Jonas, 75 anos, professor e bancário aposentado)

Ligado à atividade rural, Jonas mostra-se preocupado com o crescimento das cidades e o que considera pouco investimento em industrialização, reduzindo as possibilidades de emprego. Para ele esse fenômeno pode levar à favelização e ocupação de terras, gerando violência no campo a partir de assentamentos com o excedente urbano:

E o que que eles vão fazer? Eles vão fazer esses assentamentos pegar esse excedente urbano e jogar pro campo, e o que que tá surgindo já no campo? A favela. Daí cria violência, cria aquela coisa toda no, no campo. Então o rumo que tá seguindo a economia do país, eu acho preocupante. A gente tem atividade rural, a gente tá ligado... Umbilicalmente ligado à atividade rural, a gente tem fazenda lá em Palmas, ainda. E nota. Tem três ou quatro assentamentos que são vizinhos lá. São favelados, são violentos, tão roubando... (Jonas, 75 anos, professor e bancário aposentado)

Os depoimentos dos entrevistados demonstram que os fatos por eles vivenciados e transformados em sentidos singulares revelam a percepção dos avanços que foram se instituindo com a ascensão da industrialização em detrimento da passagem do campesinato para a industrialização e urbanização. Esses sentidos revelam-se em suas falas que contam da contradição pelas rupturas e descontinuidades de modos de vida valorizados e há muito percorridos, mas ao mesmo tempo necessárias pelas abrangentes mudanças que todo o sistema social e econômico vinha sofrendo.

Bloemer (2009) descreve a vida campestre no planalto catarinense e relata o cotidiano das famílias campestres em meados do século XX, realidade similar ao que se praticou e ainda se pratica em regiões próximas às cidades em que residem os entrevistados. Nestas, a vida familiar girava em torno dos ritmos de preparo, plantio, cuidados com o cultivo de subsistência e para venda e colheita dos alimentos como parte de um cotidiano do qual todos participavam, mesmo, como relatam Viviane e Jonas, que fosse nas cidades próximas, esperando pela chegada dos produtos agrícolas para suas mesas. A quebra dessa relação foi sentida como uma descontinuidade e simbolizada como perda de confiança em relação à origem do que ingerem, como se vê na fala de Agnes “Estamos comendo veneno” e de Viviane: “Não sabemos o que estamos comendo”.

Para sujeitos que tinham relação direta com a produção de alimentos ou, pelo menos sabiam de onde vinham o que consumiam, ou seja, das colônias vizinhas, trazidas em carroças pelos próprios produtores, a industrialização do que comiam foi significada com estranhamento que ficou fortemente expressa em seus depoimentos, sobretudo em Agnes e Viviane, mas também mencionado por Jonas. Segundo Suely Rolnik (1997) antes de flexibilidade para navegar ao vento dos acontecimentos, as transformações esvaziam de sentido as figuras vigentes e “lançam as subjetividades no estranho e as forçam a reconfigurar-se” (p.2). Essa mudança veio a romper a relação ancestral e direta dos seres humanos com a terra e seus produtos. A forma como se referem a essa situação remete ao simbolismo de distanciamento em relação aos alimentos que não sabem mais de onde vêm, mas também, provavelmente com todo o movimento desencadeado pela ruptura dessa relação e que, ao que parece ainda não está inteiramente assimilado. Menasche (2003) em estudo etnográfico sobre o este fenômeno, o estranhamento e rejeição das pessoas sobre o consumo de alimentos, agora transgênicos, refere associações entre alimentação e imaginário e sociabilidade alimentar, aspecto fortemente sentido pelos entrevistados.

Os entrevistados tornam visível aqui o que afirma Catia Grisa (2007) quanto à relação com os alimentos quando se praticavam modelos de agricultura muito semelhantes ao cultivo para subsistência, praticados amplamente ainda em meados do século XX, quando os alimentos vinham do local de produção (lavoura) e chegavam à mesa (casa), para consumo sem que passassem por intermediação que os tornassem valor de troca. Neste modelo, tão valorizado pelos participantes, predominava a relação entre homem, trabalho e natureza, que

atendia às necessidades alimentares tanto dos que produziam como dos que consumiam, fator de sociabilidade e de identidade que promovem relacionamento próximo entre esses dois meios, o urbano e o rural.

O distanciamento dos modos de produção e da familiaridade com a origem dos alimentos é analisada multidisciplinarmente. Estudos antropológicos, sociológicos são muitos e revelam a importância dos sentidos atribuídos à relação dos seres humanos com seu alimento e a dimensão da ordem do imaginário e do simbólico, psicológica que jaz em sua base. Desde a discussão psicanalítica acerca da oralidade e seus desdobramentos psicológicos na formação da personalidade como o primeiro meio de contato concreto com o mundo e todo o desdobramento simbólico daí decorrente e amplamente discutido, passando pelo papel aspecto social e antropológico do alimento, a discussão sobre o tema é intensa e variada. Segundo Roberto Da Matta (1987, 1997 como citado em Santos, 2005), a comida tem o papel de destacar identidades. Menasche (2003) cita o mesmo autor quando ele diferencia alimento de comida, definindo esta como elemento cultural, aceito socialmente como fonte nutricional e o alimento como natural, ou seja, fator de nutrição. Os autores que se dedicam ao estudo e simbolismo do alimento recorrem também a Fischler quando ele afirma que os alimentos não são apenas comidos, mas são também pensados e que, em vista disso, deve-se considerar que o homem é um ser onívoro que se alimenta de carne, de vegetais e de imaginário.

Na concepção de Agnes, Sofia, Viviane, Jonas e Antônio, o fim do campesinato desencadeou um movimento, cujas reverberações mudaram para sempre e ainda ecoam no cotidiano de todos. Com ênfases sutilmente diferentes, cada um revelou como vivenciou esse movimento. Os sentidos que atribuem às mudanças convergem ao acharem que melhorias viriam da industrialização e da escolarização que trariam ao campo ciência e tecnologia para fins de incremento da produção agrícola, por acreditarem no progresso social e econômico que esse movimento traria. Assim, o confronto e a impotência diante do que entendiam ser a marcha da evolução foi sendo experienciado e ressignificado pelos beneficiários que as mudanças foram introduzindo nos meios de produção, redesenhando modos de vida que, aos poucos, lentamente como enfatiza Sofia, foram sendo convertidos em vivência pessoal e cotidiana para a vida no campo e nas cidades.

Marx e Engels (2001, 2007), Berman (2007), Hobsbawm (2008) descrevem essa realidade, revelando que a perplexidade, mas também a aceitação vivida pelos cidadãos do mundo diante da modernidade foram significadas tendo em vista o caráter contraditório das modificações, ou seja, o de destruição de padrões de vida até então estabelecidos e reguladores das relações familiares e sociais. Eram acordos tácitos, inquestionáveis que foram sendo desconstruídos com a força dos movimentos sociais e políticos assimilados gerando novos sentidos e construindo uma nova cultura. Ao mesmo tempo em que trouxeram perdas, ganhos e benefícios foram se fazendo imprescindíveis, colocando as pessoas diante da evidência de sua importância, mesmo sentindo-se alijadas de valores e práticas por muito tempo presentes em suas vidas. A cada inovação, uma perda, mas também um ganho a ser convertido em mediação para a criação de sentidos que os constituam como sujeitos alinhados com as práticas sociais de seu tempo.

Conforme Vigotski (2001, 2007) explicita, todos os participantes relatam terem convertido em pessoais trazendo para a esfera intrapsíquica as práticas sociais que foram se configurando nos modos de vida do período em foco. A conversão dos acontecimentos sociais ou de ordem interspíquica em pessoal ou intrapsíquica percebida na forma de significado dos depoentes revela que foi necessário que algum tempo se passasse para que notassem e outro para que avaliassem que as mudanças quantitativas, em termos de maior produção e movimentação migratória, do campo à cidade gerariam mudanças qualitativas na vida de todos, segundo refere Hobsbawm (2008).

#### 4.2 A crescente industrialização

... o que mudou foi que desejo de todos se tornou o mesmo...  
Sofia (entrevistada nesta pesquisa)

Obviamente não em sequência linear à diminuição do campesinato, mas entrelaçada a ela de maneira dialética e compulsória e generalizada, a industrialização vai se inserindo e se estabelecendo nas mais diversas áreas da vida pessoal, social, econômica e cultural das sociedades ocidentais, modificando os meios de produção, com repercussão direta na vida de todos.

Para Agnes o sentido maior da industrialização foi a facilidade de acesso aos bens produzidos, antes muito caros por sua raridade e custo elevado para a maioria das famílias. Ela valoriza a industrialização por entender que, com a saída das pessoas do meio rural, houve a necessidade de mecanizar a produção de alimentos por meio de grandes lavouras. Em seu parecer esse movimento resultou em benefícios para a sociedade, pois com ele passou-se a industrializar alimentos e artefatos, o que teria melhorado a vida de todos, incentivando o crescimento econômico, gerando facilidades no cotidiano de maior número de pessoas, em termos de acesso a artigos, antes difíceis pelo custo e escassez, quando não importados. Por outro lado, volta a duvidar do processo de beneficiamento industrial pelo qual passam os alimentos que os colocam sob suspeita:

Todos os países tiveram isso, né. E daí tiveram que industrializar o campo, pra ter produção maior.... sair do campo e vir pra cidade foi bom e acho que tiveram que, pra conseguir comida, industrializar. Ah, melhorou tudo, né... era uma dificuldade pras famílias comprar uma panela. Era tudo muito caro, muito difícil, importado, né. De repente começou a se fabricar tudo. Ficou tudo muito mais fácil, né. Hoje, as famílias podem comprar uma televisão tranquilamente, né. Temos tudo... acessível. Por outro lado, os alimentos agora, vêm de fora e... nem sabemos o que estamos comendo... (Agnes, 80 anos, funcionária pública aposentada)

Sofia vê a passagem do campesinato para a industrialização como um movimento lento que, inicialmente, aconteceu somente nas grandes cidades. Segundo ela, o excedente do que era produzido em meio rural e familiar era vendido para centros maiores. Ainda que lenta, a industrialização transformou enormemente as relações de trabalho entre patrões e empregados, que se dividiram em duas classes com objetivos diversos e geradores de conflitos:

Aí veio a [lei] do operário, a lei trabalhista, uma complicação de formas de trabalho, de patrão e empregado. Surgiram duas classes bem distintas e antagônicas... o empregado sempre querendo ferrar o patrão e o patrão querendo explorar o empregado. (Sofia, 85 anos, professora e advogada aposentada)

Em sua percepção, as relações de trabalho, pelo menos no que concerne à produção agrícola, já estiveram em situação mais difícil e conflituosa e a forma de minimizar esse quadro, fazendo frente à exploração do trabalho, se configurou pela organização dos produtores rurais em cooperativas, prescindindo da intermediação exploradora de terceiros e, defendendo sua classe. Sofia aqui aborda o ponto de maior alcance que se processou desde a Revolução Industrial, ou seja, a mudança nas relações de trabalho (Hobsbawm, 2008 e Antunes, 2009) que vieram a desconfigurar e reconfigurar as características sociais do século XX: as relações entre o trabalho e o capital, já apontados neste texto. Porém, em seu modo de ver, a transformação maior desencadeada pela industrialização, no entanto, foi quanto ao desejo das pessoas que se tornou um só, ou seja, tanto a sociedade urbana como a rural passou a querer as mesmas coisas. Ela aponta os efeitos trazidos pela globalização da economia e pelos avanços tecnológicos, especialmente a mídia eletrônica que, segundo Rolnik (1997) aproximam universos de toda espécie, situados em qualquer ponto do planeta, em diversos aspectos e numa densificação cada vez maiores. Isso teria afetado características sociais e culturais, unificando modos de vida em várias partes do mundo, retirando dos lugares suas características regionais. O meio que teria levado a modos de vida mais homogêneos seria a comunicação em massa viabilizada pela televisão:

Eles têm os mesmos sonhos e desejos. E os desejos, os ideais, melhor falando, se unificaram hoje, tanto na *campesina* quanto na industrial. A mídia alcança tudo e alcança a todos. Eles [os filhos de famílias rurais] se visitam e se comunicam em família, estão mais pelo conforto eletrônico e movido a carro. (Sofia, 85 anos, professora e advogada aposentada)

A informatização, em seu modo de ver, mudou comportamentos, afetando a vida escolar, paralisando, de certa forma, o raciocínio das pessoas. Ela compara a dependência da calculadora com o uso de técnicas de memorização, meio de apreensão e aprendizado amplamente utilizado nos meios escolares antes do avanço tecnológico que marcou o século XX:

Na escola os alunos não resolvem cálculos matemáticos. Aí, a informatização é um benefício, mas uma arma com dois gumes. Ela favorece o *paradismo* intelectual, porque o resultado vem pronto. E o dia que não tiver? Eu, primeiro resolvo mentalmente, depois confiro pelos meios de informática. Foi muito combatida a memorização, mas eu acho que para alguns paradigmas básicos de toda ciência ela é necessária. (Sofia, 85 anos, professora e advogada aposentada)

As mudanças trazidas pela informatização lhe fizeram uma surpresa, ao mesmo tempo agradável e, de certa forma, frustrante. Ela conta que para requerer sua aposentadoria teria que ir à capital do Estado. Ao viajar para dar início ao processo, preparou-se com lanche e paciência, pois achava que teria que esperar horas, talvez dias para a contagem de seu tempo de serviço e outros trâmites. Para sua surpresa, em poucos minutos estava com tudo resolvido:

Eu fui na Secretaria de Educação e levei um lanche pra esperar. Isso foi no início da informatização. Logo bateram: a senhora tem trinta anos, dois meses e sete dias. Tá aposentada! Mas eu ainda não tinha comido o meu lanche, meu deus do céu... [ri] Foi um choque de mudança... [ri] Eu queria que demorasse... porque eu estava preparada, eu tinha que comer a minha merenda [ri] e eu ia ficar em Curitiba, eu ia aguardar aquilo... porque antes sempre era demorado... (Sofia, 85 anos, professora e advogada aposentada)

Para Viviane o século XX foi o século das grandes experiências mundiais, com grandes trabalhos na área da tecnologia e da medicina. As descobertas realizadas nessas áreas foram surgindo e se fazendo incluir no cotidiano das pessoas, desde os bancos escolares até as conquistas espaciais. Ao contextualizar os acontecimentos em termos de tempo e espaço, ela traz informações sobre acontecimentos locais e regionais importantes, em geral desconhecidos, sobretudo pelos mais jovens, fato que lamenta e atribui à desvinculação da terra como fonte de provisão alimentar, mas também como lugar de origem e constituição social e cultural dos sujeitos.

O enfraquecimento do vínculo com as origens a que se refere Viviane impôs uma questão econômica que tem dupla direção, pois ao mesmo tempo em que afasta os mais jovens de seu lugar de origem, empurrando-os para centros urbanos maiores, também esfacela as condições de trabalho para os que ficam, extinguindo profissões, como a marcenaria praticada extensamente na região em que mora. Com isso, a industrialização e a ampliação de empresas de grande porte em nível nacional prejudicaram a realidade local e regional:

Então eu acho que houve assim um grande avanço, não tem dúvida nenhuma, mas na nossa região foi um desastre. Até as grandes fábricas de móveis que nós já tivemos aqui, nós perdemos. Hoje, *você* não tem mais um bom marceneiro, um bom carpinteiro. Os que haviam ou morreram ou foram embora. Porque vai acabando a madeira, vão deixando de lado este trabalho e a pessoa se sente inútil, não tem mais trabalho... vai embora procurar uma outra coisa pra fazer, nem que ela vá morar na casa de um filho e nem faça mais nada. (Viviane, 75 anos, professora aposentada e diretora da Casa da Cultura)

O trabalho manual que empregava pessoas, típico do período anterior à industrialização foi sendo substituído, fator que esvaziou a cidade e tirou o lugar de alguns tipos de ocupação, como os relacionados com a indústria madeireira. Segundo ela, a evolução tecnológica extinguiu ocupações tradicionais pela facilidade de acesso a bens industrializados, mas nem sempre dá conta de demandas mais simples:

Você procura hoje, um sapateiro e não há. Eu estou com um problema de luz em casa e um eletricitista que era muito bom, me disseram, veio quatro vezes na minha casa e não descobriu o que tinha... mas eu não acredito que nesta cidade não exista uma pessoa capaz de resolver isso... Existia o trabalho manual pra empregar muita gente, mas tudo isso foi acabando. De um lado, a matéria prima ficou difícil, de outro lado o transporte, porque nós perdemos uma grande coisa na nossa cidade, que foi a ferrovia, que trazia muita coisa, não só na parte alimentícia, de frutas e verduras e da pecuária, mas nessa outra parte, de trazer os ferros, de trazer aquilo que nós não produzíamos aqui. (Viviane, 75 anos, professora aposentada e diretora da Casa da Cultura)

Para ela, a desigualdade de condições de trabalho que se verifica em relação às cidades de pequeno porte e aos apelos da industrialização, é forte na região e leva ao esvaziamento de oportunidades que fragiliza a identidade local que vai se descaracterizando em favor de aspectos globalizantes. Tal quadro visibiliza o que Rolnik (1997) e Ferrão (1999) definem como identidades locais fixas que desaparecem para dar lugar a identidades flexíveis que mudam ao sabor dos movimentos do mercado e com igual velocidade, como também refere o que Hobsbawm (2008) questiona quanto à falta de vínculo entre a história que gestou os modos de vida atuais, quando relata sobre o desconhecimento e descaso de pessoas em relação aos bens construídos e valorizados em momentos históricos anteriores.

Uma forma importante de manutenção dos vínculos com as origens, segundo Viviane, era praticada em sua escola, quando cada turma tinha seu canteiro na horta da escola, como relatou ao falar do fim do campesinato. Essa prática escolar de incentivo ao cultivo da terra em seus anos escolares, ou seja, a valorização das origens e do contato direto com a produção de alimentos, chocava com a ficção, antecâmara da industrialização que geraria tecnologias inconcebíveis para o conhecimento da época. Quando criança, ao ver filmes de ficção, imaginava e duvidava, ao mesmo tempo, perguntando-se como era possível alguém vislumbrar coisas tão inusitadas como viagens espaciais... Quando viu pela televisão o homem chegando à lua, lembrou-se dos filmes e lhe parecia incrível que aquilo estivesse acontecendo:

Quando menina vi um daqueles filmes antigos que se passava no espaço e dois astronautas estavam no interior da nave. Um deles teve que sair porque foi arrumar um cabo que estava pelo espaço... filme preto e branco, tela pequenininha... Mas eu lembro

perfeitamente que quando ele saiu, se desprende da nave e seu corpo foi em direção ao sol, tá? E eu pensei comigo naquela ocasião: “Mas que horror! Como que um homem pode pensar numa coisa dessa? Nunca nós vamos chegar a fazer uma viagem interplanetária desse tipo.” No entanto, em sessenta e nove eu assisti o homem chegando na lua, vendo os passos dele. Então isto pra mim foi uma surpresa muito grande. (Viviane, 75 anos, professora aposentada e diretora da Casa da Cultura)

Ao mesmo tempo em que se via surpresa e incrédula quanto ao que trazia a ficção ela se depara com fatos reais e próximos ligados à tecnologia. Sempre atenta à história e realidade locais, Viviane encadeia e traz em seu relato fatos aqui ocorridos em consequência dos novos tempos, como o acidente aéreo com o Capitão Kirk<sup>16</sup>:

Não se falando também naquilo que a gente já sabia em relação, por exemplo, ao avião. Os primeiros brevês datam do final do século XIX, né. O capitão Kirk, que havia tirado o brevê em Paris, pouco tempo depois de Santos Dumont... A história conta que foi o primeiro acidente aéreo que nós tivemos no Brasil. Um morador antigo daqui, uma pessoa que lê bastante, foi militar, ele disse pra mim que teria sido o primeiro acidente aéreo na América do Sul e, possivelmente, o primeiro no mundo. (Viviane, 75 anos, professora aposentada e diretora da Casa da Cultura)

Os bens produzidos na região estariam desaparecendo, segundo ela, em vista do descaso e desinteresse das pessoas por suas origens, que valorizam o que existe nos grandes centros e deixam de lado valores de relevância histórica locais, como a ferrovia. Ela amplia essa perspectiva ao relacionar esse descaso como consequência do distanciamento das pessoas do contato direto com a natureza. Segundo Ferrão (1999), o fato da expansão das infra-estruturas e dos equipamentos de apoio à qualidade de vida dos cidadãos ser muito mais rápida nas regiões urbanas reforça o papel das cidades como pólos de prestação de serviços pessoais e sociais. Nesse contexto, diversificam-se as relações de complementaridade rural-urbano, dando lugar a interdependências assimétricas que fragilizam, esvaziam, nas palavras de Viviane, os centros menores. Em consequência, a cidade integrada em áreas rurais perde importância relativa face à emergência de aglomerações urbano-industriais com maior capacidade de polarizar, do ponto de vista funcional, as áreas ao seu redor.

A assimetria referida por Ferrão (1999) não só empobrece a cultura local, mas leva também ao descuido com a natureza em geral pela falta de respeito com os bens naturais e culturais. Em seu modo de ver, Viviane entende que, em vez de desmanchar o que existe, no caso a ferrovia e os barracões que abrigavam as locomotivas e vagões, poderiam ser utilizadas no turismo sustentável. A ferrovia para passeios turísticos e os barracões para o uso de feirantes que teriam nas antigas construções um local fixo para comercializarem seus produtos, preservando e incrementando o cultivo desses bens entre as próprias pessoas da região. Ela sustenta que haveriam, mas não se praticam, modos de manutenção de autenticidade, que conservariam e protegeriam o patrimônio histórico e cultural como vias privilegiadas para valorizar memórias e identidades capazes de enfrentar as tendências uniformizadoras desencadeadas pelos processos de globalização, conforme propõem Ferrão (1999). Com essa afirmação ela se refere ao uso que os feirantes fazem do espaço da antiga Estação Ferroviária na divisa dos estados do Paraná e Santa Catarina. Ela lamenta profundamente o fato dos barracões da rede ferroviária estarem sendo desmanchados, sem nenhum respeito aos valores históricos e arquitetônicos que eles representam.

Ao relacionar os efeitos da industrialização com as perdas sofridas pelas cidades de pequeno porte em detrimento do campesinato e das possibilidades de articulação entre esses dois universos, Viviane toca em um ponto que traz à reflexão um questionamento sobre esse “fim” desse meio de vida. Hobsbawm (2008) refere-se a esse movimento não como fim do campesinato, mas como a morte do mesmo. No entanto, aí estão os feirantes que demonstram a permanência de uma prática campesina, ainda que em menores proporções que as de épocas anteriores à criação da agricultura industrializada e capitalista. Bernardo Fernandes (2004) analisa as mudanças ocorridas na vida de camponeses diante da crescente industrialização e apresenta três perspectivas. Uma delas seria o fim do campesinato ou extinção desse meio de vida. Outra posição é a do paradigma do fim do fim do campesinato, ou seja, mostra que sua existência declara sua resistência e continuidade, já direcionando para a terceira posição, que é sua metamorfose em agricultura familiar exemplificada na prática dos feirantes mencionadas por Viviane. O fato expõe a persistência de uma referência identitária que não se extinguiu, mas que permanece com roupagem atualizada e valorizada no mundo industrializado por sujeitos que, forçaram-se a aceitar as mudanças, mas que mantem em sua subjetividade o gosto e o respeito por essa forma ancestral de troca e sociabilidade alimentar, conceito este da Da Matta (1987, 1997, como citado em Menasche, 2003) referindo-se

<sup>16</sup> Capitão João Ricardo Kirk, que faleceu no primeiro acidente aéreo da aviação na América do Sul em Porto União – SC, em 1º de março de 1915. Redação do jornal O Iguassu em 17/09/2007 às 08h57min Fonte: <http://www.oiguassu.com.br/mostrar.php?tipo=noticia&id=2041>. Acesso em outubro de 2011.

ao valor social cultural dos alimentos.

Jonas fala das transformações trazidas pela industrialização a partir do que vivenciou em seu local de trabalho, o Banco do Brasil, empresa que tinha um grande número de funcionários e que foram sendo substituídos por caixas eletrônicos. Segundo Waltimir Hoff (2006), a informatização nessa empresa teve início na década de 1980, sendo que partir de 1997 expandiu-se amplamente, atingindo todas as agências, em conexão nacional até chegar a ser uma ferramenta de uso corriqueiro no cotidiano deste e de outros bancos. Jonas vê nessa expansão um benefício que tornou os serviços mais acessíveis à população:

Ficou mais fácil, quer dizer, mais acessível. Então, esse século XX, em poucos anos, sofreu transformações enormes, muito grandes. No caso do Banco do Brasil trabalhavam cento e quarenta funcionários. De repente introduziram o caixa eletrônico, o computador e baixou pra vinte e sete funcionários. E o movimento bancário é dez ou vinte mais vezes do que era quando tinha cento e quarenta funcionários... (Jonas, 75 anos, professor e bancário aposentado)

Para ele, o fenômeno afetou as relações de trabalho, hábitos de consumo e toda a sociedade:

Esse processo de industrialização modificou os hábitos do consumo. Nos transformamos numa sociedade de consumo... na época dos nossos pais, a grande preocupação era economizar, guardar dinheiro, fazer o pé de meia pra uma emergência, pra uma necessidade e hoje ninguém mais pensa nisso. Hoje o ideal da sociedade é o consumo, é desfrutar das benesses desse processo de desenvolvimento industrial, da sociedade moderna, da industrialização, da tecnologia. (Jonas, 75 anos, professor e bancário aposentado)

Ele percebe que a mentalidade agora é outra e que o que chama de *fluxo internacional* muda muito a estrutura de uma sociedade, padronizando costumes, conforme já visto em Rolnik (1997), Ferrão (1999), Berman (2007) e Hobsbawm (2008). Ele observa as mudanças que ocorrem em cidades, mesmo as de pequeno porte que recebem turistas. A indústria do turismo exige padrões que mudam o ambiente local para atender exigências que trazem melhorias para as cidades turísticas, como aumento do comércio e da rede hoteleira, com hotéis de luxo, realidade distante para o local não fosse o incremento do turismo, resultado da indústria automobilística e dos transportes. Como exemplo ele cita pequenas cidades de Santa Catarina, como Treze Tílias, Piratuba, Itá...

Essas cidades mudaram completamente o ambiente, porque recebem turistas, grandes massas de turistas que tão lá. Então lá desenvolveu-se uma rede hoteleira muito boa, lojas boas... e as pessoas de lá pensam diferente dos vizinhos que estão ali do lado. *Cê* pega Treze Tílias... dezessete km de Água Doce e são ambientes completamente diferentes, pois recebem pessoas de fora, tem contato assim com novas realidades, com inovações... Um comércio maravilhoso, nem dá pra acreditar que haja uma transformação tão rápida em tão pouco tempo, alterou completamente. (Jonas, 75 anos, professor e bancário aposentado)

O mesmo ele viu no Paraná:

Agora, esses dias eu fui ali em Verê, ali perto de Dois Vizinhos. Na última vez que eu estive lá, tinha um hotel velho de madeira, um italiano lá, troço até meio descuidado, né. Agora é uma beleza, cheio de piscinas aquecidas, hotel maravilhoso, cozinha internacional... Digo '*mas pô*', como muda, né. Isso é a indústria do turismo, né, que é uma indústria hoje sem chaminé... (Jonas, 75 anos, professor e bancário aposentado)

O sistema de transportes criado e agilizado com a industrialização gera mudanças sociais por meio do intercâmbio cultural:

Isso é resultado principalmente do sistema de transportes que se tornou bem ágil. Hoje você dorme em Curitiba e acorda na Europa. *Cê* entra num restaurante em Curitiba, quase tudo estrangeiro. Já notou isso? E tudo isso implica em mudança social, né. É uma consequência do processo de industrialização porque a indústria é que produziu... (Jonas, 75 anos, professor e bancário aposentado)



Além do comércio e melhorias locais, a indústria do turismo modifica também o ambiente cultural das cidades pelo contato com idéias, costumes, e mercadorias diferentes, fatores que contribuem para a sociedade ir se alterando, se modificando. Ele cita o comércio das margens da BR 101, próxima ao litoral de Santa Catarina, nas quais surgem lojas todos os dias e cria um novo tipo de comércio, na esteira da indústria do turismo:

... acho que vendem mais do que dentro da cidade. Antes, nós nunca tivemos esse comércio de beira de estrada. Hoje é uma força econômica... E o que tem de artesanato? Tudo que o pessoal faz, vende. São iniciativas econômicas que surgem, né. (Jonas, 75 anos, professor e bancário aposentado)

No entanto, percebe outro aspecto e preocupa-se com a possibilidade de desindustrialização do Brasil:

E aqui está um grande perigo que o Brasil vai ter que enfrentar, um grande risco, pois tá voltando a ser uma nação essencialmente agrícola, se transformando novamente numa colônia agrícola. A indústria brasileira, ela participava com trinta e sete por cento do PIB há dez anos atrás, hoje ela é treze por cento. (Jonas, 75 anos, professor e bancário aposentado)

Antônio sempre atuou na saúde pública e vê na industrialização um avanço que não privilegia a todos. Ele acompanhou o crescimento tecnológico na área e verificou que avanços ocorreram e que o sistema de saúde no Brasil é bom, mas as pessoas não tem o devido acesso aos bens gerados pelo progresso. Conforme aponta Morin (2010), o desenvolvimento cria e alimenta o subdesenvolvimento, como se vê claramente nas sociedades modernas, quando os avanços tecnológicos e a exploração de pessoas pelo capital, deixa à margem aqueles que não podem participar desses benefícios pelas diferenças sociais e econômicas que esse sistema impõem. O sentido de perda deflagrado por esse aspecto foi recorrente no discurso dos entrevistados, evidenciando que “não existe progresso definitivamente conquistado, nem progresso exclusivamente progresso, nem progresso sem sombras” (Morin, 2010, p. 29). Na mesma pauta, Antônio se encaminha para a avaliação do desenvolvimento humano:

Eu acho que a industrialização significou desenvolvimento e oportunidades maiores para ambos os sexos. Só que ainda a parte social do nosso país, deixa a desejar. A tecnologia teve um avanço muito grande, mas [as pessoas] não acompanharam e muitos não têm nem sequer acesso. (Antônio, 73 anos, odontólogo e funcionário público aposentado)

Esse estado de coisas se deve, por um lado aos políticos que não cumprem com sua parte e por outro, pelas pessoas que não buscam seus direitos. Da Matta (2001) questiona a lógica utilizada no Brasil que desvincula a ação dos políticos e gestores da ação da sociedade. Segundo ele, os primeiros não dão conta, por si só de algo que engloba todo o sistema e que resultaria em mudanças, ou seja, os programas são criados e oferecidos, mas a sociedade brasileira, historicamente atribui a solução total ao governo e os sujeitos sociais não se vêem envolvidos nessa responsabilidade. No entanto, Antônio entende que o peso maior dessa responsabilidade é do Estado. Juntamente com a área social relacionada à saúde, ele vincula a vontade política que deveria proporcionar condições de acesso à saúde pela população. Em vista disso, acredita que o acesso à saúde poderia ser mediado por melhorias no sistema educacional brasileiro e com a criação de políticas públicas adequadas: “... a tecnologia atingiu um grupo de pessoas, o grupo mais privilegiado. O SUS, como Sistema Único, ele é perfeito. Eu acho um sistema perfeito.” A concepção deste sistema<sup>17</sup> lhe parece bom, mas não está acessível a todos. Acúrcio (2009) em trabalho sobre a evolução das políticas públicas de saúde no Brasil discute os aspectos históricos que configuraram a existência no Brasil de um sistema de saúde reconhecidamente ineficaz e ineficiente no enfrentamento dos problemas de saúde da população, situação que levou à necessidade de mudanças nesse sistema e desencadeou o processo de implementação da reforma sanitária no Brasil, que tem como perspectiva fundamental a construção do Sistema Único de Saúde. Este foi criado pela Constituição de 1988, e regulamentado dois anos depois pelas Leis 8080/90 e 8142/90, oferecendo melhores condições de atendimento à população em geral. Mesmo com essa reconhecida melhoria, Antônio preocupa-se com a falta de investimento do poder público no que considera fundamental pela dimensão preventiva que envolve, ou seja, o saneamento básico. Ele acredita que a ação dos gestores poderia modificar esse quadro e evitaria uma série de agravos. No entanto isso não é feito por falta de interesse em providenciar as condições básicas, *invisíveis* como as que resolveriam o saneamento

<sup>17</sup><http://www.farmacia.ufmg.br/cespmed/text1.htm#SUS>. Acesso em fevereiro de 2012.

básico:

O que acontece é que investe-se muito mais na tecnologia das cirurgias eletivas, de alto padrão, mas esquecemos o principal, que é o saneamento básico, que deixa muito a desejar. Então, se nós tivéssemos um atendimento adequado na primeira linha, evitaríamos ter a segunda e a terceira. A prevenção está na primeira linha, no município pequenininho, no bairro pequeno. Nós temos falta de saneamento básico, isso é público, notório. Os políticos... falta uma vontade política, ninguém quer enterrar tubo, porque é uma obra que não aparece, mas que representa um atendimento na primeira linha na área de saúde. (Antônio, 73 anos, odontólogo e funcionário público aposentado)

Antônio diz não se conformar com isso porque acredita em mudanças que viriam por meio da educação, à qual as pessoas ainda não têm acesso. Em sua vida de trabalho na saúde pública ele atuou na busca dessa modificação e não aceita que pessoas ainda morram de doenças para as quais já existem vacinas. Em seu entender isso ocorre por falta de educação e orientação às populações:

Em minha vida de trabalho, vim lutando ferrenhamente pra que houvesse uma modificação. Eu ainda não me conformo que a gente perca pessoas, seres humanos em doenças preveníveis por vacina. Uma das respostas é que há dificuldade de acesso dessa população, falta de educação e orientação. (Antônio, 73 anos, odontólogo e funcionário público aposentado)

O aspecto econômico também foi lembrado por Antônio nessa reflexão, abordando o descompasso sócio-econômico entre avanços da tecnologia e desenvolvimento social, revelado em fracasso nas criações de subsídios paliativos para as populações situadas abaixo da linha de pobreza:

Apareceu toda essa tecnologia, mas nós temos acesso financeiro pra compra desse tipo de material? Não temos! Daí vem programas... por exemplo, de bolsa disso, bolsa daquilo, bolsa leite, gás, não sei o que... Ameniza o sofrimento? Sim, no imediato. Mas isso aí é pra ficar em caráter permanente. Eu acho que isso é o fracasso. Além das falcatruas dos próprios políticos, de quem coordena esse tipo de programa. (Antônio, 73 anos, odontólogo e funcionário público aposentado)

Em sua avaliação esses programas dão margem à corrupção por parte dos gestores desses meios, bem como dos cidadãos que podem se acomodar por ver suas necessidades básicas sendo supridas por programas para os quais não estão preparadas para entender. O comportamento anti-ético é visibilizado aqui por Antônio e pode ser discutido novamente sob a proposta de Da Matta (2001)<sup>18</sup> quando este afirma que “quando se fala de ética como instrumento de gestão não podemos deixar de convidar a sociedade como um todo para o programa de reformas” (p.4). Antônio diz:

Vamos analisar por outro lado. Eu sei de um caso aqui de um guardião de um prédio que ganhava setecentos reais pra ficar no saguão, receber as pessoas e entrar em contato com os proprietários e tudo o mais. O irmão dele que morava lá no norte ou no nordeste, não fazia nada e ganhava mil e quatrocentos! Daí ele disse: “sabe de uma coisa? Tô perdendo o meu tempo, trabalhando aqui como louco, eu vou pra lá e vou receber tudo isso que tenho... que tenho direito.” (Antônio, 73 anos, odontólogo e funcionário público aposentado)

No relato de cada participante, os sentidos atribuídos às mudanças trazidas pela industrialização visibiliza o caráter contraditório com que essa realidade foi percebida e subjetivada, convertida em práticas às quais se revelam em suas falas. Em formas de expressão diferenciadas as entrevistadas e entrevistados trazem em suas falas um significado partilhado que revela o impacto das transformações advindas da industrialização. A começar pelos alimentos, antes produzidos por mãos conhecidas e em espaços visíveis e próximos, como nas falas de Agnes e Viviane, como “não sabemos o que estamos comendo” revelam-se as consequências da divisão do trabalho e dos meios materiais de produção. O trabalho como aspecto pregnante na constituição do sujeito,

<sup>18</sup>Da Matta questiona a implantação da Comissão de Ética a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, a fim de alinhar-se com a agenda mundial como mais um instrumento criado por escalões hierárquicos mais elevados, mas que permanece no plano burocrático, sem nem os gestores, nem os funcionários intermediários, ou seja, os que atendem ao público e a própria sociedade sejam realmente transformados por ele.

conforme Vigotski (2001) e os meios de produção apontados por Marx e Engels (2007) indicam que os indivíduos são dependentes da forma como produzem seus bens. Além da relação com os alimentos que se modificou, da mesma forma, o próprio trabalho que era realizado manualmente e em ambiente conhecido, conforme mostra Bloemer (2009) e passa a ter sua importância diminuída pela substituição por produtos produzidos em massa e importados de alhures, fator de melhoria, mas também de estranhamento. Com esse intercâmbio comercial e cultural que se intensifica e modifica relações, esfacelam-se as características regionais, cujas repercussões e contribuições, entretanto, são recebidas com alguma desconfiança, mas também são aceitos e incorporados às práticas cotidianas, em processo contínuo de produção de sentidos e novos modos de vida. A conversão dessas práticas, muito provavelmente não se dá por mera flexibilidade, mas pela força dos acontecimentos que impoem o confronto com o novo e estranho, forçando as subjetividades a reconfigurar as vivências sociais em pessoais.

Morin (2010) ao abordar as mudanças sociais e culturais entende-as como geradoras de uma sucessão de progressões que trazem em seu bojo retroações e regressões. Assim, a cada inovação, modifica-se o processo evolutivo, ocorre uma revolução que transgride a ordem vigente, podendo modificá-la ou tomar seu lugar. A cada nova realidade vivida, insurge-se a contradição: de um lado a apreciação e reconhecimento dos benefícios por ela trazidos, de outro suas consequências que desconstroem e significam perda e pesar àquilo que antes se praticava. Paulo Ceccarelli (2007) define como estado de luto o sentimento que se tem pelas perdas que se configuram pelos avanços evolutivos. Segundo ele, a humanidade sempre está em luto por um movimento histórico que rompe práticas conhecidas, consagradas e tidas como fatores de segurança, sem os quais não se sabe como seguir adiante. Segundo Vigotskii (1998) a conversão dessas práticas sociais em sentidos pessoais as torna familiares e passíveis de continuidade, agora em dimensão intrapsíquica, de maneira subjetivada, tornando-se sentido pessoal e prática social.

O confronto entre práticas conhecidas e as inovações tecnológicas foram relatadas por Sofia e Viviane. Sofia percebe a configuração de duas classes sociais resultantes da divisão do trabalho, a dos patrões e dos empregados que se acentuou com a industrialização e o empobrecimento do raciocínio matemático gerado pela introdução de máquinas calculadoras na vida escolar e se surpreende com a velocidade de cálculos propiciada pela informatização. Agnes vê as inovações como necessárias e benéficas em contraponto à vida rural, de atraso e precariedade, que inevitavelmente deve ser substituída por melhores e mais modernas condições. Para Viviane, a industrialização significou perdas para as cidades pequenas, que perdem seus jovens para centros maiores, mais valorizados e percebidos como propiciadores de melhores oportunidades de ascensão social e econômica para eles e suas famílias. Esse fator leva à extinção de ocupações de natureza manual realizados em pequena escala, como marcenaria, por falta de matéria prima, antes rica na cidade, bem como ao desvinculamento com as origens. Com isso empobrecem-se as cidades que perdem a identidade local pelo valor que se dá ao que vem de fora. Desvalorização por ela apontada que vai desde o vínculo com a terra e chega ao descaso com o patrimônio histórico e arquitetônico dessas cidades. Antônio vê no avanço tecnológico um fator revelador das diferenças sócio-econômicas da população brasileira, bem como do descaso do poder público em relação às mesmas, por um lado e o não envolvimento da sociedade em busca de seus direitos pelo nível de educação deficitária que possuem. Jonas, ao contrário de Viviane, visibiliza a industrialização como o meio que trouxe incentivos reais e de melhoria para os setores de transportes e turismo, que propiciaram o crescimento de cidades de pequeno porte que nunca avançariam em proporções significativas não fosse o intercâmbio comercial e cultural com centros maiores por eles propiciado. Por outro lado, preocupa-se com o desaceleramento da produção industrial no Brasil, vendo nisso a possibilidade de retrocesso, tornando novamente o país celeiro do mundo, caso não se invista mais em tecnologia e industrialização.

#### 4.3. O avanço da escolarização superior

Quem fomentou a escolarização em nível superior na primeira fase foi a lavoura, os colonos. Agora, a maior parte são os empregados, os assalariados. Eles trabalham na fábrica, levantam no escuro, é... passam fome... *mas o meu filho está na faculdade.*  
Sofia (entrevistada nesta pesquisa)

Entre as mudanças sociais apontadas por Hobsbawm (2008), a escolarização superior figura entre os avanços sentidos pelos participantes da pesquisa como os que mais benefícios trouxeram, com menor incidência de contrapontos negativos. Esse é um aspecto de valor incontestável em seu modo de perceber e significar. O ponto negativo ficaria não pela escolarização em si, mas pela exploração do capital em relação ao trabalho, na qual profissionais mais qualificados poderiam ser prejudicados pela melhor remuneração que lhes caberia e que, por esse motivo, poderiam ser demitidos por instituições escolares e de saúde, como se verá no relato de Agnes. Na mesma linha, outro aspecto negativo seria a multiplicação indiscriminada de cursos superiores que, por um lado descuida da qualidade dos cursos oferecidos e por outro leva ao saturamento do mercado de trabalho. Como Hobsbawm (2008) anunciou e Geraldo Romanelli (1995) constatou em pesquisa com estudantes e suas famílias

nos anos 1960, a valorização desse bem, o desejo e o dever dos pais em propiciar escolarização aos filhos viria, em muitos casos, de sacrifícios, mas também do projeto ascensional e orgulho familiar, aspecto este presente nas falas dos entrevistados.

Para Agnes e Sofia, a escolarização superior foi importante para os filhos dos agricultores por representar possibilidade de saída do meio rural, inculto, assim como para que pudessem levar conhecimento técnico e científico para o campo. Conhecimento e libertação são os sentidos que atribuem à escolarização superior. Com isso, comunidades rurais e lavouras passaram a usufruir dos benefícios da ciência para mecanizar trabalhos antes realizados manualmente. Para as famílias rurais e mesmo para as urbanas, a possibilidade de ter em seu meio um filho com curso superior representou motivo de orgulho e até de sacrifícios para aquelas de nível sócio econômico mais baixo que investiram na formação escolar dos filhos, agora acessível em nível superior para pessoas com menor poder aquisitivo.

Conforme Romanelli (1995), o desejo de escolarização é partilhado entre pais e filhos das famílias das camadas médias, em vista da modernização societária e consequentes mudanças culturais que representa. A formação superior viabilizaria o projeto ascensional e propiciaria mobilidade social, afetando a condição sócio-econômica da família, mediando a condição de acesso ao mercado de trabalho e ao futuro profissional dos filhos escolarizados. Os sentidos atribuídos à escolarização relacionam-se aos “modelos de conduta e ordenações simbólicas para a prática social” (Romanelli, 1995, p. 450) a serem reproduzidos no meio social e cultural em que vivem. O projeto familiar é realizado por meio da escolarização dos filhos e em vista disso revela-se a importância que as famílias lhe atribuem.

O desejo de ascensão possibilitada pela escolarização, no entanto, não residia somente nas aspirações das famílias. Este estava cada vez mais presente no seio de uma sociedade que, além da força do processo de modernização, respondia também à expansão das relações capitalistas, submetendo as relações sociais à “racionalidade necessária à reprodução do capital” (Romanelli, 1995, p. 447) que se instaurou no país a partir da década de 1950. Esse fator, associado ao militarismo que passou a governar o país a partir da década seguinte, redundou no fato de que o avanço econômico não beneficia a todos, pois passa a concentrar o capital em determinadas camadas sociais em detrimento de outras.

Com isso, por um lado, diversifica-se a produção de bens, entre eles os cursos superiores, que, no entanto, não beneficia igualmente a todos. As oportunidades de melhoria para o campo e crescimento pessoal e para a vida cultural da sociedade não representam o geral das conquistas da escolarização superior, pois a mesma valorização não se percebe por parte de instituições empregadores desses profissionais. Segundo Agnes, instituições de ensino superior registram em seu quadro funcional professores qualificados com alta titulação para fins de registro no Ministério da Educação e Cultura, mas, assim que o curso recebe a certificação, despedem o docente que, mais qualificado, deveria ali receber maiores salários. O mesmo ela percebeu em instituições hospitalares que contratavam enfermeiros para seu quadro, mas despediam pelo custo que representavam em sua folha de pagamento:

... tem professor com doutorado que esconde [o título] porque ele tem que ganhar mais e a empresa daí não quer contratar... Os hospitais faziam isso pra ser credenciados pelo INPS... contratavam enfermeiro de alto padrão e tudo. Depois de credenciados, tudo pronto, eles despediam... que fica muito caro. (Agnes, 80 anos, funcionária pública aposentada)

Agnes critica o uso perverso praticado por instituições privadas de saúde e educacionais que, a serviço do capital veem na educação superior mais um nicho de investimentos e apropriam-se da capacitação de profissionais como bem econômico em busca de reconhecimento para fins de lucro e não por valorização do capital cultural<sup>19</sup>, conforme Pierre Bourdieu (1979). Com isso desrespeitam o investimento de profissionais qualificados para o mercado de trabalho que não são contratados por possuírem, legalmente, direitos à remuneração maiores do que essas empresas se dispõem a lhes pagar.

Motivo de orgulho para as famílias, diz Agnes, os pais sacrificavam-se a fim de propiciar aos filhos condições de escolarização que não tiveram. Era comum que alguns irmãos permanecessem na lavoura para que outros pudessem ir em busca de algo que daria melhores condições de vida para todos: *No começo, as famílias ficavam tão orgulhosas de ter um filho doutor... nem podiam [financeiramente] e punham o filho pra estudar. Às vezes até sacrificavam um dos filhos, para que o outro tivesse capacitação.* Ela refere-se ao que Romanelli (1995) problematiza como ética do sacrifício, aspecto que revela o empenho paterno e familiar, por vezes, a fim de que um de seus filhos ou mais de um possam graduar-se com vistas a melhores possibilidades de colocação profissional e financeira. Essa condição revela também a presença do capital cultural (Bourdieu, 1979) construído social e culturalmente, incorporado nas famílias que reproduzem sua valorização na educação dos filhos.

Em seu modo de ver, a ida para a universidade tornou-se um valor, mas requer continuidade, pois com a

<sup>19</sup> Conceito relacionando aos benefícios específicos que pessoas de diferentes classes e frações de classe podem obter no mercado escolar. (Bourdieu, 1979).

velocidade com que a informação e o conhecimento vêm se expandindo, não se pode prescindir de conhecimento formal para o trabalho no campo. Além disso, a dedicação pessoal acrescenta valor à capacitação profissional que não deve parar:

Agora tem que estudar sempre. Ninguém mais pode parar de estudar. Agora é um valor... o curso superior, meu Deus do céu, acho uma coisa maravilhosa. Embora às vezes seja um cursinho meio fraco, meio ruim, é um curso superior! A pessoa vai ser um bom profissional se tiver vocação pra aquilo e se dedicar. Ela vai se especializar trabalhando e estudando mais, se capacitando cada vez mais. (Agnes, 80 anos, funcionária pública aposentada)

Em termos pessoais, Agnes, Sofia e Viviane viram na escolarização superior oportunidades de capacitação e melhorias em suas vidas, chance que seus pais não tiveram. Agnes menciona a oportunidade do Estado para a abertura de escolas de ensino superior em cidades do interior, bem como para populações de baixa renda: *Particularmente, me permitiu estudar, todas essas mudanças me permitiram estudar, inclusive o Estado começou a ter escolas no interior, faculdades. O pobre pode estudar, pois o Estado colocou curso superior no interior.*

Para Sofia, a presença das famílias na retaguarda dos estudantes fomentou a escolarização, sendo que, inicialmente, foram os trabalhadores rurais e, mais tarde, os operários de fábricas a sustentar a escolarização superior dos filhos:

Quem fomentou a escolarização em nível superior na primeira fase foi a lavoura, os colonos. Agora, a maior parte são os empregados, os assalariados. Eles trabalham na fábrica, levantam no escuro, é... passam fome... “mas o meu filho está na faculdade.” (Sofia, 85 anos, advogada e professora aposentada)

Como Agnes, Sofia refere-se à ética do sacrifício, conceito mencionado por Romanelli (1995) de forma associada ao capital cultural (Bourdieu, 1979) que passou a se intensificar e fazer parte dos valores familiares nesse período histórico. Segundo ela, essa prática trouxe melhorias para o nível cultural da sociedade, mas teria matado o amor ao trabalho braçal, afirmando que o graduado não realiza mais trabalho servil, de manutenção, nem mesmo em sua própria casa.

Sofia descreve o acesso à escolarização superior relatando sua experiência e vivência na vida acadêmica. Por ter sua vida pautada na intelectualidade, ganhou uma bolsa de estudos, beneficiando-se amplamente das condições agora estendidas às mulheres e à valorização da educação superior. Para ela essa conquista pessoal, mas também histórica para muitas mulheres, teria que ser revertida em trabalho direcionado ao outro, bem como a uma filosofia de vida humanitária, sendo que seu senso de dever chegava ao sacrifício pessoal:

Depois quando eu fui nomeada na escola normal e no científico, a minha filosofia constante de ensino era a obrigação de cumprir e o ideal que aquilo que eu ensinava é o que estava certo, que aquilo fazia falta, era bom para o aluno. Eu era tão *caxias* que eu fui uma vez em Curitiba fiz uma extração dentária com dez pontos [sutura]. E ainda voltei no ônibus das cinco, às nove e meia estava dando aula na faculdade. E não podia falar, eu escrevi tudo no quadro. A dor é secundária, isso é coisa que a gente [valoriza]... é o dever. (Sofia, 85 anos, advogada e professora aposentada)

Como educadora, seu senso de dever e visão ampla a levaram a perceber que sua dedicação poderia ser direcionada de outra forma. Com isso tornou-se mais flexível, dizendo não estar mais certa de que o que ensinava seria a “solução do mundo”. Com um olho em sua forma de trabalhar e outro nos alunos, passou a valorizar o sacrifício dos que trabalhavam durante o dia e mudou seu critério de avaliação. No entanto, em meio a isso, esteve presente sua autoavaliação como educadora, ou seja, com respeito e afetividade, entendia que não poderia lhes dar nota de graça, mas valorizar o quanto de avanço cada um era capaz de atingir:

Por último eu já não estava tão certa do que o que eu ensinava seria a solução do mundo, mas entendi que deveria ser mais elástica e aí comecei a dar uma de assistente social... me dedicava ao aluno fraco. Eu não aceitava mais reprovação, eu pensava “Eu sou paga, eu tenho que ajudar”. (Sofia, 85 anos, advogada e professora aposentada)

Como profissional engajou-se também na luta pelo reconhecimento da instituição em que trabalhava. Ela visibiliza a diferença entre dimensões que permeiam os processos de crescimento, relatando desde movimentos

idealistas até os entraves mais elementares e inusitados que podem dificultar esse processo. Ela e seus colegas estavam buscando o reconhecimento da instituição de ensino em que trabalhavam e enviaram documentação ao Ministério da Educação e Cultura, em Brasília. Com a demora do desfecho foram até lá para verificar o motivo da falta de resposta:

Sabe, a faculdade nunca era reconhecida. Daí uma comissão de professores, eu não fui, foi até... Acho que foi Brasília e daí [viram que] o processo do reconhecimento da faculdade de União da Vitória estava embaixo de uma escrivãzinha da qual tinha quebrado a perna e [uma pilha de processos] servia de escora... e lá estava nosso processo... Foi a luta dos nossos professores indo até lá que conseguiu arrancar isto. (Sofia, 85 anos, advogada e professora aposentada)

A luta de Sofia e seus colegas para o reconhecimento dos cursos de História e Pedagogia que daria condições de funcionamento à instituição, segundo José Fagundes (2005), era devido a entraves políticos e burocráticos na Secretaria da Educação do Estado do Paraná. O motivo era que funcionários da Secretaria viam com descrédito a viabilidade de funcionamento de uma instituição de ensino superior no interior do Estado e não o incluíam na agenda de discussões. Depois de sucessivos insucessos e pela falta de respostas aos encaminhamentos feitos, uma equipe de professores, entre os quais Sofia, resolveu visitar outras faculdades do interior a fim de verificarem se recebiam o mesmo tratamento e, vendo-se todas na mesma situação, ou seja, ao verem que os processos enviados permaneciam engavetados, houveram por bem agir em conjunto. Só então foi dado andamento ao processo que seguiu para a instância seguinte, o Ministério da Educação, situado, na época, no Rio de Janeiro.

Hoje, conta Sofia, *“essa faculdade aqui de União da Vitória já preparou muitos bons professores”*, comparando os níveis de ensino atuais com os de quando eram mais restritas as possibilidades de acesso à escolarização superior. Para ela, a ampliação do acesso teria afetado a qualidade da capacitação e envolvimento dos profissionais da educação. A comparação se refere ao que experienciou em sua outra profissão, a advocacia, quanto ao exame que os graduados em Direito devem prestar para a Ordem dos Advogados do Brasil. Segundo ela, o fato de fazer o curso deveria ser suficiente, em termos de capacitação para o exercício da profissão, mas reconhece a necessidade de preparo à parte em vista das precárias condições de exercício profissional dos recém formados em alguns cursos: *...engraçado, eu e minha filha fomos aprovadas, nos formamos e na outra semana fizemos o exame e passamos. É o, o carisma da faculdade, a Universidade Federal do Paraná, uma das mais antigas...*

Viviane vincula a expansão da escolarização superior com os avanços da medicina e da tecnologia. Na área da saúde ela percebe melhorias e relembra situações vividas em sua infância, relacionadas com o que viu acontecer em sua casa, quando seu pai esteve doente. Na época sua mãe o tratou com recursos medicinais caseiros, fato que parece ter contribuído para que ela se ligasse na importância das pesquisas que resultaram na descoberta da penicilina e outros medicamentos que mudaram a história de vida de muitas pessoas e teriam ajudado na melhora de saúde de seu pai. Outro aspecto que lhe chamou atenção foram as conquistas tecnológicas na área da Astronomia e na indústria bélica:

Em relação às profissões, às especializações que saíram dentro da ciência. Então eu acredito que houve uma mudança muito grande, por causa de tudo isso, dentro da ciência, dentro da astronomia. Agora por último, essa parte da tecnologia, as próprias guerras, você veja que a Segunda Guerra Mundial, o que tinha de armamento? Hoje, se sair uma guerra mundial, o que é que vai acontecer? Então essas mudanças todas, nós assistimos. Nós assistimos, por exemplo, invenção da penicilina... (Viviane, 75 anos, professora aposentada e diretora da Casa da Cultura)

De lá para cá, Viviane percebe que houve aumento da valorização do ensino superior e com isso a saída dos jovens de seu local de origem, afirmando que os pais, em vista disso, educam seus filhos para saírem de casa em busca de escolarização, base para capacitação profissional: *E hoje a gente educa, cria os filhos pra estudar fora. E o pior de tudo é que no Brasil ainda a nossa cultura é essa: tem que ser doutor!*

A escolarização superior beneficiou, sobretudo, as mulheres que viram nisso a possibilidade de gradual emancipação e participação na sociedade. Ainda que as tarefas domésticas continuassem sob sua responsabilidade, a escolarização trouxe conhecimentos que ajudaram na melhoria da educação dos filhos:

A minha mãe, por exemplo, era uma dona de casa e não me ajudava a fazer uma lição, porque não tinha condições de fazer tanto. Mas a gente já teve uma outra formação, entendia muito mais as coisas... era capaz de captar principalmente por causa da Psicologia, que a gente aprendeu muito a conviver mais assim fora de casa, atender melhor as pessoas, uma série de coisas que aconteceram, por quê? Porque *você* estudou um pouquinho mais. (Viviane, 75 anos, professora aposentada e diretora da Casa da

## Cultura)

Segundo ela, mais acesso ao conhecimento formal, sobretudo no caso das mulheres, possibilita melhorias não só no aspecto profissional, mas também nos cuidados familiares e como sujeitos sociais. Além dessas, o acesso ao conhecimento tem papel fundamental na melhoria da vida cultural de uma sociedade:

...não só a importância de um curso superior pra trabalhar fora de casa, mas também pra que ela realmente entenda que aquele curso superior que ela está usando lá pra fazer um trabalho a mais, ajudar um pouco mais na família, mas que ela também use isso pra dentro da sua casa. (Viviane, 75 anos, professora aposentada e diretora da Casa da Cultura)

Como Sofia, Viviane diz que a escolarização é deficiente e não garante a disseminação de conhecimentos gerais e de história, foco de seu interesse e de sua atividade profissional. Para ela, os currículos de alguns cursos estariam falhos, uma vez que produzem profissionais limitados em informações e conhecimentos que lhe parecem básicos em determinadas áreas. Ela cita o curso de jornalismo e afirma que um jornalista tem que conhecer mais sobre a história dos fatos que veicula, bem como a autoria de quem escreve sobre os temas que abordam. Ela se refere à área musical e da literatura que lidam com produtos de acesso ilimitado às pessoas em geral e, portanto, parecem de domínio público. Para o senso comum isso seria cabível, mas para um graduado, pondera Viviane, não pode ser assim. Sua função é a de saber e informar a todos: *Eu não sei qual é o currículo, mas eu acho que um jornalista tem que saber coisas... meu Deus, eu acho que essa parte [das autorias] musical e na literatura, esse pessoal tem que sair da faculdade... informado!*

Para ilustrar, mesclando arte como profissão, ela menciona as condições sociais e históricas nas quais havia preconceito quanto às escolhas relacionadas à vida artística como trabalho:

Existia um compositor chamado Braguinha. Ele foi fazer arquitetura e admirava muito o João de barro [pássaro construtor] e adotou seu nome como pseudônimo nas músicas. Ele se assina João de Barro, para não expor o nome da família, pois seu pai não o queria artista... (Viviane, 75 anos, professora aposentada e diretora da Casa da Cultura)

Para ela curiosidades como essa representam conhecimentos que, em cursos como Jornalismo, Artes Visuais e Letras, os graduados deveriam ter acesso, contribuindo com mais do que reza o currículo de cada curso. Seria o envolvimento pessoal dos profissionais que enriqueceria a vida cultural de um povo. Em vez disso, ela vê a pauperização do que deveria ser ponto de partida para o crescimento e enriquecimento cultural de uma sociedade. Ela mostra-se indignada com a banalização gerada pela facilidade de acesso ao conhecimento, referindo-se ao comportamento de professores em greve que chegam a queimar seu diploma, atitude que denigre e desestimula a busca por essa profissão:

Essa história de queimar diploma pra mim é ignorância, desrespeito com os pais que pagaram. Ah, não! Isso é uma judiação... E a justificativa que eles dão é muito pobre. Que hoje eu estava ouvindo [na mídia] eles dizerem que estão ganhando a mesma coisa que uma normalista. Quer dizer, desfazendo a normalista, aquela pessoa que está ensinando as primeiras letras pras crianças, que é dali que ela saiu. Como é que pode dizer uma coisa dessa? Nem todos têm a sorte de fazer um curso superior! A maioria não tem... é uma peneira. A maioria que está hoje na cidade tem curso superior, mas no interior você não encontra. (Viviane, 75 anos, professora aposentada e diretora da Casa da Cultura)

Viviane indigna-se com o empobrecimento do capital cultural (Bourdieu, 1979), revelando a escolarização como valor extrínseco para profissionais que não teriam em sua origem familiar o fator cultural, em termos de conhecimento formal já constituído, mas como meio instrumental para obtenção de conquistas em postos de trabalho. Conforme Romanelli (1995), a escolha da carreira configura-se em nível individual, mas está subordinada, em muitos casos, às condições financeiras da família e quanto à posse de um determinado capital cultural. Fatores de ordem cultural e localização da família na estrutura da sociedade em que vive mediarão o sentido atribuído ao valor da escolarização. Com isso, a insatisfação dos professores grevistas mencionada por Viviane estaria secundarizando aspectos de valorização do conhecimento científico e realização pessoal, em vista da baixa remuneração do trabalho que realizam.

Jonas analisa a intensificação de oferta de cursos superiores sob ângulos diversos. A princípio ele enfatiza o

valor desse movimento pelas possibilidades de acesso ao conhecimento e pela iniciativa do Estado em propiciar cursos superiores para as cidades do interior. Quando era restrita esta oferta, a saída dos estudantes para centros maiores retiraria as lideranças locais, empobrecendo a vida política e cultural destas. Com a descentralização das escolas superiores, inicialmente privadas e agora também as públicas, esse quadro se reverte, dando possibilidades de acesso também aos moradores de cidades do interior dos Estados. Outro aspecto que ele contempla é o econômico, afirmando que o interesse inicial de enriquecimento cultural teria passado a ser explorado pelo valor econômico em si, tornando a escolarização superior mais uma possibilidade de negócio para a iniciativa privada. Com a procura e valorização dos cursos superiores o assunto passou a chamar atenção de investidores:

A iniciativa privada não se preocupava em absoluto com o ensino superior, em manter uma escola superior. Então as escolas superiores que foram criadas, normalmente eram do governo, Estado ou União. E a partir, acho que, de 1980, o ensino superior transformou-se numa verdadeira indústria, uma fonte extraordinária de renda. Fortunas enormes estão se formando com o ensino superior. (Jonas, 75 anos, professor e bancário aposentado)

Ele se refere a instituições privadas no Paraná e São Paulo que tiveram seu início como cursos preparatórios para vestibulares e transformaram-se em cursos superiores, mencionando que, ao passar a ser um bom negócio para a iniciativa privada, a criação de cursos elevou a porcentagem de escolarizados: *Isso contribuiu para elevar o número de brasileiros com curso superior. Quando eu fiz a faculdade ouvia que apenas 1% dos brasileiros tinha acesso à Universidade. Hoje parece que é 18%...*

Jonas participou, na década de 1960, do movimento que trouxe a primeira faculdade para a cidade onde mora:

Isso lá nos idos de 1960, inclusive a *gente* participou, seu pai participou também, na campanha pela criação de uma faculdade. Quando se criou uma faculdade aqui em União da Vitória, ela era, era uma pioneira no interior do Estado, não havia curso superior no interior, né, e não se falava em escola superior e particular. (Jonas, 75 anos, professor e bancário aposentado)

Como Agnes, Sofia e Viviane, Jonas percebe que essa realidade teria beneficiado sobretudo as mulheres, que não mais precisam sair de suas cidades para fins de escolarização superior. Essa percepção refere a uma situação verificada também em outros contextos no País, como informa Romanelli (1995), em estudo que aponta que o encaminhamento das filhas para a educação superior na região de São Paulo, em meados do século XX, esteve restrito em vista da oferta insuficiente ou inexistente de escolas de ensino superior em suas cidades de origem, mais uma vez demonstrando que o capital cultural e econômico das famílias é fator mediador de incentivo para esse encaminhamento. Sobre as possibilidades de escolarização superior para as mulheres em sua cidade, Jonas disse:

Elas iam estudar na capital, na grande cidade e não voltavam mais... foram ser profissionais, às vezes, notáveis na capital e o interior não tinha profissional... Normalmente as mulheres que entraram no mercado de trabalho eram mulheres esclarecidas, com níveis de instrução elevada. (Jonas, 75 anos, professor e bancário aposentado)

Jonas refere-se à criação da primeira instituição de ensino superior<sup>20</sup> da cidade, uma das mais prósperas do interior do Estado do Paraná, na época, com influência econômica e cultural que abrangia muitas localidades da região sul do Paraná e norte de Santa Catarina. Segundo Fagundes (2005) essa iniciativa partiu de encontros entre amigos e homens públicos que se reuniam em uma alfaiataria no centro da cidade para falar de política e assuntos locais e seria a segunda do Estado, sendo a primeira a Universidade Federal do Paraná, caso os trâmites para sua instalação fossem mais bem articulados. Evidentemente não seria apenas o surgimento de uma idéia entre amigos que levaria à criação da instituição, conforme ressalta o autor, mas sim às condições históricas e conjunturais, como a construção da ferrovia que ligava o Rio Grande do Sul a São Paulo, com importante estação na cidade, a intensificação do comércio e da extração de madeira e erva mate.

Esses fatores, bem como a “simpatia especial do governador do Estado pela cidade e pela região, onde possuía expressivo eleitorado” (Fagundes, 2005, p. 8) levaram à criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e

<sup>20</sup>Segundo Fagundes (2005), Jonas foi um dos primeiros alunos do curso de História, na referida instituição, tendo sido o orador da turma na cerimônia de formatura, no ano de 1963. Entre os anos de 1995 e 2000, ocupou o cargo de vice-diretor no mesmo curso.



Letras de União da Vitória pela Lei nº 3001, de 22 de dezembro de 1956, que, no entanto teve sua primeira aula inaugural somente em 1960.

A criação desta instituição se deu pelos fatores sociais, históricos e conjunturais descritos, mas teriam também o objetivo de empregar as filhas da cidade graduadas em centros maiores que não teriam onde trabalhar caso voltassem à sua cidade de origem. O fato não está publicado, mas foi relatado pela autora de *Imagens femininas nas “Gêmeas do Iguazu” nos anos 40 e 50*, em palestra pública quando da apresentação do projeto de pesquisa que resultou na obra citada.

Antônio considera a escolarização superior um avanço importante, mas critica a quantidade excessiva de cursos que passou a existir, com a criação de muitas faculdades em diversos locais, indiscriminadamente. A seu ver isso dificulta o acesso ao mercado de trabalho, levando muitos graduados a exercerem ocupações diferentes daquelas para as quais se capacitaram. Outro motivo de sua crítica e indignação seria a exigência de experiência anterior para os jovens que querem iniciar sua vida profissional:

Acho muito importante o curso superior para o desenvolvimento, mas discordo de uma coisa: a quantidade de faculdades e de cursos que foram criados. Isso leva a um saturamento do mercado... é muita gente se formando e não tendo mercado de trabalho. É muito triste ver uma psicóloga, um odontólogo, um engenheiro, com o curso, pós-graduação, mestrado, doutorado, com toda a capacidade que tem de repassar esse conhecimento às próximas gerações... e ter que trabalhar num restaurante ou abrir uma lojinha, nem que seja pra esposa porque ele não pôde sobreviver como odontólogo, como engenheiro, como psicólogo e assim por diante... (Antônio, 73 anos, odontólogo e funcionário público aposentado)

Em sua opinião seria necessário olhar o currículo do recém graduado para ver seu percurso de capacitação e não para sua (in)experiência anterior:

Nós estamos formando filhos, estamos formando pessoas, e não temos, não estamos dando essa oportunidade. Se ele [empregador] olhar o currículo, se ele já fez um curso técnico, já fez um aperfeiçoamento nisso, naquilo... dá uma oportunidade, experimenta! Ele tem noventa dias de experiência, meu Deus do céu... daí ele vai demonstrar... (Antônio, 73 anos, odontólogo e funcionário público aposentado)

Em sua fala Antônio aponta outro aspecto do descompasso entre os significados do capital cultural que vem a ser corrompido pelo capital econômico já assinalados por Agnes, Sofia, Viviane e Jonas. O foco de sua crítica recai sobre a inflação de diplomas referida por Bourdieu (1979), pela transformação do capital cultural em capital econômico, que resulta dos fatores conjunturais da explosão escolar, comandadas pelas transformações da estrutura das oportunidades de lucro asseguradas pelas diferentes espécies de capital. Essa situação confunde os gestores que se utilizam de uma lógica perversa, pois, ao mesmo tempo em que existe uma qualificação para o mercado de trabalho, os novos profissionais não são contratados por não possuírem experiência em sua área para dar início à sua profissionalização, obrigando-os, muitas vezes, a iniciarem-se em profissões diferentes das suas, mas que lhes possibilitam remuneração e sustento.

Em seus relatos, a escolarização superior entrelaça-se à saída do campo e à industrialização. Os sentidos que lhe atribuem é de progresso, desenvolvimento e melhorias em todos os aspectos, alavancas para emancipação e possibilidade de escolhas que levariam a avanços típicos da modernidade, com melhorias nos aspectos pessoal, social, econômico e cultural que revertem em crescimento qualitativo para a sociedade em geral. Mais do que os outros movimentos transformadores da sociedade e da cultura a partir do século XX, a escolarização superior foi associada pelos entrevistados ao maior acesso das mulheres ao trabalho remunerado.

Os depoimentos dos entrevistados sobre a valorização da escolarização e o sacrifício familiar em propiciar aos filhos o que consideravam porta para melhorias a todos foi apontado por Romanelli (1995) e Hobsbawm (2008) revelando a tendência geral da modernidade em atribuir ao conhecimento formal e trabalho em meios urbanos condições superiores e almeçadas pelos pais aos seus filhos, como forma de redenção de uma vida sacrificada e com poucas perspectivas de ascensão econômica. A saída da vida em meio rural com perspectivas de melhoria familiar, seja pelo acesso ao trabalho em meios urbanos, seja pelo acesso à escolarização, à tecnologia e à ciência, historicamente revela-se como sentido de crescimento, de desenvolvimento, de progresso. Este, segundo Morin (2010) tem significado de lei e necessidade na história humana. Assim divinizado, levou ao mito tecnoburocrático do progresso, deixando em segundo plano que esse mesmo progresso leva à corrupção e desintegração de modos de vida e valores, concebendo o crescimento industrial como gerador do progresso econômico que levaria ao desenvolvimento humano, como signo de progresso *ad infinitum*, ao qual todos, um dia, chegarão e atingirão os objetivos pelos quais buscam.

Entretanto, em termos de desenvolvimento social, as benesses da escolarização não atingem a todos e o

desconforto que os estudantes sentiram ao perceber que mais conhecimento científico não reverteria em melhorias para todos, conforme apontado por Hobsbawm (2008), permanece. Inicialmente associado à causa dos trabalhadores em sua busca por melhores condições de vida para todos, a consequência esperada era que o avanço da escolarização trouxesse benefícios a todos. Com o crescimento da escolarização veio também o avanço tecnocrático que o usa para seus fins, sendo essa lógica convertida em modos de vida que, segundo Morin (2010) curvam-se ao capital em detrimento do crescimento igualitário da sociedade humana: “a ação tecnocrática não pode ser, social e politicamente, senão mutilada e mutiladora” (p. 30) e os progressos da ciência, assim, elucidam, mas também cegam quando se perde de vista a causa humanizante que esse progresso teria que ter como fim.

Diante dos relatos e depoimentos dos entrevistados evidenciou-se o que Morin (2010) afirma quando diz que o passado faz sentido e pode ser analisado somente no futuro que lhe dá sentido histórico, revelando a importância de fatos pregressos para a configuração de encaminhamentos que resultam em mudanças e contribuições para o presente. Para ele, a sucessão passado, presente, futuro não se dá de forma linear justamente pela espiral dialética que a caracteriza. Assim, como Vigostki (2001), o que esse contexto sinaliza é o processo de subjetivação dos fatos vividos objetivamente na esfera social que, convertidos em experiências pessoais, passaram a fazer parte do espaço intrapsíquico de cada sujeito, constituindo-os e alinhando-os com as práticas sociais e modos de vida de sua época.

#### 4.4 A intensificação da inserção das mulheres no mercado formal de trabalho

Ela faz igual ou melhor... e porque que tem que ganhar menos?  
Antônio (entrevistado nesta pesquisa)

Sentida como avanço, conquista, ocupação do lugar que lhes cabe, contribuição com melhorias dentro do âmbito familiar e educacional, social e econômico, bem como político e cultural, a inserção das mulheres no mercado formal de trabalho ocorrida intensamente no século XX foi retratada pelas entrevistadas e entrevistados com sentidos relacionados à forma como vivenciaram essa mudança em suas próprias vidas. As entrevistadas, em termos do que a emancipação feminina lhes possibilitou, bem como para as mulheres em geral. Os homens pela significativa diferença propiciada nas relações pessoais que a presença feminina representou em seus locais de trabalho. Em qualquer âmbito em que cada um deles a tenha vivenciado, é claro o significado de contribuição social e econômica que ela representa. Todos mencionam e estranham a prática que persiste quanto à menor remuneração do trabalho realizado por mulheres, fato incompreensível para eles que revela a construção de um novo sentido, ou seja, o que poderia ter sido aceito como *natural* no início desse movimento, pela secundarização e invisibilidade que representava, é visto agora por eles como inadmissível. No aspecto remuneração os entrevistados revelam a continuidade de práticas apontadas na literatura especializada e denunciadas por Bruschini (1999), Fonseca (2000), Calás e Smircich (1999), Abramo (2007), Bruschini e Lombardi (2007), Melo (2009) e pelos dados estatísticos do Censo de 2010 (IBGE, 2011) veiculados amplamente pelos meios de comunicação em novembro de 2011.

Fato mencionado com admiração e reconhecimento da evidência do avanço feminino em direção ao que pode ampliar as possibilidades de igualdade de condições e direitos sociais, econômicos e culturais é a presença de uma mulher na Presidência da República. Os entrevistados a mencionaram com sentido de reconhecimento social, satisfação, redenção, consolidação de uma conquista que teve início na década de 1930, com a lei que deu direito de voto às mulheres. O fato é notório por se tratar da consolidação de práticas relativamente recentes, pois, em menos de cem anos da outorga de direito feminino ao voto, chega ao poder máximo do país, pelo voto da maioria, uma mulher.

Para Agnes a inserção das mulheres no mercado formal de trabalho teve repercussões na dimensão pessoal, familiar, econômica e social. Em sua vida pessoal significou a libertação do casamento e autonomia econômica. No plano econômico e social significou um grande avanço não só para as próprias mulheres, mas para toda a sociedade, considerando que antes disso eram um peso morto para esta sociedade por não produzirem em atividade remunerada, ainda que trabalhassem em casa e na lavoura. Em suas palavras: *uma maravilha! A mulher era um peso morto da sociedade, começou a trabalhar, se sustentar....* Mesmo com vencimentos inferiores aos homens, a seu ver, foi importante que passassem a exercer atividades remuneradas: *A mulher trabalhava muito mais como dona de casa e na roça. Mas depois começou a ganhar. Não ganha igual ao homem até hoje. Mas foi muito importante.*

Agnes relaciona o trabalho doméstico com improdutividade, contrapondo produtividade com remuneração, no mesmo sentido definido por Oliveira (2003) e Marx e Engels (2007), quando estes diferenciam espaços reprodutivos ou domésticos e produtivos ou de trabalho remunerado. Ela o faz ao ressaltar que as mulheres trabalhavam, mas não produziam para o capital, sobretudo as das áreas urbanas, considerando que a não produção de valia não as fazia úteis à sociedade. Para ela, o trabalho doméstico que maciçamente serve de base para a vida produtiva fora de casa, conforme Abramo (2007) não tinha visibilidade e nem valor para a produtividade reconhecida pelo capital:

Não que não trabalhassem... Trabalhavam, mas sem produzir. Produziam, no campo, que a mulher ia pra roça também, mas as da cidade trabalhavam sem produzir..., não ajudavam a sociedade. Eram um peso morto que a sociedade tinha que sustentar. Assim a mulher foi ajudar, deixou de ser um peso morto, no sentido de estar numa fábrica produzindo. (Agnes, 80 anos, funcionária pública aposentada)

Na vida familiar, a saída das mulheres para o trabalho remunerado afetou a educação das crianças que passou das mães para as empregadas domésticas. Segundo Agnes: *O trabalho da mulher fora de casa afetou a vida das famílias, por causa das crianças, né? Porque era a mãe que educava a criança. A mãe saiu, ficou a empregada, aqui no Brasil, pelo menos. Então mudou um pouco a família....*

Em sua vida pessoal, a possibilidade de exercer trabalho remunerado significou autonomia e não obrigatoriedade do casamento. Agnes diz: *Eu pude abrir mão de casamento, e pude viver sem casar, me mantendo. Antes não dava, tinha que casar pra se sustentar. A mulher tinha que casar. Eu, por exemplo, pude viver me mantendo.* Essa prerrogativa se deve à industrialização, perspectiva libertadora que o trabalho remunerado propiciou, tornando possível às mulheres escolherem a vida e o casamento que queriam:

Eu sempre digo que a mulher, agora que trabalha, que ganha, pode se dar ao luxo de casar por amor, enquanto a outra precisava casar pra ter um bom partido, pra ter quem a sustentasse. Isso veio da industrialização também, que foi preciso, daí, o trabalho da mulher. (Agnes, 80 anos, funcionária pública aposentada)

Agnes atribui sentido de libertação e possibilidade de escolha pessoal para as mulheres ao ingressarem no mercado formal de trabalho, bem como de contribuição econômica à sociedade, propiciada pela industrialização que tornou imprescindível a presença de todos na consecução de seus objetivos. Nesse aspecto ela se alinha com Gaspari (2005) e Perrot (2007) ao afirmar que as mulheres, ao saírem dos espaços domésticos passaram a vislumbrar possibilidades mais amplas e melhores meios de vida, culminando com sua inserção em atividades em todos os segmentos da sociedade contemporânea.

Sofia, em seu discurso, revela clara restrição ao comportamento irresponsável dos homens perante a família e como explorador das mulheres em termos de rendimentos financeiros. Ao ligar a exploração sofrida por familiares próximas com notícias veiculadas pela mídia, ela entende que isso se deve, a seu ver, à aprovação incondicional da sociedade a comportamentos que desresponsabilizam os homens de suas obrigações no meio familiar, quadro que teria levado as mulheres à escolarização, ao trabalho remunerado e a se descobrirem capazes de gerir suas vidas. A insegurança de relacionamentos conjugais e familiares que se desfazem as levou a descobrir, aos poucos, que poderiam direcionar-se a alternativas, a outros modos de vida, conquistando os mesmos lugares que os homens. Sem o suporte destes para a vida em família com suas responsabilidades concomitantes, as mulheres viram-se obrigadas a assumir a lacuna que foi se formando nas estruturas familiares:

Quem está perdendo muito... não digo o valor, mas o caráter familiar e responsabilidade familiar é o homem. Ele não assume mais. E o pior é que a sociedade aceita e aprova e bate palmas. Eu diria... pela mentalidade da supervalorização da sociedade pelo homem, pelo macho, ele pode abandonar a família a hora que quiser, formar nova família e a mulher começou a se ver capaz, pela escolaridade, a conquistar os mesmos lugares que os homens. Quem levou a mulher para o trabalho e para o estudo foi o homem. As mulheres foram obrigadas, não foi uma opção. Elas descobriram isto lentamente. Agora é rápido, mas no início foi lento... elas encontraram muita dificuldade. (Sofia, 85 anos, advogada e professora aposentada)

A aceitação da sociedade quanto à irresponsabilidade dos homens perante suas famílias, além de não darem mais suporte às mulheres, lhes dá prerrogativas que os levam a explorar monetariamente as mulheres, que, ao não aceitarem podem ser assassinadas por eles. Em relação a esse aspecto Sofia afirma: *...mesmo assim elas vão. O homem explora ainda hoje o rendimento das mulheres. Ou elas aceitam ou eles matam elas...* Estas, mesmo com possibilidade de sofrerem violência masculina os enfrentam com uma persistência que os homens não possuem.

Conforme Eva Blay (2009), no século XIX não se aceitava que mulheres expusessem os maus tratos que sofriam por parte de seus maridos e a sociedade apoiava esse silêncio, fato que levou os crimes passionais a aumentarem ao nível de serem considerados epidemia. Segundo a autora e como é de conhecimento geral, no século XX, leis foram providenciadas para coibir e punir esses crimes, mas o silêncio permanece, agora também

em forma simbólica, sendo praticado por meio de arquivamento de um grande número de processos<sup>21</sup>. Essa prática primitiva e patológica atravessa tempos, gerações e não discrimina níveis de escolaridade ou sócio-econômicos: “alcançou-se o nível universitário, o direito ao voto e a ser votada, a profissionalização, porém muito pouco se conseguiu contra a violência que atinge mulheres e meninas” (Blay, 2009, p. 42). Mesmo o Estado pratica essa violência, afirma a autora, sendo que só deu o andamento que culminou com a aprovação da Lei Maria da Penha, depois de excessivos trâmites, por pressão da Organização dos Estados Americanos (OEA). Criam-se as leis, mas não extinguem-se as práticas e assim, Sofia, ao afirmar que a sociedade, composta de homens e mulheres, protege e aplaude os comportamentos masculinos irresponsáveis, não está se excedendo, mas criticando uma prática que persiste, revelando o aspecto relacional que a violência traz em si por meio do espectro passividade/agressividade que permeia as relações humanas e, neste caso, entre homens e mulheres em todos os tempos e em todas as culturas.

Sofia, ao afirmar que os homens exploram os rendimentos das mulheres, expõe o que Maria Juracy Toneli e Simone Becker (2009) revelam como uma forma de violência doméstica e intrafamiliar praticada por cônjuges ou por parentes. Os dados sobre esse tipo de violência são de difícil acesso por se darem em espaço privado, mais uma evidência da aceitação social e, por vezes, das próprias vítimas, reiterando o que a entrevistada refere como aceitação e aplauso da sociedade, fator que dificulta e entrava sua extinção. Nesse cenário de violências cotidianas, as exercidas no trabalho também se fazem presentes, dentre elas a já mencionada pelos entrevistados, desigualdade salarial.

Abramo (2007) defende que uma das razões da saída das mulheres para o mercado do trabalho como resultado de situações deficitárias dos homens por motivos de saúde, morte ou solicitações militares. Sofia, ao mencionar a irresponsabilidade masculina diante da família, reporta a situação deficitária em termos simbólicos e presenciais, que fez e faz emergir nas mulheres a descoberta de suas possibilidades de auto gerência, bem como de assumir o espaço não ocupado satisfatoriamente pelos homens no contexto familiar. Essa força lhes dá a possibilidade de vencer a dominação a que muitas estão submetidas quando se desvinculam dos processos subjetivos e/ou situacionais que as colocam nessa dinâmica de desigualdade, sejam educacionais ou conjunturais. Quanto a esse aspecto, Sofia se diz contente e abre um sorriso ao mencionar que uma mulher está na presidência do Brasil, atribuindo ao fato sentido de redenção:

Há violência masculina, mas mesmo assim elas enfrentam. Elas são obrigadas a enfrentar. As mulheres tem uma persistência, uma força de vontade que não existe no homem. E elas vão vencer, haja vista..., eu tô tão contente! Foi uma mulher que ficou presidente! (Sofia, 85 anos, advogada e professora aposentada)

Sofia percebeu o começo do movimento das mulheres para chegarem onde estão agora como algo lento e alvo de críticas por desafiar as demarcações impostas pela educação e cultura da época, na qual às mulheres cabia o espaço privado, dimensão apontada por Gaspari (2005), Abramo (2007) e Rago (2007). Entretanto, as forças da modernidade e os movimentos feministas vêm revertendo esse estado de coisas até chegar ao ponto em que não mais se admite uma mulher sem emprego, mesmo que seja de meio expediente. As mudanças nesse aspecto demonstram que houve valorização social das conquistas de espaços pelas mulheres:

Isso teve várias... no começo foi uma versão, não aceitavam, criticavam, isto foi uma conquista lenta. E hoje já não admitem mais uma mulher que não tenha o seu emprego, meio expediente. Há valorização. Agora o casamento sai [ri] quando perguntam: “E a noiva trabalha o [em] quê?” (Sofia, 85 anos, advogada e professora aposentada)

Esse movimento de saída de casa para o trabalho remunerado repercutiu na vida das famílias e abriu perspectivas de trabalho para outras mulheres com a criação de creches e espaços que assumiriam o cuidado com as crianças para que suas mães pudessem sair para o trabalho remunerado. Sofia diz: *Provocou uma reviravolta, criou mais creches, instituições, mais babás, pra suprir a falta do trabalho da mulher dentro de casa.* Katia Amorin e Maria Clotilde Rossetti-Ferreira (1999) abordam aspectos históricos dessa realidade e discutem a atuação das creches na cooperação com as famílias trabalhadoras que não dispunham de rede de apoio familiar ou social para os cuidados de seus filhos. Elas informam que a partir do governo Vargas, gradativamente foi-se alterando a política social no país, regulamentando-se as relações de trabalho, bem como os direitos trabalhistas, dentre os quais se incluía a possibilidade das mães terem um local, berçário, onde deixarem seus filhos, durante a fase de amamentação. Só a partir das décadas de 1970, os governos passaram a construir e administrar creches para os filhos de famílias operárias. Nas décadas de 1980 e 1990, a creche passa a ser caracterizada por uma perspectiva de cuidado mais integral da criança, através de cuidados realizados por profissionais, que, em sua

<sup>21</sup>A autora informa que em pesquisa realizada em 1997, no município de São Paulo, de 669 tentativas de homicídio e homicídios consumados, 50% foram arquivados, 24% foram suspensos, 14% dos julgados foram condenados, havendo 3 absolvições. (Blay, 2009, p. 42,43).

quase totalidade são mulheres.

Coerente com sua filosofia de vida voltada para a intelectualidade e autonomia, Sofia direcionou-se para a formação e consolidação de sua vida profissional, construindo uma carreira consistente e reconhecida, o que lhe auferia prerrogativas e postura firme diante dos gestores da instituição em que trabalhava para agir conforme lhe ditava seu senso humanitário diante dos alunos:

...um aluno tinha que operar a cabeça e não queria porque tinha prova e nós não tínhamos autorização pra fazer prova posteriormente. Eu comecei a ajudar. E depois, eles não podiam também mexer muito comigo porque eu tinha o maior número de registros de Conselho Federal de Educação. Eu sabia bem a língua alemã, sabia bem o francês e outras línguas, como latim e espanhol, que todo mundo sabe. Como advogada eu tinha clientes na Grécia, na Alemanha, na Áustria, nos Estados Unidos. (Sofia, 85 anos, advogada e professora aposentada)

Ao comentar sobre as mudanças que percebeu em sua prática profissional, Sofia se dá conta de que está se tornando remanescente dos professores que fundaram a instituição de ensino em que viveu sua vida profissional como professora: *Estou assustada, eu tô ficando a remanescente dos professores fundadores*. A condição de professora fundadora lembrado por Sofia é mencionado por Gaspari (2005), que figura no histórico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, como professora, sendo que iniciou na instituição na cadeira de Sociologia. Fagundes (2005) relata que ela fez parte do corpo docente desta instituição desde 1960 até 1974.

Para Sofia a saída das mulheres dos espaços domésticos em direção ao trabalho remunerado não foi uma opção, mas uma necessidade, significada como alternativa para a libertação da exploração, domínio e violência masculina. Conforme Saffioti (2001), a dominação masculina ou de qualquer outro tipo ocorre com a adesão dos dominados e a permanecer nesse estado de coisas, Sofia percebe que as mulheres estariam submetendo-se a um jugo do qual poderiam libertar-se e o fizeram, descobrindo-se capazes de gerir suas vidas e libertando-se da possibilidade de violência, que Melo (2009) e Toneli e Becker (2009) apontam como sendo praticada em vários e graduais níveis, ou seja, desde a opressão que mantem a desigualdade de direitos até a violência física e de extermínio. Quanto a saírem de casa para trabalhar, a crítica às mulheres a que a entrevistada se refere seria por estarem contrariando posições patriarcais e as prescrições do liberalismo do final do século XIX e início do século XX, que obstaculizavam a saída feminina dos espaços domésticos, conforme Rago (2007) que denuncia e descreve a construção de imagens femininas a partir da perspectiva masculina, que, em geral ocultavam sua presença dos postos de trabalho na indústria têxtil, reforçando o ideário de que o trabalho remunerado como *naturalmente* masculino. Ao escreverem sobre as mulheres, os homens as retratavam como figuras vitimizadas pela sua condição sócio-econômica que as obrigava ao trabalho. Em outras camadas sociais o trabalho feminino era alvo de hostilidade por parte das famílias, por não representar o que se pretendia para suas filhas, que deveriam casar-se para assegurar seu futuro, aspecto que também foi mencionado por Agnes, ao lembrar que com o acesso das mulheres ao trabalho, estas ficaram desobrigadas do casamento como meio de sobrevivência.

Viviane percebe a inserção das mulheres no mercado formal de trabalho como uma realidade propiciada pela escolarização superior. Ela compara as atividades realizadas pelas contemporâneas de sua mãe com as possibilidades de inserção das mulheres em espaços mais amplos que lhes foi possibilitado no século XX e das quais ela se beneficiou. Mesmo com o ingresso de mulheres nas escolas normais no Brasil tendo sido praticado desde 1871, como afirma Almira Rodrigues (2001), essa possibilidade não se expandiu ao ponto de se tornar uma prática corriqueira, como ela verificou entre as mulheres de épocas anteriores, como sua mãe. Mais do que acréscimo na jornada diária (Abramo, 2007, Bruschini, 2007 e Hobsbawm, 2008), a escolarização não tirou as mulheres das obrigações domésticas, mas significou possibilidades de melhorias na forma de educar os filhos, agora com conhecimento formal a ser aplicado no cotidiano das famílias:

Essa emancipação foi se dando gradualmente. No tempo da minha mãe, raríssimas eram as pessoas que saíam pra dar aula. Por quê? Porque o lugar da mulher era só em casa, atendendo aos filhos. Já no meu caso, eu trabalhei fora, logo que casei. Cuidei da minha casa... as partes domésticas, nunca deixaram de ser por conta da *gente*. E o curso superior, ele complementou a educação pra que a mulher pudesse deixar de ser só aquela pessoa que só cuida da casa, que limpa a casa, pra ser também importante dentro da sociedade. (Viviane, 75 anos, professora aposentada e diretora da Casa da Cultura)

Além da possibilidade de profissionalização, Viviane atribui à escolarização superior sentido de melhoria e complementação aos trabalhos domésticos e educação dos filhos e entende que os conhecimentos acadêmicos aos quais passaram a ter mais acesso não as desobriga do cuidado com suas famílias. Pelo contrário, entende que deve

haver conscientização das mulheres como gestoras de tarefas domésticas, que agora contam com mais possibilidades de aperfeiçoar o trato na educação e orientação escolar dos filhos:

Ela esqueceu essa outra parte, que se ela está trabalhando, ela também tem uma obrigação, se ela é casada, ainda tem uma obrigação com a família. Deu uma abertura maior, mas ainda falta muito, porque há de se ter essa conscientização. Não só da importância de um curso superior pra trabalhar fora de casa, mas também pra que ela realmente entenda que aquele curso superior que ela está usando lá pra fazer um trabalho a mais, para ajudar um pouco mais na família, mas que também use isso pra dentro da sua casa. A minha mãe, por exemplo... ela era uma dona de casa e ela não me ajudava a fazer uma lição porque ela não tinha condições de fazer tanto. (Viviane, 75 anos, professora aposentada e diretora da Casa da Cultura)

Os resultados da escolarização e emancipação feminina, em sua opinião são visíveis e trouxeram melhorias no entendimento de questões sociais e de convivência por meio da ciência psicológica, por exemplo:

Mas a gente já teve uma outra formação, entendia muito mais as coisas, era capaz de captar. Principalmente por causa da Psicologia, a gente aprendeu muito a conviver fora de casa, atender melhor as pessoas, uma série de coisas que aconteceram, por quê? Porque *você* estudou um pouquinho mais. (Viviane, 75 anos, professora aposentada e diretora da Casa da Cultura)

A melhoria nas condições de educação dos filhos e no trato social apontada por Viviane é relatada por Gaspari (2005) quando descreve o interesse do presidente da província do Paraná pela educação formal para as mulheres no início do século passado, cujo objetivo, no entanto era extrínseco, ou seja, visava a educação de seus filhos para a construção de uma sociedade melhor, estendendo para o povo o “ensino primário e o verdadeiro progresso” (Gaspari, 2005, p.81). Em tempos atuais, Rosana Freitas (2009) mostra, no outro extremo da escala sócio-econômica, essa tarefa continua sendo atribuída às mães, com ampliação de alcance e visibilidade ao ponto de tornar-se prática que envolve numerário, como se vê no programa Bolsa Família<sup>22</sup>, que paga às mulheres o benefício para garantir a permanência de seus filhos nas escolas. No início do século XX em famílias de melhor condição sócio-econômica e no início do século XXI para famílias situadas abaixo da linha de pobreza, às mulheres é atribuído o dever de viabilizar condições de escolarização aos filhos, requisito básico e inquestionável de melhoria de vida para a sociedade e cultura de um povo, em qualquer época.

A emancipação feminina foi gradual e colocou as mulheres em melhor posição na sociedade: *Veja... era um absurdo, era um “deus-nos-acuda”, a primeira médica! Hoje, se ela é uma profissional, foi o curso superior que lhe deu possibilidade de trabalhar em vários setores.* Mesmo assim não há reconhecimento dessas melhorias em termos de remuneração ao trabalho formal realizado por mulheres. O fato vai além do salário menor que as mulheres recebem, sendo que a profissionalização ainda não as colocou em condições de igualdade com os homens, em termos de autonomia para a gestão financeira de projetos e empreendimentos. Viviane sentiu de perto essa realidade em vários momentos de sua vida profissional:

Então, a parte de profissionalização, foi importante. Ela tem os mesmos direitos do homem, só que ainda a sociedade não reconhece isso... a mulher sempre ganha menos do que o homem, mesmo em cargos de chefia. Eu por exemplo trabalho há anos, mas nunca tive uma caneta na mão, sabe? Eu não tenho autonomia pra decidir. Durante todo o tempo que eu trabalho, primeiro como funcionária do Estado, recebia o pagamento e era aquilo ali e acabou! Depois, como funcionária que fui das fundações de cultura... *tô* te contando isso porque é uma verdade mesmo! Já fui responsável pela cultura de União da Vitória por duas gestões e já estou agora na segunda gestão de Porto União, mas nunca trabalhei com a parte financeira. Sempre é um homem que recebe, embora eu esteja decidindo, essa outra parte não cabe a mim... Então há uma diferenciação entre o ordenado que eu recebo com o ordenado de uma pessoa que tenha caneta. Às vezes ela só tem a caneta... (Viviane, 75 anos, professora aposentada e diretora da Casa da Cultura)

Freitas (2009) evidencia a “reiterada ausência das mulheres no exercício do poder” em todos os setores decisórios do setor público, privado e nas representações políticas que Viviane aponta. O fato é notório, mas na medida em que vem sendo problematizado, entre outros aspectos relacionados à desigualdade de direitos entre homens e mulheres, pelas discussões de gênero e debatido pelos movimentos feministas, rupturas a essa realidade vem se evidenciando. O fato mais significativo e que foi mencionado pelos entrevistados é a chegada de uma

<sup>22</sup>[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/instru\\_operacional\\_gest.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/instru_operacional_gest.pdf). Acesso em janeiro de 2012.

mulher ao poder político mais elevado, a presidência da República. Conforme refere Hobsbawm (2008), entretanto, esse não é o retrato de uma realidade amplamente praticada nos meios políticos da maioria dos países, mas revela uma conquista ainda não vivenciada por nós que sugere a possibilidade de aberturas mais amplas, com consequências ainda não vislumbradas em nível político administrativo, mas já presentes em outros espaços de domínio masculino nos quais a presença feminina vem se inserindo e promovendo mudanças sociais e culturais importantes, como em instituições bancárias, militares, serviços e outros, conforme já abordado neste trabalho.

Viviane diferencia as mulheres em termos de características que percebe como típicas da feminilidade. Para ela essas características vieram a contribuir com o mercado formal de trabalho, com melhorias no aspecto cultural de um povo e de uma época.

A mulher ela é mais perspicaz, é capaz de contornar mais uma situação, é mais sensível, gosta de esmiuçar e tem as mesmas condições intelectuais que o homem. Esse é o problema: elas tem igualdade de condições, mas ainda são preteridas no sentido de chefia, no sentido de remuneração. (Viviane, 75 anos, professora aposentada e diretora da Casa da Cultura)

Com uma mulher na presidência do Brasil ela vê com otimismo a movimentação no resgate histórico e cultural da participação das mulheres na sociedade como um todo. Nas ações da presidente, ela comemora a outorga da Medalha do Mérito Nacional para professoras: *Gostei da Dilma quando ela, este ano, pela primeira vez, conferiu a Medalha do Mérito Nacional - dado pra determinadas pessoas que contribuem com a sociedade – a professoras de todos os níveis.*

Viviane, sempre empenhada em dar visibilidade e valorização aos acontecimentos históricos de sua região, vê a presidente fazendo o mesmo movimento com valores artísticos e culturais secundarizados ou desconhecidos em nível nacional. Ela se refere a algumas artistas brasileiras mencionadas e lembradas pela presidente Dilma Rousseff:

E outra coisa que também ela fez foi uma exposição<sup>23</sup> por causa do mês da mulher, março, com trabalhos de artistas plásticas que eram as dez mais consagradas do país. Inclusive veio o Ministro da Cultura de Buenos Aires, trazendo a obra maior, que era da Anita Malfatti. Dilma agradeceu e disse que também contribuiu, pois trouxe esse quadro e colocou um seu de Djanira: “E eu tenho a honra de dizer que também estou contribuindo com essa exposição, um pouquinho. Porque eu trouxe um quadro que adoro na minha sala, que é da Djanira”. (Viviane, 75 anos, professora aposentada e diretora da Casa da Cultura)

Sendo essa também a sua luta, Viviane, ao assumir as atividades de gestão do patrimônio histórico e cultural local, vê oportunidade de contribuir tornando visíveis e conhecidos acontecimentos e pessoas importantes da região às gerações atuais: *... eu tenho... sofrido muito na nossa cidade por ver que falta essa identidade das pessoas, sabe?* Em vista disso pretende fazer sua parte quanto à valorização da identidade cultural local, desconstruindo a idéia de que os valores e características locais são de menor importância em relação aos centros urbanos e culturais maiores: *Nós falhamos muito. Eu digo “nós” porque estamos vivendo ainda aqui, mas o que eu posso, agora eu tenho feito. Na última quarta feira do mês sempre eu tenho uma tertúlia aqui.* Nestas, ela promove encontros temáticos sobre artistas nacionais, mas menciona com pesar o desconhecimento de fatos que considera relevantes para a história e cultura locais, como o fato de Djanira<sup>24</sup>, artista plástica, ter residido em sua cidade, na primeira metade do século XX. Ela relata fatos dessa história, como sua origem étnica, seu endereço e colégio onde ela estudou, bem como sua trajetória posterior, até sua morte:

E sabe que a Djanira morou aqui, na Rua Prudente? Djanira da Motta. Ela era filha de índio com austríaco. Estudou no colégio Santos Anjos, aqui na frente. Daí ela foi embora, primeiro ela foi pra Avaré, São Paulo e depois pro Rio de Janeiro, onde pegou tuberculose. Aí ela ficou internada no sanatório, onde conheceu artistas internacionais que vinham pra tratamento. Ela começou com as pinturas, mas também costurou pra fora, tá? E... Por último daí ela casou com um piloto de um navio mercante que foi bombardeado na Segunda Guerra Mundial. Quando ficou viúva, ficou novamente doente, mas continuou pintando. Vendeu os quadros dela pro exterior, pro Banco do Brasil. Por último ela pintou três mil azulejos pra aquele Túnel de Santa Teresa, no Rio de Janeiro,

<sup>23</sup> <http://blog.planalto.gov.br/exposicao-mulheres-artistas-e-brasileiras-vai-ser-aberta-no-palacio-do-planalto/>. Acesso em novembro de 2011.

<sup>24</sup> Conforme biografia da artista, em <http://www.e-biografias.net/biografias/djanira.php>. Acesso em janeiro de 2012.

que esses dias até despencou<sup>25</sup>. Ela acabou entrando no mosteiro e acabou ficando freira. Morreu como freira... (Viviane, 75 anos, professora aposentada e diretora da Casa da Cultura)

Ao finalizar essa narrativa, ela relembra uma artista local: *Temos Helena Kolody<sup>26</sup>, ali em Cruz Machado, quando ainda pertencia a União da Vitória. Ela levou o nome do Paraná pro exterior também. Isso é muito triste, sabe, que as pessoas não conheçam essas histórias...*

Viviane, em seu relato, mostra aspectos de permanência de discriminações que limitam o acesso das mulheres aos espaços historicamente de domínio masculino. Quando ela menciona a falta de autonomia para a gerência financeira de seus projetos culturais, revela o que Rago (2007) apresenta como estratégia restritiva do acesso feminino a espaços significados como naturalmente masculinos a fim de manterem sua supremacia no mercado de trabalho.

Mesmo ocupando amplamente o espaço que a modernidade lhe proporcionou, Viviane mantém-se ligada ao que considera ser ocupação feminina. A responsabilidade como os cuidados domésticos, assim, são enriquecidas com os conhecimentos a que as mulheres tiveram acesso. Para ela, às benesses dessa conquista somam-se mais responsabilidades: melhorias na qualidade da educação dos filhos, nas relações sociais e profissionais. Nesse aspecto ela refere à combinação, seja por entrosamento ou superposição de tarefas e atribuições, que Bruschini (2007) e Freitas (2009) discutem sobre a vivência feminina em relação ao trabalho, sempre presente na intersecção das esferas produtiva e reprodutiva.

Em seu depoimento, Jonas evidencia as transformações experimentadas e consolidadas nas relações de trabalho com a chegada das mulheres com grande entusiasmo e vê nessas mudanças melhorias nas relações sociais, revelando possibilidades antes não vislumbradas em meios de predominância masculina. Atribui à emancipação feminina, no entanto, o aumento estatístico da desagregação familiar na contemporaneidade. Por um lado, o sentido de boa nova pelas mudanças em nível social. Por outro, o sentido de prejuízo à educação dos filhos e de que as mulheres teriam saído do lugar historicamente atribuído a elas, ou seja, a vida doméstica e familiar.

Jonas vivenciou a inserção das mulheres no mercado formal de trabalho na empresa em que trabalhou por trinta anos até se aposentar, Banco do Brasil. Quando de seu ingresso na empresa, em 1955, e pelos anos seguintes, somente homens eram contratados, não sendo permitido o ingresso de mulheres por concurso público. Ele lembra que somente por volta de 1961, mais ou menos, aconteceu o primeiro concurso para novos funcionários com inscrição para mulheres<sup>27</sup>:

Nos primeiros anos... eu entrei em cinquenta e cinco no Banco, por seis ou sete anos só trabalhavam homens no Banco, porque não era permitido pela lei, o ingresso de mulheres no banco do Brasil. Daí... eu acredito que foi até mil novecentos e sessenta e um... ou sessenta e dois..., um grupo de mulheres do Rio de Janeiro entrou com um mandato de segurança pelo Supremo Tribunal e conseguiu a inscrição de mulheres para o concurso do banco. (Jonas, 75 anos, professor e bancário aposentado)

A partir desse movimento, uma das mulheres que participou do primeiro concurso veio a trabalhar em sua agência. Então, entre mais ou menos quarenta homens, passou a fazer parte do quadro funcional uma única mulher, motivo de surpresa e curiosidade na agência:

...e uma dessas mulheres, foi destacada pra servir na agência. Então, nós éramos na época cerca de uns quarenta homens, trinta e oito homens funcionários do Banco e entrou uma mulher, que passou no concurso e foi nomeada pra servir na agência de União da Vitória. Então ela era o ponto assim de atenção dentro da agência. (Jonas, 75 anos, professor e bancário aposentado)

Em um ambiente antes predominantemente masculino, a participação feminina foi percebida por Jonas, sobretudo no clima que passou a existir no banco. O acontecimento resultou em melhorias no relacionamento entre os colegas, que até então tratavam-se entre si de maneira descuidada e até ríspida. O fato parece ter chamado

<sup>25</sup>Conforme noticiado na mídia nacional, em 23 de maio de 2011. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/05/tunel-segue-interditado-apos-homem-ser-atingido-por-pedra-de-2-t.html>. Acesso em janeiro de 2012.

<sup>26</sup>Biografias.netsaber.com.br/ver\_biografia\_c\_4865.html. Acesso em janeiro de 2012.

<sup>27</sup>O primeiro concurso com inscrição aberta a mulheres no Banco do Brasil ocorreu em 1968, conforme Rodrigues (2004). Disponível em [http://books.google.com.br/books?id=1Rd\\_69MF61pQC&printsec=frontcover&hl=pt\\_PT&source=gbs\\_atb#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com.br/books?id=1Rd_69MF61pQC&printsec=frontcover&hl=pt_PT&source=gbs_atb#v=onepage&q&f=false). Acesso em novembro de 2011.



atenção sobremaneira, conforme seu entusiasmo e surpresa pelo novo que representou. O ingresso da colega foi alvo de grande interesse, por ser pessoa esclarecida e disputada para conversas, por sua simpatia e facilidade de comunicação:

A única mulher... Ela era comunicativa, sabia... digamos, se comunicar muito bem, atraía a atenção das pessoas... então ela era a vedeta dentro da agência. A amizade dela, a presença, o papo com ela era disputado. Todo mundo queria é... conversar com a Sueli. E eu posso te assegurar que a gente observou, já nos primeiros tempos, uma mudança radical no relacionamento entre os funcionários, porque quando era só homem o tratamento assim era mais ríspido, mais grosseiro, né? (Jonas, 75 anos, professor e bancário aposentado)

A mudança de comportamentos observada em seu ambiente de trabalho significou para Jonas uma consequência da forma como as mulheres eram tratadas de modo geral na sociedade. Ele se viu protagonista das melhorias que sentiu no Banco com o aumento do número de mulheres no quadro de funcionários que foi se ampliando a partir de então. Essas mudanças foram se consolidando, tornando o clima no ambiente mais alegre e educado:

...na época se tinha um respeito muito grande pelas mulheres, o que não acontece tanto hoje, mas naquela época a mulher, na sociedade, era muito respeitada. Então o relacionamento dentro da agência do Banco do Brasil modificou, melhorou muito. Cada um tinha que medir as palavras, saber o que dizia... os gestos foram alterados. Então... uma mulher que entrou já começou a produzir mudanças... E no concurso seguinte já entraram sete, oito mulheres na agência aqui. Então eu senti, eu sou testemunha disso: o ambiente de trabalho e o relacionamento melhoraram muito dentro da agência, ficou mais cortês, muito mais... educado, muito mais alegre, inclusive. Então a mulher, ela criou um ambiente muito melhor no trabalho. Isso eu sou testemunha, porque vivi, eu fui protagonista dessa fase, né. Então melhorou cem por cento o ambiente, né. Foi uma participação assim muito... positiva da mulher. (Jonas, 75 anos, professor e bancário aposentado)

A transformação verificada no relacionamento entre colegas de trabalho estendeu-se para os aniversários dos funcionários, que antes passavam despercebidos e que foram incluídos no cotidiano da agência:

Antes, antes da presença das mulheres eu não me lembro nunca de se comemorar aniversário de um funcionário na agência. Depois que a mulher entrou lá, ela trazia bolo, trazia flores, velinha e se comemorava na hora do café o aniversário do dia. Era uma festa! Antes disso, quando eram só homens, ninguém dava bola pra aniversário. (Jonas, 75 anos, professor e bancário aposentado)

Para Jonas, a entrada das mulheres no mercado formal de trabalho propiciou sua participação mais ampla em contextos sociais e de lazer. Como diretor de clubes recreativos, ele notou a diferença que a presença feminina trouxe para a vida social da cidade:

...a gente foi diretor de clube aqui, do Apolo, do Concórdia e, nós, os homens, é que tínhamos que organizar tudo, porque... a mulher não participava de jeito nenhum assim de trabalho de clube. Elas iam durante o baile, durante a festa, mas para que aconteça uma festa tem uma série de... inclusive ornamentação de clube tudo, e nós não contávamos com o trabalho feminino. Era muito difícil, às vezes uma dona de uma floricultura ia lá levar as flores e ajudar a fazer o arranjo do ambiente. De modo geral, preparar as festas era serviço masculino. Com a liberação da mulher, as festas se tornaram muito mais lindas, inclusive... A moda masculina e feminina é... influenciou a vida nos clubes, os eventos se tornaram muito mais elegantes. (Jonas, 75 anos, professor e bancário aposentado)

As mudanças aqui enfatizadas por Jonas indicam o sentido estético que atribuiu ao ingresso das mulheres em espaços antes destinados predominantemente à presença masculina. Compartilho com Janaina Furtado (2011) que o conceito de estética, usualmente utilizado para referência às artes, pode aqui ser entendido e estendido também para as relações sociais, referindo-se ao sentido de implicações relacionadas ao imaginário singular e plural e a modos de sentir e de conviver com o outro. Para Jonas, a maneira descuidada de relacionamento entre

colegas homens foi sensivelmente afetada pela presença feminina, trazendo ao seu local de trabalho e à sociedade, em geral, um olhar estético, ou seja, o olhar daquele que olha para fora e ao mesmo tempo para dentro, desfocando-se das necessidades imediatistas, relacionados com o contato entre homens e mulheres que se dava predominantemente em espaços reprodutivos, nos quais os papéis de um e de outro se restringem à diferença sexual até então praticadas, nas quais a função de cada um é estabelecida pela função reprodutiva sexual e simbólica. Neste caso, o olhar para além da convivência profissional, levou-o a experimentar outras formas de relacionamento dentro do espaço de trabalho. Ao desfocar das necessidades imediatistas, haveria o que Vigotski (2003) define como sublimação de alguns tipos inferiores de energia, necessidade ou percepção imediata que seria transformada em atitude de apreciação e comportamentos mais cuidadosos entre todos, no ambiente de trabalho. A transformação dessas energias propiciaria um tratamento entre os sujeitos mediado pelo cuidado de si, de seus comportamentos e linguagem que passaram a ser estetizados no ambiente de trabalho. Segundo Furtado (2011, p. 207) “o olhar estético é aquele que desliza e encontra brechas nos significados comumente partilhados em determinado contexto social”, o que teria propiciado, com a presença feminina, a formação de sentidos não vislumbrados *a priori* nesse contexto, mas que, dialeticamente, foram sendo constituídos e foram constituindo sujeitos e outros modos de relação no ambiente em questão. Aparentemente um novo sentido de ruptura emerge nessas relações. No entanto, para além do sentido estético trazido por Jonas, permanece a lógica do imaginário social apontado por Abramo (2007), no qual são destacadas no meio laboral, as características relacionadas a signos impregnados por visões naturalizadas e hierarquizadas presentes no senso comum sobre os lugares, papéis e funções de homens e mulheres na família, trabalho e sociedade em meios públicos e privados.

Em pesquisa realizada em empresa estatal de grande porte, Marly Perrelli (2005) aponta que a presença feminina na mesma reverteu em comportamentos mais educados praticados pelos trabalhadores quando em presença de colegas mulheres. Lombardi (2009) refere a mesma transformação em estudo sobre a inserção de mulheres em corporações militares. Os relatos demonstram comportamentos de mais civilidade entre os militares no ambiente de trabalho a partir do ingresso de mulheres em suas corporações. Ela refere também que os aspectos de civilidade que passaram a existir neste contexto teriam propiciado, além de melhor tratamento entre colegas, a discussão de condições de trabalho, como horários e critérios de atribuição de tarefas que até então não tinham sido percebidas como passíveis de discussão entre os militares.

Quanto ao aspecto operacional, de execução do trabalho, Jonas percebe que haviam preconceitos advindos de ambientes externos ao mundo do trabalho:

Quando a mulher tava ingressando no mercado de trabalho... , porque antes até tinha uma marchinha de carnaval que dizia, “Mulher que anda sozinha é andorinha”, né? Então a mulher nem podia sair sozinha na rua, né? Era censurada. E muito menos, exercer uma, atividade onde o ambiente era masculino, só de homens, né. (Jonas, 75 anos, professor e bancário aposentado)

Os preconceitos vetavam o ingresso das mulheres ao trabalho remunerado por se acreditar que não possuíam a mesma capacidade que os homens, conforme Abramo (2007), Costa (2006) e Rago (2007) apontam ter sido um dos motivos utilizados para manter as mulheres fora dos espaços de ocupação masculina predominante. No entanto, assim que chegaram às empresas tornaram visíveis sua igualdade e competência como trabalhadoras. Segundo Jonas, as mulheres possuem características que as distinguem e as tornam mais aptas para determinadas tarefas:

Então a mulher estava praticamente vetada para o mercado de trabalho. Havia muito preconceito, não se acreditava na capacidade dela. Entre as mulheres que passaram a prestar serviço no Banco, algumas se revelaram até mais competentes do que os homens. Aquele paradigma mudou completamente. No serviço bancário há muita rotina, né, e rotina tem detalhes. E a mulher parece que se adapta rapidamente ao serviço rotineiro, porque é detalhista. Então ela pega com mais facilidade que o homem, de modo geral, que vê a questão mais globalizada. Então no Banco, a mulher muitas vezes se revelou funcionária melhor do que os homens. (Jonas, 75 anos, professor e bancário aposentado)

Nesse aspecto evidencia-se uma referência que sugere um novo sentido para a presença das mulheres em espaços de trabalho que não o doméstico. Rago (2007) tece um rol de fragilidades atribuídas às mulheres no início de sua profissionalização, entre os quais, “frágeis e infelizes, para os jornalistas, perigosas e indesejáveis para os patrões, passivas e inconscientes para os militantes políticos...” (p. 579) como motivos seguros para sua incompatibilidade com o trabalho fora de casa, no período compreendido entre 1890 e 1930. Jonas enfatiza a facilidade de comunicação e o fato de se tratar de pessoa esclarecida a nova colega de trabalho, com visível surpresa e encantamento, dando a perceber que, de alguma forma, até então compartilhava dos significados que faziam das mulheres sujeitos desprovidos de possibilidades de convivência igualitária, em sociabilidade e

competência profissional, com colegas homens, estes até então únicos detentores do lugar que agora também pertence ao feminino.

Para a sociedade e para a economia a inserção feminina no trabalho formal representou aumento do Produto Interno Bruto (PIB), pois as mulheres fortaleceram a economia com sua produtividade, contribuindo com a balança comercial do país. Esse fator se deve também à escolarização das mulheres que contribui com esse avanço. Em vista disso, para ele, a presença feminina no mercado de trabalho formal significou enriquecimento da sociedade:

A riqueza da sociedade aumentou muito com a presença da mulher no mercado de trabalho, pois ela foi mais um agente de produção. E aumentou a riqueza da sociedade, que cresceu economicamente. O PIB se multiplicou, porque ela foi uma força de produção e, normalmente as mulheres que entraram no mercado de trabalho eram mulheres esclarecidas, grande parte delas com níveis de instrução elevada. Eu acho que a contribuição da mulher foi muito grande pro desenvolvimento do país. (Jonas, 75 anos, professor e bancário aposentado)

Para as famílias, as mudanças se fazem sentir nos relacionamentos conjugais não mais duradouros, consequência também da liberação sexual das mulheres em vista do uso de anticoncepcionais e outros métodos contraceptivos: *Eu acho que a liberalização da mulher, a participação dela no mercado de trabalho e na iniciativa produtiva trouxe uma consequência, o uso do anticoncepcional e de outros métodos anticoncepcionais...* fator que percebeu como desencadeador da desagregação nas famílias, como vaticinado pelo pensamento liberal e anotado por Rago (2007) e cita as diversas configurações familiares que passaram a existir a partir de então:

Me parece que criou uma certa desagregação da família, porque hoje as famílias, mesmo nas pequenas cidades tá acontecendo aquilo “Esses aqui são meus filhos, esses aqui são nossos filhos, esses aqui são teus filhos”, aquela história toda... e o casamento deixou de ser aquele compromisso eterno, perene, né. Então hoje, há muitas reuniões que não tem compromisso de estabilidade nenhuma. (Jonas, 75 anos, professor e bancário aposentado)

Esse fato teria levado os jovens a desajustes que resultam em abuso de drogas ilícitas, por procurarem em casa algo que não mais existe no meio familiar por falta de referências na figura dos pais:

E isso em alguns aspectos tem criado... desajuste pra juventude porque, essa procura do jovem pela droga, pela bebida, pelo sexo, é um indicativo de que eles tão desajustados, eles tão procurando alguma coisa. E esse desajuste parte muito da desagregação da família. A juventude não está encontrando segurança na família. Os pais às vezes tão em conflito e esse conflito atinge em cheio os jovens. Quando nós éramos jovens, adolescentes, o pai e a mãe eram figuras sagradas pra nós, o que eles dissessem era verdade e acabou-se, né. (Jonas, 75 anos, professor e bancário aposentado)

Rago (2007) menciona que teóricos e economistas franceses e ingleses acreditavam que, a partir do momento em que as mulheres saíssem de casa para trabalhar, os laços familiares se fragilizariam, levando a sociedade a se debilitar, sendo preferível que somente aos homens coubesse o trabalho remunerado, eximindo-o totalmente de sua responsabilidade com a educação dos filhos, ao que parece. Nesse contexto, Jonas e Agnes também parecem partilhar dessa forma de significar a educação dos filhos, ou seja, como atribuição restrita às mulheres, numa clara divisão de tarefas no cotidiano familiar, fato que representa continuidade do modelo patriarcal de educação dos filhos, mesmo diante das transformações pelas quais os modelos familiares vem passado, desde meados do século XX.

Antônio descreve o século XX como o século em que as mulheres ocuparam o lugar que lhes era devido, tanto na área social, como empresarial e de administração. Nesta área ele menciona a presidente Dilma Roussef e a história do voto feminino, que data da gestão presidencial de Getúlio Vargas, na década de 1930. Em suas palavras, para um país que se dizia machista houve aproximação entre os sexos, em igualdade de ocupação de lugares em diversas profissões, mesmo naquelas em que historicamente havia domínio masculino.

Casado há cinquenta anos com uma professora, ele reconhece a importância dessa presença em sua vida, condição que o fez reconhecer, respeitar e valorizar a presença feminina na vida dos homens e da sociedade. Entende que a luta pela conquista de seu espaço na vida social e laboral se deve ao movimento feminista. No entanto, enfatiza que o radicalismo feminista do início da busca por direitos igualitários deve ser substituído e continuado por um movimento feminino, agora em busca de igualdade de remuneração em relação ao percebido pelos homens. Como profissional que sempre atuou na área pública, ele acredita que, com a igualdade de

condições entre os sexos, ampliando o espaço de acesso às mulheres, torna-se possível haver melhorias no atendimento à população.

Os benefícios da presença feminina em mais espaços revelam-se no desenvolvimento do país, com trabalho, melhorias na sociedade e no aspecto pessoal. Para ele, o século XX foi de destaque para as mulheres:

Eu vejo um período de destaque para a mulher, principalmente, tomando o seu devido lugar na sociedade. Eu acho que houve até, senão uma igualdade entre os sexos..., mas uma proximidade muito grande. O sexo feminino hoje atua nas diversas áreas, inclusive a social, mas também como empresárias e ajudando no desenvolvimento do próprio país e seu desenvolvimento e realização social. A ocupação do seu devido lugar só trouxe benefício para o país e, como eu disse, realizações pessoais, do próprio sexo feminino. (Antônio, 73 anos, odontólogo e funcionário público aposentado)

Politicamente, a presença das mulheres na administração e na vida pública tem uma história de lutas que foram se consolidando ao longo do século XX e culminaram com a eleição de uma mulher para a presidência do Brasil, exatamente 100 anos depois do início da luta pelo sufrágio, quando da criação do Partido Republicano Feminino, em 1910, direito reconhecido pelo Código Eleitoral de 1932 e inserido na Constituição de 1934, conforme Rodrigues (2001). Antônio diz:

Eu acho até que em cargos importantes há um domínio feminino. A prova é que hoje temos uma Presidente da República. A gente sabe da luta para que a mulher tivesse direito de votar, de escolher seus governantes, seus representantes, que foi uma lei de Getúlio Vargas e nós já temos uma Presidente da República. Quer dizer, não só o direito do voto, mas hoje temos o sexo feminino... governando o país. (Antônio, 73 anos, odontólogo e funcionário público aposentado)

A busca por espaço e direitos iguais na sociedade, além de cidadania, trouxe benefícios de modo geral para o país e para o ser humano: *No início foi uma luta de revolta, uma luta por espaço. E esse espaço foi... adquirido e eu acho que só trouxe benefício de um modo geral para todo o país e para todo o ser humano.* (Antônio, 73 anos, odontólogo e funcionário público aposentado)

Na área do trabalho Antônio menciona o significativo avanço que aconteceu, criando condições antes inadmissíveis em uma sociedade machista, mas vê necessidade de correção quanto à remuneração:

Significou muito, porque nós temos quase que uma igualdade. O país machista deixou de existir. Hoje nós temos empresárias femininas e o machismo, hoje, tá subordinado a esse feminino, coisa que há alguns anos atrás era inadmissível. Ainda acho que, mesmo com todo esse desenvolvimento, tem que haver uma correção, principalmente na valorização financeira do sexo feminino em consideração ao masculino. (Antônio, 73 anos, odontólogo e funcionário público aposentado)

Como Jonas, ele vê a participação das mulheres no cotidiano de trabalho e administração revelou sua capacidade laboral e acrescenta a diferença de salários entre homens e mulheres, fato que torna inaceitável a diferença a menor em termos de remuneração: *A capacidade existe, nós estamos convivendo vinte e quatro horas por dia, trezentos e sessenta dias por ano da mesma maneira. Ela faz igual ou melhor... e porque que tem que ganhar menos?* (Antônio, 73 anos, odontólogo)

As mulheres vieram para ficar, mas para a correção dessa condição injusta é necessário que mantenham sua busca, agora não mais por espaço, este já conquistado, mas por igualdade de remuneração:

Essa é uma realidade que nós temos, que tem que ser corrigida e isso vai depender, mais uma vez, do envolvimento das mulheres. O espaço elas já conquistaram. Agora é preciso manter esse espaço e avançar e isso vai depender do que? Vai depender do próprio movimento feminino: “eu vim pra ficar. Lutei pelo meu lugar e conquistei, e ainda quero conquistar isso, isso, isso e...” (Antônio, 73 anos, odontólogo e funcionário público aposentado)

O espaço conquistado pelas mulheres no trabalho já é algo consolidado e ele percebe o avanço cada vez mais flagrante dessa presença em lugares antes de domínio masculino, como nos transportes e nas forças armadas:

O espaço já está conquistado... várias profissões que eram exclusivas do sexo masculino... a luta feminina... hoje a colocou como motorista de ônibus, de táxi, piloto de avião. Foi [quebrada] uma barreira muito grande receber o sexo feminino no Exército,

na Polícia Militar... Foi uma conquista! Não é isso? Mesmo com essa diferença de remuneração que existe, já há engenheiras, auxiliar de construção, servente assentando tijolo... Quando que se imaginava que uma mulher hoje tivesse trabalhando como operária de construção civil? (Antônio, 73 anos, odontólogo e funcionário público aposentado)

Antônio diferencia bem as conquistas advindas pela luta das mulheres em busca de seus direitos e igualdade do que considera radicalismo feminista. Para ele as conquistas obtidas são resultado de embates legítimos com os poderes instituídos que ignoravam a presença feminina que sempre ocupou lugar na sociedade, como as profissionais da área doméstica:

Eu vejo aí também essa nova lei da empregada doméstica que todo dia tá... mas isso não veio assim de, de “mão beijada” porque o governo achou que devia. É resultado de muita luta. Não tô aí defendendo aquelas radicais, né, que lutam pelo movimento feminista. *Vamo* lutar pelo movimento feminino! (Antônio, 73 anos, odontólogo e funcionário público aposentado)

Sorj (2005) refere que, mesmo após muitos anos do início dos movimentos feministas no Brasil, ainda é notável a resistência quanto à identificação com o feminismo, mesmo por parte de pessoas alinhadas com suas causas, como a igualdade salarial entre homens e mulheres que realizam a mesma função, fim da violência doméstica e igualdade na distribuição de tarefas domésticas, por exemplo. Este, que ela considera o movimento político mais bem sucedido em termos de mudanças de comportamentos do século XX se comparado com outros movimentos como o fascismo, nacionalismo e comunismo, ainda é alvo de preconceitos. Compartilho inteiramente com sua colocação de que, sem pretender tomada de poder, o feminismo desencadeou mudanças que se processaram nas áreas do convencimento e da persuasão que resultaram em divulgação de idéias e mudança de leis, tudo isso sem o uso da força e sem derramamento de sangue. Possivelmente pelo inusitado e inesperado, mas certamente indesejado movimento de acesso aos espaços de dominação masculina que suscitou ameaças e temores em seu meio, mulheres que desafiaram práticas hegemônicas excludentes são associadas com mulheres raivosas, histéricas, conforme o termo “radicais” utilizado pelo entrevistado. Sorj (2005) informa, e é de conhecimento geral, que muitas pessoas iniciam seus discursos afirmando que não são feministas, mas apreciam as conquistas sociais e políticas que o feminismo vem atingindo, reconhecendo os avanços com que esses movimentos têm construído nas práticas sociais, ainda que não suficientes rumo ao igualitarismo que buscam.

Em termos de desenvolvimento sócio econômico e no cotidiano das cidades, a inserção feminina no trabalho formal remunerado contribuiu em todas as áreas, desde o comércio até serviços e saúde:

Eu acho que as cidades, com esse profissionalismo feminino, melhoraram muito. Tanto o comércio como profissionais da área de saúde, de engenharia, só trouxe benefício e desenvolvimento onde elas atuam. Seja na cidade pequena, na média ou na grande... muito importante pra que haja realmente um desenvolvimento socioeconômico em qualquer local desse país. (Antônio, 73 anos, odontólogo e funcionário público aposentado)

A importância da valorização dos seres humanos atuando em comum acordo, homens e mulheres, sem discriminação para a humanização do atendimento ao público e ao desenvolvimento social é enfatizada por Antônio:

Eu acho que isso aí é uma somatória. Olha, eu batalhei sempre de comum acordo, tentando valorizar o ser humano, tentando humanizar o atendimento... Pra mim nunca houve discriminação com relação ao sexo feminino, ao contrário, sempre houve um respeito muito grande. Junto com o sexo feminino há um somatório de esforços, sem haver discriminação, aqui ninguém é melhor do que ninguém e ninguém é pior do que ninguém. Aqui é uma somatória da capacidade profissional de cada um... a somatória de esforços é que nós vamos chegar ao objetivo que é: o melhor atendimento à comunidade... (Antônio, 73 anos, odontólogo e funcionário público aposentado)

Antônio atribui à convivência com sua esposa e ao relacionamento de respeito, admiração e troca com ela como pessoa e como profissional, um aspecto que o fez constituir sentido de igualdade entre os sexos, entre as pessoas. Com isso percebeu que foi possível sua constituição como sujeito, como profissional:

Eu sempre digo, eu sou casado com uma professora e... quando eu falo no magistério, eu tenho o maior respeito, né? E tudo que se investe no magistério não é gasto, é investimento. Então, eu sempre tive uma mulher ao meu lado, nem à frente nem atrás, sempre ao meu lado, me orientando, me aconselhando, me atendendo... e... temos uma convivência muito boa, graças a Deus, e como eu digo, estou casado com a mesma mulher há cinquenta anos. Ela me trouxe muitas alegrias, me deu dois filhos e assim por diante. E isso, a minha vivência familiar, fez com que eu tivesse uma vivência profissional. (Antônio, 73 anos, odontólogo e funcionário público aposentado)

Antônio, quando diferencia o radicalismo de algumas formas de manifestação feminista e enfatiza a importância da inclusão e parceria entre mulheres e homens para melhorias no atendimento ao público, em particular e melhorias para a sociedade em geral, revela em seu depoimento a busca da concretização da visibilidade dos direitos humanos estendidos às mulheres. Para ele trata-se de um direito que prescinde de manifestações extremadas. O sentido que atribui à presença feminina em todos os âmbitos sociais, culturais, é de viabilização de igualdade entre os seres humanos, objetivo primeiro dos movimentos feministas que reverteria em visibilidade feminina em termos igualitários à masculina, nas esferas familiar, social, econômica e nas relações de trabalho. A partir dessa premissa, como diz Vygotsky (2004) haveria a possibilidade de mudança na constituição subjetiva humana que viria da desconstrução da ordem capitalista e suas formas de organização e produção, bem como das formas de vida laboral, social e espiritual por elas produzidas. Essa desconstrução faria ruir as forças de opressão que escravizam o sujeito e interferem em sua liberdade. Da mesma forma, Morin (2010) propõe que somente o encaminhamento humano para uma sociedade planetária, na qual todos contribuiriam com todos, traria a libertação, a igualdade, a realização dos ideais preconizados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>28</sup> que Antônio, em seu depoimento faz vislumbrar ao incluir mulheres e homens em patamar de igualdade para a consecução de melhores relações sociais e de trabalho.

A contribuição de Antônio visibiliza um aspecto prospectivo de ruptura, mas permanece vinculado ao arbitrário cultural (Fonseca, 2000) e imaginário social (Abramo, 2007) que vincula a função atribuída, sobretudo às mulheres, quanto ao cuidado com o outro. Ao mencionar a esposa como aquela que sempre o *cuidou* e *aconselhou*, Antônio remete à imagem de mediadora atribuída às mulheres que executam tarefas ligadas tanto ao público como ao privado, indicando práticas reproduzidas em instituições sociais, como família, escola e fábrica, que constituem um conjunto educativo solidário que consolida a dominação de classes e gêneros. Este forte signo naturalizante quanto à função atribuída às mulheres indica um fator de permanência das associações do patriarcado com as premissas liberais que dicotomizam e hierarquizam lugares ainda em tempos de pretensa pós modernidade.

Os relatos de cada participante da pesquisa revelam que, ao experienciarem a abertura social e cultural para a presença das mulheres para além dos espaços domésticos propiciada a partir da modernidade, sensações e percepções de estranhamento ocorreram. Estas, quando vivenciadas no âmbito pessoal, como no caso das mulheres, se deram por necessidade, descoberta, mas não pareceram terem se dado conta do fato em suas vidas, mas sim quando viram o fato revelado no social, na percepção da presença de outras mulheres em meio antes não ocupados por elas.

As entrevistadas e entrevistados referem a escolarização com propulsora para a inserção feminina no mercado de trabalho. Em nível pessoal, Agnes viu-se livre para escolher não casar, situação dada pela autonomia financeira que o trabalho lhe proporcionou. Para a sociedade o trabalho formal remunerado teria tirado as mulheres da condição de *peso morto* por não produzirem para o capital.

Sofia, escolarizada, ingressou em sua vida profissional e achou esse movimento naturalmente inevitável, pois, segundo ela, era o que deveria fazer, como estava já acontecendo em nível social aos poucos, inicialmente, mas que passou a abranger mais amplamente a vida das mulheres de sua condição social, cultural e econômica.

Para Viviane a saída das mulheres para o mercado de trabalho foi vivenciada com interesse e significou melhores possibilidades de educação aos filhos, bem como de refinamento quanto ao trato social, resultando em melhorias para a sociedade. Sua contribuição revela sentido de articulação entre o público e o privado, esferas complementares em termos de práticos e dialéticos, sendo, no entanto, o âmbito privado um aspecto do qual as mulheres não podem abrir mão, por ser, segundo ela, seu papel como pessoal e como ser social.

Quanto aos homens, dois sentidos se evidenciaram. Para Jonas, a mudança no ambiente social de seu local de trabalho, inaugurando um novo modelo estético nas relações de trabalho, além da associação entre trabalho remunerado com escolarização. O termo estético aqui colocado refere-se ao sentido sublimatório de formas inferiores de energia, apontado por Vigotski (2003) e revela a criação de modos de relação com notas de admiração e afetividade, respeito mútuo, despertar de aspectos subjetivos nunca antes, segundo a percepção de Jonas, praticados em ambientes de trabalho com predomínio masculino. Antônio atribui à convivência com a esposa o que supõem ser ampla aceitação da presença feminina em todos os âmbitos, na mesma proporção que a masculina, revertendo em benefício social para todos.

<sup>28</sup>Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/textos/integra.htm>. Acesso em março de 2012.

Jonas e Antônio trazem subjetivados o arbitrário cultural (Fonseca, 2000) e o imaginário social (Abramo, 2007) que associam compulsoriamente mulheres à esfera privada, cuidados e orientação não só aos filhos, mas como papel social do qual não a descolam. O reconhecimento delas como seres produtivos que sempre foram, passa a ser reconhecido com sua inserção no mercado formal de trabalho. Entretanto, a colocação de advérbios condicionantes e exclamações, apontam para o estranhamento diante da presença feminina em muitos setores produtivos na sociedade e cultura contemporâneas. Esta realidade, no entanto, longe de significar ruptura em práticas excludentes e hierarquizantes, revela ainda um degraú não aplainado no terreno das práticas sociais que ainda tem muito que avançar em direção ao igualitarismo.

#### 4.5 Sentidos atribuídos ao trabalho formal remunerado realizado por mulheres - Permanências e rupturas

Os sentidos atribuídos ao trabalho formal remunerado realizado por mulheres que se intensificou ao longo do século XX, na visão das entrevistadas e dos entrevistados abrangem diversos aspectos, com ênfases diferenciadas.

O aspecto familiar foi mencionado e nas falas evidencia-se que, com a saída de casa para o trabalho, as mulheres estariam fragilizando uma função a elas atribuída historicamente, a de ser a principal responsável pela educação dos filhos. Seria devido à sua saída para o mercado de trabalho que a família estaria passando dificuldades estruturais e relacionais e, com isso, fragilizando as referências aos jovens. Este é o caso de Jonas, que pauta seu depoimento nas prescrições do pensamento liberal, apontadas por Gaspari (2005) e Rago (2007), nas quais às mulheres cabia o lugar de educadoras, tanto para a vida familiar como para a garantia da formação de cidadãos que preservariam as bases e o bem da sociedade. Se as mulheres não tinham o reconhecimento de sua potencialidade para contribuir com a sociedade no aspecto laboral e econômico, por outro lado, sua importância era reconhecida como agente de manutenção e melhorias sociais, desde que permanecessem no lugar em que o patriarcalismo as colocava. Nesse contexto, fica a pergunta: seria reconhecimento de sua contribuição como sujeito social ou mais um dos obstáculos eufemicamente colocados para a preservação da hegemonia masculina, como apresentado por Rago (2007) a fim de mante-las distantes dos espaços por eles ocupados, quando sobretudo a elas é atribuída a função educativa?

Economicamente, a presença feminina no mercado formal de trabalho a tornou ativa, produtiva e passou a contribuir com a sociedade de uma forma que a tirou da posição de *peso morto*, conforme afirmou Agnes, cujo valor do trabalho é sentido eminentemente como gerador de renda, desqualificando e invisibilizando o trabalho doméstico (Abramo, 2007) e a produção de alimentos para subsistência, historicamente destinado às mulheres. Jonas verbaliza que a força feminina veio a contribuir aumentando o PIB e colocando-a paritariamente em relação à força de trabalho masculino, mas o sentido atribuído à presença feminina é marcada pela surpresa, apreciada, mas estranhada de quem não a via como pertencente ao meio laboral remunerado.

Indicativo de mudança de sentido atribuído à participação feminina no mercado de trabalho verificou-se quando os entrevistados e entrevistadas referiram espontaneamente ao aspecto remuneração, consequência da atividade produtiva nos moldes capitalistas, marcados pela exploração de mão de obra. De modo crítico, mas de alguma forma resignado, Viviane aborda o assunto em sua experiência pessoal, relatando a inferioridade em termos de autonomia e gestão de recursos em seu trabalho. Agnes o faz como evidência de uma realidade social da qual não participa, pois sua remuneração não é típica para a maioria das mulheres ativas profissionalmente e, muito menos para as aposentadas, como ela que se considera muito bem remunerada. Antônio refere a diferença a menor da remuneração às mulheres com evidente crítica e indignação por não ver nenhum motivo para essa prática discriminativa, uma vez que a produtividade é mesma.

Com isso percebe-se que a convivência com a presença feminina no mercado de trabalho está sendo assimilada e transformada em uma prática social e cultural que, subjetivada, converte-se em pessoal, tornando inadmissível para os sujeitos essa diferenciação, como foi percebido no tom crítico e de questionamento de suas falas. Na relação dialética que envolve os processos de objetivação e subjetivação me parece de importância a identificação desse tom impresso nas falas, por entender que o estranhamento por ele revelado, visibiliza a perda de potência de uma prática discriminativa que historicamente vem renovando forças por sucessivos meios de obstaculização à presença igualitária de mulheres no meio produtivo, mas que, ao discriminar trabalhadoras, também passa a gerar desconforto na sociedade, reduzindo a ampla aceitação dessa prática capitalista excludente.

Profissionalmente as mulheres vêm contribuindo, como sempre contribuíram na construção da sociedade, agora, no entanto, em outras modalidades de participação. Desde os tempos de maior força do campesinato, nos quais a vida laboral não incluía a divisão entre espaços privados e públicos e tão fortemente a divisão sexual do trabalho, ou seja, quando o grupo familiar formava um só bloco de trabalho, os sentidos atribuídos à sua presença no trabalho foi sendo modificada. Com a industrialização e a escolarização as formas de capacitação foram sendo construídas de formas diferenciadas e mais, exigidas em vista da complexificação de que esse processo foi se revestindo. Assim, a profissionalização das mulheres intensificada a partir do declínio do campesinato e passagem crescente para a industrialização foi se processando tendo na escolarização recebido impulso, redirecionando

modos de vida, tanto no aspecto pessoal, como no social, cultural e econômico. No entanto, mais do que sua capacitação para trabalhos específicos e diversos, o que se evidencia são também as características e as formas de inserção por elas praticadas. A literatura especializada aponta, como visto em Costa (2006) e Abramo (2007), a de formas de trabalhar inscrita nos ambientes de trabalho pelas mulheres que, capacitadas e inseridas no meio produtivo, não fazem desse meio seu único espaço de realização pessoal. Por um lado essa reinvenção aponta para direcionamentos mais inteligentes e de melhor distribuição de tempo destinado à vivência nas variadas esferas de atividade e importância da vida, reais indicadores de progresso e evolução humana, conforme apontam Morin (2010), Vygotsky (2004) e Antunes (2009). Nesse contexto, ousou sugerir, que essa é uma prática que não agrada ao capital, pois ao não priorizá-lo, grave pecado cometido pela forma feminina de distribuir seu tempo de vida, resulta no castigo da secundarização que prevalece na persistente prática de remunerá-las a menor.

Socialmente, a presença feminina no mundo produtivo, segundo as mulheres e homens entrevistados, teria estetizado as relações não só no trabalho, mas com ampla repercussão nas relações sociais, propiciando mais civilidade nos ambientes onde se inseriram como apontam Perrelli (2005) e Lombardi (2009). Jonas enfatiza esse aspecto em seu relato por entender que, a partir dessa inserção, a sociedade ganhou, pois portas foram sendo abertas por e para essa presença, uma vez que saíram do espaço privado e passaram a circular em meios sociais prioritariamente masculinos até então. Esta mudança, ainda que para ele, Jonas, tenha sentido que relaciona o papel de mediação entre aspectos subjetivos e produtivos já discutidos neste texto, na prática, abre espaço para a visibilização das mulheres como sujeitos em contextos mais amplos, libertando-as dos modelos tradicionalmente a ela prescritos pelo patriarcalismo.

Outro aspecto da estetização e avanço social se vê na fala de Viviane. Para ela, a escolarização feminina significou fator de mediação que propiciou melhores condições para a educação dos filhos, o que repercutiria qualitativamente para sua constituição como sujeitos e, conseqüente e dialeticamente, para a construção da cidadania e de uma sociedade melhor. Esta, melhor educada, como um todo, abre espaço para avanços em direção ao acesso a condições de igualdade, vindo a romper com a lógica excludente de "proteger" (ou obstaculizar!) as mulheres mantendo-as no espaço doméstico, a fim de evitar que sofressem ataques físicos e psicológicos em uma sociedade que a via, por um lado, como objeto de opressão e por outro, como ameaça a costumes e modos de vida pautados no patriarcalismo, conforme Rago (2007). Assim, a importância de sua inserção no mercado formal de trabalho e, portanto, para além do espaço privado, começa a visibilizá-las como sujeitos e, com isso, a humanizar e civilizar as relações, como visto em Vigotski (2003), quando aponta a sublimação de energias inferiores, neste caso, de opressão e ameaças, em formas socializadas de relacionamento, bem como impulsionar a desconstrução dos modos capitalistas de produção que oprimem, exploram, sequestram sujeitos de suas vidas (Vygotsky, 2004).

No aspecto pessoal, como fator de constituição do sujeito, os sentidos atribuídos à inserção das mulheres no mercado formal de trabalho foram de descoberta de potenciais e construção de autonomia para as mulheres. Agnes e Sofia viram na profissionalização feminina uma saída para situações de opressão, por submissão ao provedor, sem o qual não haveria meio de sobrevivência, no caso de Agnes e por exploração monetária, no caso de Sofia, que viu em situações familiares próximas esse tipo de violência. Para Viviane, o sentido foi de contribuição com a melhoria na execução de tarefas significadas como função feminina. Nos três casos, a emancipação feminina tem o sentido de libertação e expansão, ainda que Viviane relate a importância do não afastamento feminino de suas funções domésticas.

Para os depoentes, o sentido foi de revelação de capacidade de trabalho e competência profissional significadas como insuficientes ou inexistentes nas mulheres até então, fato que os leva, como já dito, a não aceitarem a diferença salarial praticada entre homens e mulheres. Esse aspecto foi enfatizado por Antônio e, segundo ele, representa o foco principal da continuidade de um movimento que ele denomina de feminino em contraposição aos movimentos feministas. Para ele, as mulheres chegaram para ficar no mercado formal de trabalho e sua competência já está comprovada, sendo agora necessária a busca de igualdade de salários em relação à remuneração aos homens.

Aqui torna-se evidente a diferença de percepção entre mulheres e homens. Aquelas não colocaram a questão da competência e da capacidade na discussão, parecendo significar que nunca questionaram essa dimensão. Quanto a estes, o desempenho profissional feminino teria sido uma revelação de algo desconhecido. Esse sentido parece estar relacionado com a sistemática e constante obstaculização (Rago, 2007) ao acesso feminino aos espaços de predominância masculina que tornou-se *naturalizada* no imaginário social e arbitrário cultural de que falam Fonseca (2000), Costa (2006) e Abramo (2007) ao atribuir às mulheres características de subjetividade incompatíveis com a esfera produtiva de trabalho, além das questões domésticas que as impediriam de escolher ou circular entre família, maternidade e carreira.

No entanto, o avanço permitido ou não, facilitado ou não das mulheres ao trabalho formal foi de tal modo se evidenciando ao longo da história que não se pode mais ignorá-lo. Nesse contexto, resta converter em pessoal essa prática social que, se não ocorrer por flexibilidade, como diz Rolnik (1997), poderá ocorrer pela força dos acontecimentos que impoem o confronto com o novo e estranho, forçando as subjetividades a reconfigurar suas vivências em novos sentidos, compatibilizando-os com a realidade social e histórica de cada sujeito.

A visibilidade feminina em termos de profissionalização e emancipação colocou as mulheres também na esfera de representação política. Como em outros contextos, sua chegada foi numericamente ínfima, mas sempre



presente. Da participação política por herança ou viuvez, como verificado em alguns países, como Índia, Paquistão, Argentina, outras mulheres o fizeram por carreira política, como as Primeiras Ministras de Israel, Islândia, Noruega, Grã-Bretanha, Lituânia, França e Japão (Hobsbawm, 2008). Relatório de Grossi e Miguel (2001) mostram a participação política das mulheres no Brasil, amplo cenário que culminou com a presença de uma mulher na Presidência da República, fato bastante enfatizado na fala das entrevistadas e entrevistados desta pesquisa.

Para as entrevistadas essa presença tem sentido de redenção e igualdade e, como os homens, as mulheres estão capacitadas para ocupar este e qualquer tipo de função. Na visão das entrevistadas e dos entrevistados, o fato foi mencionado com tom de reconhecimento, ainda que críticas tenham sido tecidas em relação ao sistema de governo que a colocou para governar o Brasil. O fato é sentido como consequência da presença feminina em outras esferas da vida social e pública.

Uma presença feminina na Presidência da República brasileira, assim como a menor remuneração do trabalho realizado por mulheres foi marcada pelo tom de respeito e sentido de novidade, surpresa, revelando reconhecimento e evidente consolidação da presença feminina em todas as esferas de ação humana. Essa realidade inofismável que se imprime no imaginário social, se não por concordância ou aceitação da mesma, como imposição que se dá pela força dos acontecimentos (Rolnik, 1997), ou seja, de prática social vai convertendo-se em sentido pessoal (Vigotski, 2001) no espaço subjetivo e no cotidiano das sociedades. Assim, ao longo da história, rompendo obstáculos e realizando conquistas, caminha-se para a construção de uma sociedade igualitária que, com avanços e retrocessos, construções e desconstruções, vão criando as condições para a configuração das possibilidades de práticas igualitárias em todas as esferas da sociedade.

Na gênese da constituição dos sujeitos estão as práticas sociais de um momento histórico que se visibiliza e consolida por meio das atividades por eles realizadas, produzindo cultura. Com o declínio do campesinato e a industrialização, com a intensificação da escolarização superior que se estendeu a mulheres e homens, complexificando as formas de capacitação e acesso ao trabalho, surgem as condições para a inserção maciça das mulheres no mercado formal de trabalho. Com essa presença, rupturas e descontinuidades nas relações sociais e de trabalho tornam-se parte da cultura do século XX e início do século XXI, como a estetização nas relações e reconhecimento da competência feminina para o mundo produtivo. Contudo, desta mesma cultura e deste mesmo período histórico ainda fazem parte práticas excludentes, como a mencionada nos depoimentos em termos de remuneração, forma de violência que se não destrói, mantém a diferença e reporta à necessidade da permanência na busca feminina por igualdade de direitos. Não se pode omitir aqui a contundente fala de Sofia que aponta para as formas mais violentas de exclusão e exploração de mulheres, que continua se praticando, triste e deslocada permanência numa trajetória de tantas conquistas. Nesse contexto duas questões se abrem: para o trabalho formal, o reconhecimento da participação feminina vai se consolidando e mediando possibilidades para avanços nas relações de trabalho e sociais. As mulheres, como disse Agnes não mais precisam de um provedor masculino para sua sobrevivência, sua escolarização lhe propiciaria condições de defesa e poder em termos de inserção social e cultural, além, obviamente da já discutida inserção no trabalho remunerado. As mulheres vieram para ficar, disse Antônio; são tão competentes para o trabalho como os homens, disse Jonas, melhorou como mãe e como sujeito social, disse Viviane.

Vigotski (2001) postula que os signos que transitam em um espaço social e cultural mediam semioticamente os sentidos que passarão a fazer parte do universo intrapsíquico dos sujeitos desse espaço, convertendo em pessoal o que era social, externo. Sendo assim, em um período histórico de tantas transformações, “em que tudo que é sólido desmancha no ar” (Marx & Engels, 2001 e Berman, 2007) que signos estariam mediando e criando significados de secundarização das trabalhadoras e trazendo ao espaço das relações cenas de violência?

Este parece ser um aspecto desafiante para o período histórico que se segue, pois ainda que rupturas importantes em termos de práticas sociais excludentes venham acontecendo, permanências de fortes signos mediadores de práticas desqualificantes e violentas ainda estão presentes e tornam explícito que a busca de soluções e crescimento em direção à consolidação dos direitos humanos ainda necessita de toda nossa atenção.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS – OUTROS SENTIDOS

Os acontecimentos que modificaram o cenário social, político, econômico e cultural do século XX foram ocorrendo e não era possível prever seus resultados. Da relação do homem com a natureza a fim de tirar dela seu sustento, transformando-a e sendo por ela transformado (Marx & Engels, 2007) até o surgimento do trabalho imaterial discutido por Antunes (2009), que tem sua base na concepção intelectual e científica para a provisão de necessidades humanas mais sofisticadas, o estranhamento inicial passa pelo mesmo processo dialético que resultará em significados partilhados e sentidos pessoais e singulares para os cidadãos que deles participam. Os fatos foram sendo desencadeados à medida que demandas de sobrevivência e direcionadas ao progresso e facilitação dessa demanda foram se tornando mais e mais sofisticados.

Marx e Engels (2001, 2007), Berman (2007), Hobsbawm (2008) e Morin (2010) problematizam essa realidade de mudanças sociais e culturais, revelando que a perplexidade, mas também a aceitação vivida pelos cidadãos do mundo a partir da modernidade foram significadas tendo em vista o caráter contraditório dessas modificações, ou seja, o de destruição de padrões de vida até então estabelecidos e reguladores das relações familiares e sociais. Estas, que se pautavam em acordos tácitos e reguladores da ordem social, foram sendo desconstruídas com a força da modernidade e seus movimentos sociais e políticos, mas ao serem assimilados, construíram novos significados e desencadearam modificações culturais. Ao mesmo tempo em que trouxeram perdas, ganhos e benefícios foram se construindo e sendo reconhecidos, colocando os sujeitos diante da evidência de sua importância, mesmo sentindo-se alijando-se de valores e práticas por muito tempo presentes em suas vidas. A cada inovação, uma perda, mas também um ganho a ser convertido em mediação para a criação de sentidos que os constituem como sujeitos alinhados com as práticas sociais de seu tempo.

Obviamente, as/os depoentes e seus contemporâneos se constituíram a partir da inserção das mulheres no mercado formal de trabalho, mas também a partir das condições que precederam e permearam essa inserção, como o declínio do campesinato, a crescente industrialização e o incremento da escolarização em todos os níveis. Nessa esteira foram identificados aspectos importantes da construção de novos sentidos e mudanças, mas também de permanências de significados anteriormente presentes.

Ao dar início à elaboração do instrumento de coleta de informações e incluir entre as mudanças sociais o fim do campesinato, a industrialização e escolarização superior, não avalei o alcance desses movimentos sociais e históricos no processo de objetivação e subjetivação das pessoas entrevistadas. Nesse aspecto foi verificado que, desde o início da história humana a relação dos homens e mulheres com a terra e a produção de alimentos foi muito próxima e entrelaçada e a ruptura nessa relação ainda repercute em seu imaginário, como visto em seus depoimentos. Dessa forma, o rompimento dessa relação foi subjetivado como perda, ainda não inteiramente assimilada e ressignificada. Com isso, a força do campesinato somada com a constatação da necessidade de cuidar da sustentabilidade do planeta, promove mudanças na relação de mulheres e homens com a terra e a faz reviver essa relação identitária que mantém o sujeito contemporâneo ligado às suas origens. A continuidade e reativação dessa força se vêem no incremento da produção de alimentos orgânicos e na reaproximação de cidadãs e cidadãos urbanos com os feirantes, em geral, produtores provenientes do meio rural pela agricultura familiar, em flagrante reativação de uma prática da qual os sujeitos não se distanciaram inteiramente.

Ao construir a fundamentação teórica deste trabalho, acreditei estar, minimamente, instrumentada para a análise das informações prestadas pelos depoentes. No entanto, esta mostrou-se insuficiente, pois as bases teóricas ali apresentadas não deram conta de abranger sentidos não vislumbrados quando da elaboração do referencial teórico e do instrumento de coleta de informações. Com isso foi necessária nova e instigante busca de novos referenciais, pois as respostas das entrevistadas e dos entrevistados ao serem analisadas remetiam a questões que transcendiam essa base teórica, evidenciando a amplitude que os relatos revelam em termos de reelaborações e criações relacionadas com sua constituição como sujeitos sociais. Deparei-me com essa questão em vários momentos, mas, sobretudo, quanto ao sentido de estranhamento e perda de contato com os meios de produção de alimentos decorrentes do declínio do campesinato. Este significou o ponto de maior impacto nos relatos dos depoentes, mais do que a entrada em massa das mulheres para o mercado formal de trabalho. Essa inserção, no entanto, adentrou o imaginário e passou a fazer parte dos modos de vida e práticas sociais de um modo sutil, mas pregnante. Seja como força de trabalho da qual não se pode mais prescindir, seja com seu modo de agir e de relacionar-se nos meios laborais, a presença feminina faz parte do cenário produtivo e nele produz mais do que reforços ao capital. Ela produz também sentidos, novas formas de contribuir com a esfera produtiva e continua a exercer as funções que sempre exerceu.

As novas formas de contribuir foram bem enfatizadas na pesquisa quanto à civilidade e estética nas relações de trabalho, mas não houve menção explícita às condições precárias de trabalho discutidas a partir dos conceitos de imaginário social (Abramo, 2007) e do arbitrário cultural (Fonseca, 2000). Assim, a presença feminina estetiza e produz humanização em um meio que não privilegiava essa dimensão humanizante. Se a dominação dos meios tradicionais de produção não conseguiu manter as mulheres distantes do mundo produtivo, no entanto, a obstaculização permanece ainda como menor remuneração, entre outras decorrentes da precarização das condições de trabalho que se pratica em muitos meios laborais. A desconstrução dessa permanência, na visão

dos depoentes, deverá compor a continuidade da luta feminina por seus direitos à justa remuneração.

Também a escolarização superior foi significada pelos depoentes como signo mediador que constituiria sujeitos e os capacitaria a identificarem-se e alinharem-se com os novos tempos. Do campo à industrialização, esfera desconhecida e ao mesmo tempo avassaladora, foram sendo constituídos sujeitos, modos de vida e práticas sociais, sempre tendo os meios de produção, o trabalho, como mediadores nesse processo. Assim o investimento na escolarização tornou-se um modo de colocar as famílias, por meio de um ou mais de seus membros, na esteira da vida urbana e escolarizada, fator significado como melhoria pelas entrevistadas e entrevistados, preparando seus filhos e filhas para a vida social, cultural e econômica que o campesinato não proporcionava. O trabalho intelectual, abstrato vai se revelando como instância de acesso igualitário para homens e mulheres que podem escolarizar-se, pois o trabalho intelectual, a escolarização é acessível ao sujeito humano, independente de seu sexo. O limite seria educacional, ou seja, mulheres dentro de casa e homens fora e, quando no trabalho remunerado, segundo lhes é atribuído, as mulheres reproduziriam o que fazem como gestoras do capital simbólico em âmbito familiar. O limite à sua presença, assim, seria cultural. Com acesso limitado e secundarizadas no trabalho, em seu processo de expansão, as mulheres foram se encaminhando para a escolarização. Esta lhes deu possibilidades até então desconhecidas, o que veio a fragilizar os pilares da divisão sexual do trabalho, de primazia masculina, que teve sua construção histórica em outras bases de relação, ou seja, na relação com natureza da qual tiravam seu sustento. Com a força feminina avançando tornou-se necessária a colocação de obstáculos à sua chegada, a fim de manter a hegemonia masculina, como visto na fundamentação teórica e na discussão dos resultados da pesquisa.

Nesse contexto de enfrentamento e obstaculização se criaram as condições e possibilidades para a inserção das mulheres no mercado formal de trabalho, com a força de sua capacitação e também pela necessidade de sustento pessoal e dos filhos que, cada vez mais, se faz presente pela desconfiguração dos modelos familiares patriarcais que dotavam o homem como único provedor da família. Este signo ainda está presente nas mediações de trabalho que, alinhado com o modelo social e cultural cunhado pelos modos capitalistas de produção, faz resistência à presença feminina, agora com a prática discriminativa e excludente de lhe conferir menor remuneração, já que não há como mante-la inteiramente distante de seus domínios.

Aqui surge um questionamento que também poderia ser problematizado em outra pesquisa: qual o sentido da remuneração a menor percebido pelas mulheres em sua própria visão? Como as mulheres significam essa realidade uma vez que ainda parecem subjetivar-se como secundarizadas por meio de práticas educacionais, como afirma Saffioti (2001)? O signo que as mantém nessa posição, ou seja, a aceitação da dominação ao ponto de os números continuarem a mostrar a face da pobreza como feminina e negra, estatística após estatística, conforme disse a presidente Dilma após o resultado do censo de 2010? Que signos estariam mediando essa permanência que se visibiliza nas práticas sociais e nas relações de trabalho no imaginário das próprias mulheres?

Outra questão seria: o modelo feminino que reinventa de modos de inserção no trabalho traria em seu bojo os primórdios na nova ordem vislumbrada por Vygotsky (2004), Antunes (2009) e Morin (2010), com práticas que contemplam mais ampla distribuição de tempo e interesses mais diversificados dos que o exigido pelo capital? O mencionado modelo parece ser resultante de um aprendizado que as constituiu em sua histórica e ancestral convivência com a opressão e a invisibilidade. Essas formas secundarizadas de relação com o trabalho parecem ter sido objetivadas e subjetivadas ao longo da história humana e estariam compondo práticas sociais criativas, diferenciadas do modelo masculino de relação quase exclusiva com o trabalho, pela sua própria forma de constituição, na qual circula por espaços mais amplos.

O modelo e domínio masculinos e seu modo de operar servem ao capital e embasam a permanência de práticas excludentes nas relações de gênero no trabalho. Por outro lado, a modernidade vê surgir um modelo feminino ou a invenção das formas de trabalhar visibilizadas nas mulheres, com a inclusão de aspectos de civilidade e humanizadores para as relações de trabalho, além do trânsito em outros meios da existência. A estetização nessas relações e suas reverberações na sociedade, a flexibilidade com que distribuem o tempo destinado ao trabalho remunerado, até porque trabalhos não remunerados a esperam em casa, prática e sentido este que também permanece, seria o prenúncio da nova ordem social e cultural? Desta falam Vygotsky (2004), com a desconstrução dos modelos de opressão implantados pelo capital que abriria espaço para uma nova forma de sociabilidade e Antunes (2009) com a redução da jornada de trabalho para que todos trabalhem e todos tenham tempo para realizarem outras atividades mais humanizantes. Também dessa nova sociedade falam Morin (2010) com seu conceito de sociedade planetária, mediadora de crescimento igualitário a todos e Hobsbawm (2011) que prevê a necessidade de revisão do modelo capitalista em crise desde 2008. Segundo ele, o próprio capital, âncora da permanência de práticas excludentes nas relações de gênero de trabalho, estariam interessados em visitar Marx a fim de inspirar-se em suas premissas, pois o fantasma da falência os está rondando. Seriam as propostas desses autores prenúncios para os encaminhamentos viáveis na construção de formas de relacionamento de trabalho e entre gêneros do século XXI? Nesse processo de construção seriam os modos femininos de relação com o trabalho e com outras esferas da vida sendo prenúncios dessa nova ordem? Nesse contexto, pergunto se há realmente exclusão feminina ou se às próprias mulheres não interessa a inclusão em um sistema que desumaniza?

Muito se parece a forma com que as mulheres se relacionam com suas atividades profissionais com o que propõem esses autores e com os quais concordo, revelando aqui minha satisfação ao descobri-los usando essa linguagem, com sentidos de consideração das possibilidades de criação de novas formas de relação com o trabalho. Estas formas viriam a romper com o absolutismo do capital que ceifa liberdades em nome do império do trabalho que para ele produz e o fortalece. Se o trabalho é pregnante na constituição e hominização do sujeito, o capital o desumaniza e modos mais equilibrados de se relacionar com o trabalho em termos de dedicação de tempo e importância, como o praticado por mulheres, seriam signos que mediarão a construção de práticas que as incluiriam e incluiriam vida ao mercado formal de trabalho. Novos sentidos ao trabalho realizado por mulheres são revelados nos relatos das entrevistadas e entrevistados, ou seja, aceitação de sua presença, mas de indignação com a diferença salarial. Estes sentidos presentes na linguagem de sujeitos sociais que não mais aceitam passivamente as discriminações quanto à presença feminina no mercado de trabalho, tem direcionamento proativo, ou seja, a não aceitação e indignação poderão tornarem-se signos mediadores de novas práticas sociais e reformulações nas relações de trabalho e formas de produção. Relações de trabalho mais justas constituiriam sujeitos humanizados e engajados com o a construção do igualitarismo incessantemente buscado e que está na base do movimento das sociedades em busca de dignidade. Estas, por muito tempo, acreditaram estar na produção de bens e serviços para o bem social os fundamentos para a construção de uma sociedade melhor, mas vê romper-se essa crença quando assiste à ruína do sistema que os expropriou e constituiu trabalhadores e trabalhadoras coniventes ou impotentes diante da exploração de sua mão de obra. Nessa lógica, a luta por direitos que são de todos e que, por si só, deveriam ser prerrogativas básicas, continua e conta, mais do que nunca, com a participação feminina que imprime na prática laboral a reinvenção de formas de relação com o trabalho que poderão vir a ser mediadoras de transformações que, se não interessam ao capital, interessam a quem o alimenta.

Em relação ao recorte de interesse para a escolha de sujeitos desta pesquisa, a escolaridade superior dos sujeitos, não fica claro que as possíveis leituras que supostamente tenham feito contribuíram de forma específica para sua constituição como sujeitos diante de tão abrangentes e fundantes mudanças pelas quais passaram. Não foi possível caracterizar se o conhecimento formal a que tiveram acesso e os constituiu teria mediado a construção de sentidos atribuídos ao trabalho realizado por mulheres. As falas dos sujeitos, muito semelhantes às apresentadas por Hobsbawm (2008), parecem referir-se aos acontecimentos que foram fazendo parte de suas vidas como sujeitos sociais de um tempo de mudanças rápidas e abrangentes. Mesmo assim como sujeitos escolarizados, sua forma de subjetivar traria em si a gênese do que os fez converter em intrapsíquica a realidade social de mudanças no trabalho em sentidos de reconhecimento da presença feminina no mercado formal de trabalho como uma realidade que, semelhante a outras mudanças sociais sobre as quais relataram, foi assimilada. Esta assimilação teria se dado, se não por aceitação, pela força de sua existência como prática social que, pela contribuição que trazem à sociedade nos aspectos social, profissional, econômico, cultural, foram transformadas em sentido pessoal.

Em termos do estudo realizado para a construção da tese, três aspectos destacaram-se para a compreensão e novos questionamentos das relações de gênero no trabalho. O primeiro refere-se à permanência de práticas excludentes (ou que não interessam ao modo humanizante de trabalhar impresso pela inserção feminina no mercado de trabalho) como produto do sistema capitalista, herdeiro e mantenedor do patriarcado. O segundo refere-se à evidência de que a reinvenção, termo utilizado por Abramo (2009), de formas de trabalhar que não excluem outras esferas de ação humana, surge como força propulsora de vida pelo uso equitativo do tempo que, retroalimenta essas formas humanizadoras de produção. Esta não redundaria no processo compulsório de progresso e retrocesso apontado por Morin (2010), mas em evolução social para a sociedade planetária. O terceiro aspecto que destaco vem em forma de novo e maior questionamento sobre se há o desejo feminino pela inclusão em um sistema que desumaniza e pelo qual paga o preço da secundarização. Assim, questiono se é a hegemonia masculina que exclui as mulheres de seus domínios ou se elas é que não aceitam incluir-se em um modelo fragmentário que já dá mostras claras de sua falência. Este pode vir a ser problema para nova pesquisa.

Finalizando, a realização da pesquisa propiciou o contato com sujeitos que foram protagonistas de um período histórico de grandes e pregnantes mudanças e com sua contribuição foi possível verificar os sentidos que atribuem à crescente presença feminina que se deu a partir de meados do século XX, revelando claras rupturas no modo de significar esta presença. A tese inicial que formulei sobre a invisibilidade das mulheres como trabalhadoras identificada nas respostas dos entrevistados e entrevistadas em minha pesquisa de mestrado revelou que houve mudança nessa forma de significar e enfraquecimento nessa afirmação, ou seja, as mulheres tornaram-se visíveis e reconhecidas. Nos depoimentos, mulheres figuram como trabalhadoras capacitadas, competentes e humanizadoras no que concerne às relações sociais e de trabalho. Elas estão ocupando seus lugares no mercado formal de trabalho e na sociedade e, agora causando estranhamento e indignação o fato de receberem menor remuneração que os homens, fato que configura novas frentes na busca de reconhecimento, agora em termos de igualdade salarial. Esse novo sentido presente na linguagem de sujeitos sociais constitui a substância da força transformadora para a desconstrução de formas de exclusão e dominação ainda vigentes na sociedade.

## 6 REFERÊNCIAS

Abramo, Laís. (2007). Inserção das mulheres no mercado de trabalho na América Latina: uma força de trabalho secundária? (O. Cafalchio, Trad.). In Hirata, Helena & Segnini, Liliana (orgs.). *Organização, trabalho e gênero* (pp.21–41). São Paulo: SENAC.

Acurcio, Francisco de Assis. (2009). Evolução histórica das políticas de saúde no Brasil. In Grupo Hospitalar Conceição (GHC). *Capacitação e atualização para o SUS*. 2 ed. Porto Alegre: CIES. Recuperado em 23 de fevereiro de 2012 de <http://www.farmacia.ufmg.br/cespmed/text1.htm#SUS>.

Amorin, Katia & Rossetti-Ferreira, Maria Clotilde. (1999). Creches com qualidade para a educação e o desenvolvimento integral da criança pequena [versão eletrônica], *Psicologia Ciência e Profissão*, 19(2), 64-69. Recuperado em 10 de fevereiro de 2012 de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-98931999000200009&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-98931999000200009&script=sci_arttext).

Antunes, Ricardo. (2009). *Os sentidos do trabalho. Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.

Bachelard, Gaston. (2008). *A poética do espaço* (2ª ed., pp. 242). (A. P. Danesi, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1957).

Bardin, Laurence. (2008). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Benjamin, Walter. (2000). *Obras escolhidas II: Rua de mão única – Obras escolhidas* (Vol. II, 5ª ed., pp. 277). (R. R. Torres Filho, J. C. M. Barbosa, Trans.). São Paulo: Brasiliense. (Obra original publicada em 1987).

Berman, Marshall. (2007). *Tudo que é sólido desmancha no ar – A aventura da modernidade*. (C. F. Moisés, A. M. Ioriatti, M. M., Trans.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1982).

Berquó, Elza. (1996). Algumas Considerações Demográficas sobre o Envelhecimento da População no Brasil. In Seminário internacional MPAS – Envelhecimento populacional: uma agenda para o final do século, 1, 1996. Brasília: Ministério da Previdência e Assistência social. *Anais do I Seminário Internacional “Envelhecimento Populacional: Uma Agenda para o Final do Século”* (pp. 16–34). São Paulo.

Blay, Eva Alteman. (2009). O tardio reconhecimento de que a mulher tem direitos humanos. In Tornquist, Carmen Susana et al. *Leituras de resistência: corpo, violência e poder* (pp. 39–48). V. II. Florianópolis: Mulheres.

Bloemer, Neusa Maria Sens. (2009). “Colonos italianos” e “caboclos” no planalto catarinense. In Godoi, Emilia Pietrafesa et al. *Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades* (pp. 311-333). São Paulo: UNESP.

Bourdieu, Pierre. (1979). Tres estados do capital cultural, publicado originalmente em *Actes de la recherche en sciences sociales*, 30(s/n), 3-6. (Magali de Castro, Trad.). Recuperado em 21 de janeiro de 2011, de [Ffiles.professoragiselemasson.webnode.com.br](http://files.professoragiselemasson.webnode.com.br).

Bosi, Ecléa. (1994). *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras.

\_\_\_\_\_. (2003). *O tempo vivo da memória: Ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial.

Bruschini, Cristina. (1994). O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes [versão eletrônica], *Estudos feministas*, NE(94), 179-200. Recuperado em 12 de dezembro de 2011 de <http://journal.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16102/14646>.

\_\_\_\_\_. (1999). Médicas, arquitetas, advogadas e engenheiras: mulheres em carreiras, profissionais de prestígio [versão eletrônica], *Estudos feministas*, 7(1-2), 09-24. Recuperado em 14 de janeiro de 2010 de <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11950/0>

\_\_\_\_\_. (2007). Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado. In Araújo, Clara, Picanço, Felícia e Scalon, Celi. *Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada* (pp. 21 – 58). Bauru, SP: EDUSC.

Bruschini, Cristina & Lombardi, Maria Rosa. (2007). Trabalho, educação e rendimentos das mulheres no Brasil em anos recentes. In Hirata, Helena & Segnini, Liliana (orgs.). *Organização, trabalho e gênero* (pp. 43 – 87). São Paulo: SENAC.

Calás, Marta & Smircich, Linda. (1999). Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos organizacionais. In Clegg, Stewart, Hardy, Cynthia & Nord, Walter. (orgs.). *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais* (Vol. I, pp. 275 – 329). (R. Cardoso, Trad.). São Paulo: Atlas. (Obra original publicada em ano de publicação).

Cappellin, Paola. (2009). Promover a integração das mulheres no século XXI. In Tornquist, Carmen Susana *et al Leituras de resistência: corpo, violência e poder* (pp. 311 – 324). V. II. Florianópolis: Mulheres.

Ceccarelli, Paulo Roberto. (2007). Novas configurações familiares: mitos e verdades [versão eletrônica], *Jornal de Psicanálise*, 40(72), 89-102. Recuperado em 02 de dezembro de 2011 de [http://ceccarelli.psc.br/paulorobertoceccarelli/wpcontent/uploads/artigos/portugues/doc/co\\_nfmitver.pdf](http://ceccarelli.psc.br/paulorobertoceccarelli/wpcontent/uploads/artigos/portugues/doc/co_nfmitver.pdf).

Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2011). *Jornal do Federal*. Ano XXIII, n. 102 (pp.10-11), outubro de 2011.

Costa, Maria Conceição da. (2006). Ainda somos poucas. Exclusão e invisibilidade nas ciências [versão eletrônica], *Cadernos Pagu*, 27(2), 455-459. Recuperado em 10 de outubro de 2009 de <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n27/32152.pdf>.

Da Matta, Roberto. (2001). *Considerações Sócio-Antropológicas sobre a Ética na Sociedade Brasileira* (Informe de Consultoria apresentado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento por Roberto DaMatta 20 de novembro de 2001). Recuperado em 23 de fevereiro de 2012, de [http://www.efg.org.br/curso/efg\\_etica\\_soc\\_bras\\_roberto\\_da\\_matta.pdf](http://www.efg.org.br/curso/efg_etica_soc_bras_roberto_da_matta.pdf).

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Recuperado em 01 de março de 2012, de <http://dre.pt/eap/index.html>.

Fagundes, José. (2005). *FAFI: 45 anos a serviço da educação*. União da Vitória, PR: Kaygangue.

Fernandes, Bernardo Mançano. (2004). Delimitação conceitual de campesinato. *Informativo COPTEC* (n.d.). Recuperado em 22 de fevereiro de 2012 de [www.coptec.org.br/.../Campe sinato%20e%20Reforma%20Agrária](http://www.coptec.org.br/.../Campe%20sinato%20e%20Reforma%20Agrária).

Ferrão, João. (1999). Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação atual e pistas para o futuro. *Comunicação apresentada no Congresso Internacional de Geografia Rural "O Mundo Rural. Desafios para o Século XXI*. Recuperado em 15 de fevereiro de 2012, de [http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0250-71612000007800006](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612000007800006).

Figueiredo, Luís Cláudio Mendonça. (1992). *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500 – 1900)*. São Paulo: Escuta.

Fonseca, Tania Mara Galli. (2000). *Gênero, subjetividade e trabalho*. Petrópolis: Vozes.

Fonseca, Patrícia Barros Reis, Souza Filho, Antônio de. (n.d.). *Histórico da Inspeção dos alimentos de origem animal no Brasil*. Recuperado em 15 de fevereiro de 2012, de <http://imanet.ima.mg.gov.br/nova/Curiosidades/Historiainspecao1.pdf>.

Freitas, Rosana Martinelli. (2009). Programas de combate à pobreza: o poder das mulheres às avessas. In Tornquist, Carmen Susana *et al.* *Leituras de resistência: corpo, violência e poder* (pp. 269–298). V. II. Florianópolis: Mulheres.

Furtado, Janaina. (2011). Relações estéticas e uma ética para um mundo vivo [versão eletrônica], *Fractal: Revista de Psicologia*, 23(1), 205-218. Recuperado em 09 de dezembro de 2011, de <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v23n1/v23n1a14.pdf>.

Gaspari, Leni Trentin. (2005). *Imagens femininas nas “Gêmeas do Iguaçu” nos anos 40 e 50*. União da Vitória, PR: Kaygange.

\_\_\_\_\_. (2011). *No tempo dos trens nas “Gêmeas do Iguaçu”: uma viagem ao passado*. União da Vitória, PR: Fafiu, 2011.

Giddens, Anthony. (1991). *As consequências da modernidade*. (R. Fiker, Trad.). São Paulo: UNESP. (Obra original publicada em 1990).

Grisa, Catia. (2007). Para além da alimentação: papéis e significados da Produção para autoconsumo na agricultura familiar [versão eletrônica], *Revista Extensão Rural*, XIV(1), 5-35. Recuperado em 23 de fevereiro de 2012 de <http://w3.ufsm.br/extensaorural/art1ed14.pdf>.

Grossi, Miriam Pilar & Miguel, Sônia. (2001). Transformando a diferença: as mulheres na política [versão eletrônica], *Estudos feministas*, 9(1), 167-205. Recuperado em 15 de fevereiro de 2012, de <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8609.pdf>.

Halbwachs, Maurice. (2006). *A memória coletiva*. (B. Sidou, Trad.). São Paulo: Centauro. (Obra original publicada em ano de publicação).

Haug, Frigga. (2007). Para uma teoria das relações de gênero. In Boron, Atilio A., Amadeo, Javier e Gonzalez, Sabrina. *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas* (Rodrigo Rodrigues, Trad.). Recuperado em 09 de outubro de 2009, de <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.14.doc>.

Hirata, Helena. (2007). Flexibilidade, trabalho e gênero. In Hirata, Helena & Segnini, Liliana (orgs.). *Organização, trabalho e gênero* (pp. 89 – 108). São Paulo: SENAC.

Hobsbawm, Eric. (2008). *Era dos extremos: O breve século XX: 1914 – 1991* (2ª ed., pp. 598). (M. Santarrita, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1995).

\_\_\_\_\_. (2011). *Como mudar o mundo - Marx e o marxismo, 1840-2011*. (D. M. Garschagen, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em ano de publicação).

Hoff, Waltimir. (2006). *Automação bancária - Informatização no Banco do Brasil S.A.* Recuperado em 24 de fevereiro de 2012, de <http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-06.pdf>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2011). *Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade*. Recuperado em 01 de fevereiro de 2012, de <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2012). Tendências demográficas mostradas pela PNAD 2011. In *Comunicados do Ipea, n 157*. Rio de Janeiro. Recuperado em 20 de outubro de 2012, de <http://www.ipea.gov.br>.

Lombardi, Maria Rosa. (2009). Feminização, reestruturação e profissionalização em redutos tradicionalmente masculinos: as forças armadas e a marinha do Brasil. In Tornquist, Carmen Susana *et al.* *Leituras de resistência: corpo, violência e poder* (pp. 205 – 240). V. II. Florianópolis: Mulheres.

Louro, Guacira Lopes. (2007). Mulheres na sala de aula. In Priore, Mary Del (org.) & Bassanezi, Carla (coord.). *História das mulheres no Brasil* (pp. 443–481). São Paulo: Contexto.

Maia, Cláudia & Lopes, Maria de Fátima. (2001). As Desigualdades de Gênero no Contexto do Desenvolvimento Humano [versão eletrônica], *Unimontes científica*, 1(1), 75–88. Recuperado em 25 de março de 2008, de [http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unimontes\\_cientifica/article/view/8/7](http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unimontes_cientifica/article/view/8/7).

Marx, Karl & Engels, Friedrich. (2001). *Manifesto do partido comunista* (S. T. B. Cassal, Trad.). Porto Alegre: L&PM. (Obra original publicada em 1872).

\_\_\_\_\_. (2007). *A ideologia alemã: Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846* (Vol I, pp. 643). (M. Backes, Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Obra original publicada em 1932).

Melo, Hildete Pereira de. (2009). Invisibilidade do trabalho feminino: uma violência disfarçada – notas preliminares. In Tornquist, Carmen Susana *et al.* *Leituras de resistência: corpo, violência e poder* (pp. 165–184). V. II. Florianópolis: Mulheres.



Menasche, Renata. (2003). *Os grãos da discórdia e o risco à mesa: um estudo antropológico das representações sociais sobre o cultivo e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul*. Tese de doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em [http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3647/000402\\_890.pdf?sequence=1](http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3647/000402_890.pdf?sequence=1).

Molon, Suzana. (1999). *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. São Paulo: EDUC.

Morin, Edgar. (2010). *Para onde vai o mundo?* (2ª ed., pp. 70). (F. Morás, Trad.). Petrópolis: Vozes. (Obra original publicada em 1981).

Neri, Anita Liberalesso. (2002). Teorias psicológicas do envelhecimento. In Freitas, Elizabete Viana de *et al. Tratado de Geriatria e Gerontologia* (pp. 32-45). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

Netto, Matheus Papaléo. (2002). Estudo da velhice no século XX: histórico, definição do campo e termos básicos. In Freitas, Elizabete Viana de *et al. Tratado de Geriatria e Gerontologia* (pp. 2- 12). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

Oliveira, Carlos Roberto de. (2003). *História do trabalho*. São Paulo: Geográfica.

Pedro, Joana Maria. (2007). Mulheres do sul. In Priore, Mary Del (org.) & Bassanezi, Carla (coord.). *História das mulheres no Brasil* (pp. 278–321). São Paulo: Contexto.

Perrelli, Marly. (2008). Mulheres em ocupações tradicionalmente masculinas: sentidos do trabalho. In Lago, Mara Coelho de Souza, Toneli, Maria Juracy Filgueiras, Beiras, Adriano, Vavassori, Mariana Barreto & Müller, Rita de Cássia Flores. *Gênero e pesquisa em psicologia social* (pp. 261-271). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Perrot, Michelle. (2007). *Minha história das mulheres* (1ª ed., pp. 190). (A. M. S. Corrêa, Trad.). São Paulo: Contexto. (Obra original publicada em 2006).

Pino, Angel. (2005). *Marcas do humano – As origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski*. São Paulo: Cortez.

Prost, Antoine & Vincent, Gérard. (2003). Fronteiras e espaços do privado. In Prost, Antoine & Vincent, Gérard (orgs.). *História da vida privada* (pp. 13–59). V. 5: *Da primeira guerra aos nossos dias* (D. Bottmann, D. Bruchard, Trans.). São Paulo: Companhia das Letras.

Queiroz, Maria Izaura Pereira. (1988). Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In Von Simson, Olga R. de Moraes & Queiroz, Maria Izaura Pereira de. *Experimentos com histórias de vida (Itália – Brasil)* (pp. 15–43). São Paulo: Vértice.

Rago, Margareth. (2007). Trabalho feminino e sexualidade. In Priore, Mary Del (org.) & Bassanezi, Carla (coord.). *História das mulheres no Brasil* (pp. 578–606). São Paulo: Contexto.

Rodrigues, Almira. (2001). Práticas Sociais, Modelos de Sociedade e Questões Éticas: Perspectivas Feministas. In *Terra Prometida - Movimento social, engajamento cristão e teologia* (pp. 131-142). Susin, Luiz Carlos (org). Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

Rodrigues, Lea Carvalho. (2004). *Metáforas do Brasil: demissões voluntárias, crise e rupturas no Banco do Brasil*. São Paulo: Fapesp.

- Rolnik, Suely. (1997). Toxicômanos de identidade subjetividade em tempo de globalização. In Lins, Daniel (org.). *Cultura e subjetividade. Saberes Nômades* (pp. 19-24). Campinas: Papirus.
- Romanelli, Geraldo. (1995). O significado da educação superior para duas gerações de famílias de camadas médias [versão eletrônica], *Revista brasileira de estudos pedagógicos*, 76(184), 445-476. Recuperado em 11 de janeiro de 2012, de <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/268/269>.
- Saffioti, Heleieth I.B. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero [versão eletrônica], *Cadernos Pagu*, 16, 115-136. Recuperado em 23 de março de 2009, de <http://dxdoi:10.1590/S0104-83332001000100007>.
- Santos, Carlos Roberto Antunes dos. (2005). A alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa [versão eletrônica], *História: Questões & Debates*, 42, 11-31. Recuperado em 12 de fevereiro de 2012, de <http://www.historiaalimentacao.ufpr.br/artigos/artigo001.htm>.
- Silva, Maria Aparecida Moraes. (2007). De colona a bóia-fria. In Priore, Mary Del (org.) & Bassanezi, Carla (coord.). *História das mulheres no Brasil* (pp. 554-577). São Paulo: Contexto.
- Sorj, Bila. (2000). Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros [versão eletrônica], *Revista brasileira de Ciências Sociais*, 15(43), 25-24. Recuperado em 22 de janeiro de 2012, de [http://www.scielo.php?pid=s0102-69092000000200002&script=sci\\_artte xt](http://www.scielo.php?pid=s0102-69092000000200002&script=sci_artte xt).
- \_\_\_\_\_. (2005). O estigma das feministas. Artigo publicado originalmente no jornal *O Globo*, em 13 de maio de 2005. Recuperado em 14 de janeiro de 2012, de <http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1854&sid=108>.
- Stelmachuk, Maris Stela da Luz. (2005). *Sentidos do trabalho para idosos em exercício profissional remunerado*. Dissertação de Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Stuart-Hamilton, Ian. (2002). *Psicologia do Envelhecimento: Uma introdução* (Maria Adriana Veronese, Trad.). Porto Alegre: ArtMed.
- Tilly, Louise A. & Scott, Joan W. (1987). Les femmes dans l'économie de consommation familiale. In Tilly, Louise A. & Scott, Joan W. *Les femmes, le travail et la famille* (pp. 207 – 245). Paris: Rivage.
- Thompson, Paul. (1992). *A voz do passado: história oral*. (L. L. Oliveira, Trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Toneli, Maria Juracy & Becker, Simone. (2009). A importância da ampliação e discussões referentes à violência masculina após dois anos de implantação da lei Maria da Penha no Brasil. In Tornquist, Carmen Susana *et al. Leituras de resistência: corpo, violência e poder* (pp. 377 – 396). V. II. Florianópolis: Mulheres.
- Vázquez, Félix. (2001). *La memoria como acción social – Relaciones, significados e imaginario*. Barcelona: Paidós Ibérica, S.A.
- Vigotski, Lev Semenovitch. (2001). *A construção do pensamento e da linguagem* (1ª ed., pp. 496). (P. Bezerra, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em ano de publicação).
- Vigotski, Lev Semenovitch. (2007). *Formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos*

*superiores* (7ª ed., pp. 182). (J. C. Neto, L. S.M. Barreto, S. C. Afeche, Trans.). São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1984).

Vigorskii, Lev Semenovich. (1998). *La imaginación y el arte em la infancia*. Madrid: Akal, S.A.

Vigotski, Liev Semionovich. (2003). *Psicologia Pedagógica* (C. Schilling, Trad.). Porto Alegre: Artmed.

Vygotsky, Lev. (2004). A transformação socialista do homem. In *Marxists Internet Archive* (Nilson Dória, Trad.). Recuperado em 14 de janeiro de 2012, de <http://www.marxists.org/portugues/vygotsky/1930/mes/transformacao.htm>.

Weber, Max. (2004). *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (J. M. M. de Macedo, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras.

Whoel, Dago Alfredo. (2010). União da Vitória, 120 anos. *Revista Cênica*. N.1, ano 1, maio de 2010. União da Vitória, PR: Kayganguê.

Zanella, Andréa Vieira. (2004). Atividade, significação e constituição do sujeito: considerações à luz da psicologia histórico-cultural. *Psicologia em Estudo*. Maringá. V. 9, n. 1 (pp. 127-135).

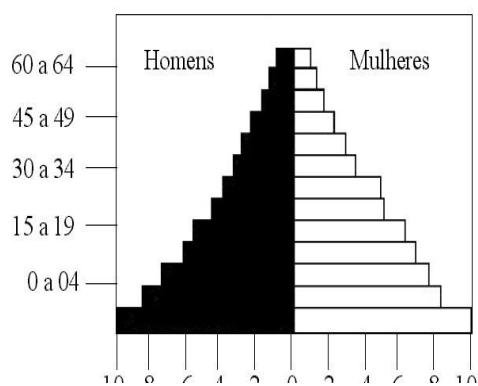
Zola, Émile. (2006). *Germinal* (F. Bittencourt, Trad.). São Paulo: Martin Claret.

**ANEXOS**

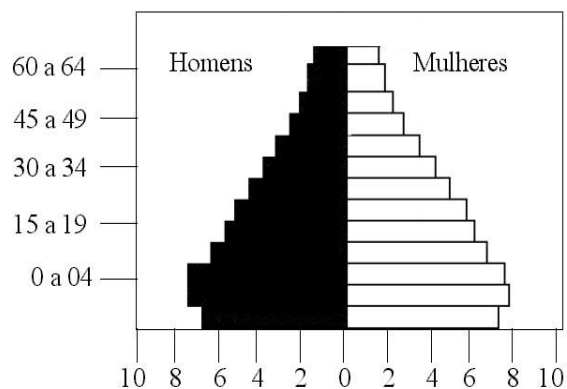
## ANEXO A

## GRÁFICOS DA ESTRUTURA ETÁRIA DO BRASIL DE 1950 A 2020

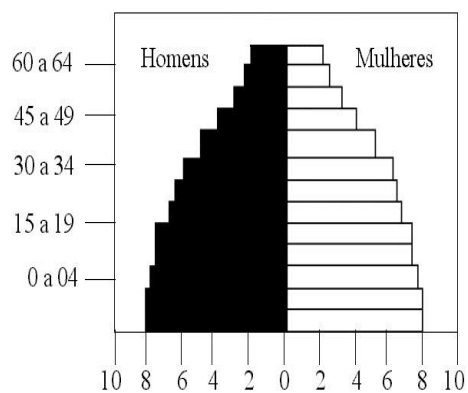
Estrutura Etária do Brasil de 1950



Estrutura Etária do Brasil de 1991

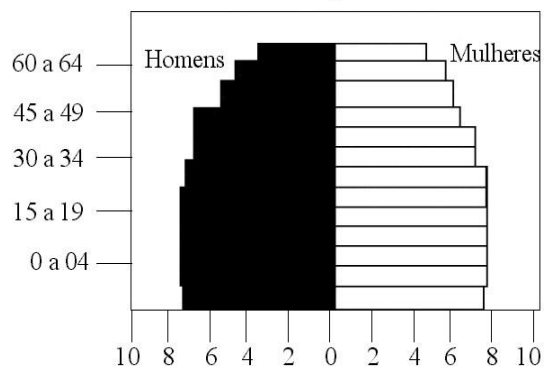


Estrutura Etária Projetada - Brasil 2000



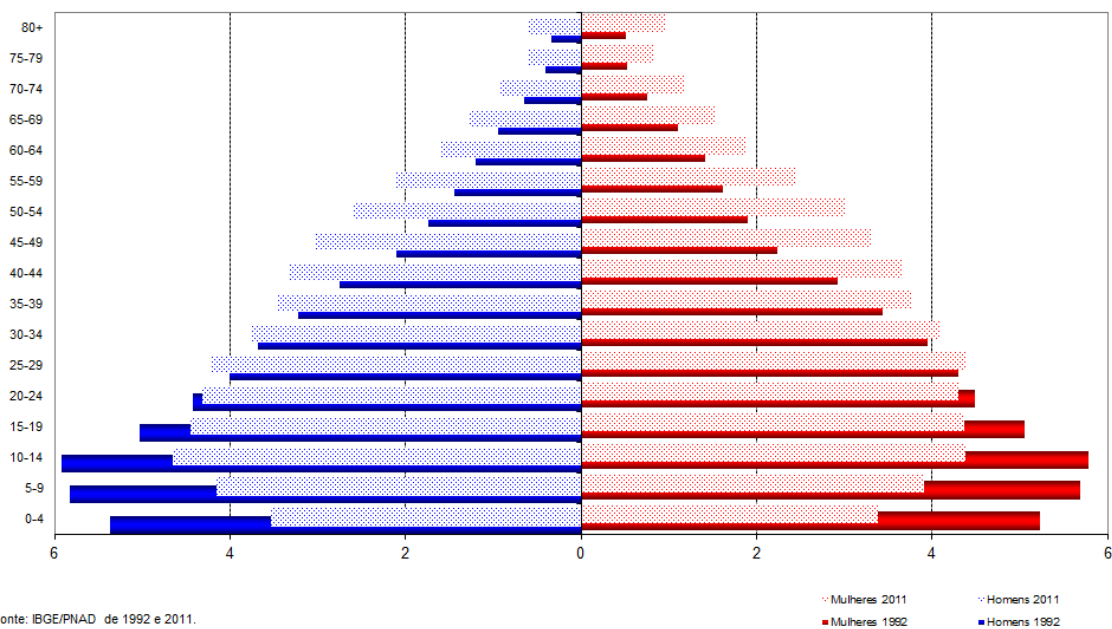
Fonte: Machado C.C. 1993

Estrutura Etária Projetada - Brasil 2020



Fonte: Machado C.C. 1993

GRÁFICO 4  
DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DA POPULAÇÃO  
BRASIL, 1992 E 2011



**APÊNDICES**

## APÊNDICE 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
 Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
 Programa de Pós-Graduação em Psicologia



Termo de consentimento livre e esclarecido

Meu nome é Maris Stela da Luz Stelmachuk, matriculada no Programa de Pós Graduação em Psicologia – PPGP da UFSC, nível de doutorado e estou desenvolvendo a pesquisa intitulada *Mulheres do século XX: memórias e significados de sua inserção no mercado formal de trabalho*. Objetivo nesta pesquisa verificar o processo de significação da intensificação do trabalho formal remunerado realizado por mulheres e também identificar quais os sentidos atribuídos ao trabalho formal remunerado realizado por mulheres a partir de 1914 até 1991.

Para tanto, como procedimentos para coleta de informações serão realizadas entrevistas abertas, com roteiro norteador baseado em parte do capítulo dois da obra "Hobsbawm, Eric. (2008). Era dos extremos: O breve século XX: 1914 – 1991. São Paulo: Companhia das Letras.", a saber, a revolução social, apresentada pelo autor, como o fim do campesinato, industrialização, intensificação da escolarização superior e inserção das mulheres no mercado de trabalho formal.

Você poderá escolher participar ou não desta pesquisa, o que não implicará em quaisquer benefícios pessoais, bem como não resultará em prejuízos pessoais. Ao participar estará contribuindo com a produção de conhecimento no âmbito da ciência psicológica.

Se tiver alguma dúvida em relação ao estudo ou não quiser mais fazer parte do mesmo, você poderá entrar em contato comigo pelos telefones 3523-2928 ou 9129-3616.

Se você estiver de acordo em participar, posso garantir que a procedência das informações será confidencial e estas serão divulgadas somente em âmbito acadêmico, através da apresentação em eventos científicos e em publicações na área. Desse modo, você pode optar pelo anonimato ou não da pesquisa. Informo também que poderá desistir de participar, se assim o desejar, sem qualquer que prejuízo recaia sobre sua pessoa.

---

Maris Stela da Luz Stelmachuk – pesquisadora

---

Profª Drª Maria Juracy Filgueiras Toneli - pesquisadora principal

Eu, \_\_\_\_\_ fui esclarecid\_ sobre os objetivos da pesquisa *Mulheres do século XX: memórias e significados de sua inserção no mercado formal de trabalho* e concordo em participar fornecendo imagens e opiniões que poderão ser utilizadas na realização da mesma.

Assinatura: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_.

Porto União da Vitória, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.



## APÊNDICE 2



## UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
 Programa de Pós-Graduação em Psicologia  
 Roteiro para entrevista  
 Identificação

Nome: \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

Local de nascimento: \_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_

Ocupação atual: \_\_\_\_\_

Fonte de informação que costuma utilizar (jornal, revista, rádio, tv, internet)

Renda: 1 a 3 sm – 4 a 6 sm – 7 a 9 sm – acima de 9 sm

Religião: \_\_\_\_\_

## Vida familiar atual

Filhos/netos/bisnetos

Convive com: \_\_\_\_\_

Vida social \_\_\_\_\_

Vida cultural \_\_\_\_\_

Leituras que realizou, habituais? Esporádicas? Para fins de trabalho? Lazer?

Conhece a obra da Eric Hobsbawm – Era dos Extremos?

Atividades extra profissionais durante sua vida profissional (política, social, religiosa, cultural, voluntária...)

*Hobby*

## O breve século XX

Foi breve?

Como percebe as mudanças, as transformações sociais ocorridas ao longo do século XX, sobretudo no período de 1914 a 1991, como as apontadas por Eric Hobsbawm:

Diminuição do campesinato.

Industrialização.

Escolarização superior.

Inserção das mulheres no mercado formal de trabalho.

No seu entendimento como isso afetou a vida nas cidades?

Como isso afetou sua vida?